

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

O PODER NAS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Jandir Pauli

Porto Alegre

2006

JANDIR PAULI

O PODER NAS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Prof^a Dra. Cinara L. Rosenfield

Porto Alegre

2006

Jandir Pauli

O poder nas redes de economia solidária

Banca examinadora

Prof^a Dra. Cinara L. Rosenfield - Orientadora

Dr. Marcelo Kunrath Silva – PPGS/UFRGS – Professor Examinador

Dr. Henrique Caetano Nardi – PPGPSI/UFRGS – Professor Examinador

Dr. João Carlos Tedesco – UPF – Professor Examinador

Aos que qualificam a economia solidária na sua prática diária.

À Professora Cinara pela disponibilidade e qualificação na orientação deste estudo,
aos colegas do Centro de Apoio à Economia Popular Solidária pelo suporte
e à Luciane pelo carinho, auxílio e compreensão,
imprescindíveis na realização deste estudo.

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre poder e solidariedade em redes de economia solidária através da observação de como tais redes distribuem o poder, já que sua pretensão organizacional é opor-se ao modelo hierárquico e assimétrico. O argumento de que o poder permeia as relações sociais, a ponto de se tornar elemento estrutural dessa relação, incita um debate crítico com a teoria sistêmica que compreende o poder como mecanismo funcional na análise social. Nossa perspectiva teórica parte do pressuposto de que a realidade social é resultado da ação do poder. Michel Foucault (1926-1984) argumenta que o poder se materializa a partir de categorias operacionais como a disciplina, mas recorrer a estas categorias não significa aceitar somente a face repressiva do poder. Segundo o autor, o poder deve ser analisado pela sua característica produtiva, na medida em que movimenta suas “máquinas”, “molda corpos” e cria sujeitos disciplinados e dispostos a assumir e executar suas estratégias. Estes dois atributos do poder são fundamentais para a percepção do nosso objeto empírico. Com efeito, as redes atuam na perspectiva da articulação de diferentes atores para o seu empoderamento mútuo. Nesta articulação o poder emerge como disciplinador, subjugando, submetendo e enquadrando seus integrantes às normas da rede, além de colocar em circulação os interesses e estratégias entre seus diferentes segmentos. Neste sentido, mais do que entender o poder “das” redes de economia solidária, nos interessa discutir o “como” do seu exercício e entender como o poder organiza as relações sociais em redes de economia solidária. As categorias que permitem a análise de uma relação de poder são a diferenciação interna e os objetivos dos integrantes da rede, os meios e recursos disponíveis para exercício do poder, a possibilidade de representação da rede e o domínio de processos burocráticos. A estas categorias somam-se a análise da especificidade da instituição, seu discurso, trajetória e estrutura, o grau de racionalização

dos discursos disciplinares, as formas de organização dos indivíduos no espaço de abrangência da rede, o controle sobre o tempo, a vigilância exercida e o registro contínuo do conhecimento sobre os integrantes da rede. Além disto, procuramos observar a prática do olhar hierárquico, da sanção normalizadora e do exame, como efeitos visíveis do poder disciplinar.

Palavras-Chave: redes de economia solidária, solidariedade, assimetria, poder disciplinar, poder produtivo.

RESUME EN LANGUE ETRANGERE

Le présent étude fait une analyse de la relation qu'il y a parmi solidarité et pouvoir dans les réseaux d'économie solidaire, au travers d'une attentive observation du fonctionnement du pouvoir dans ces réseaux, vu que le but de son organisation est l'opposition au modèle hiérarchique et asymétrique. L'argument selon lequel le pouvoir traverse les relations sociales, se rendant un élément structural de ces relations, s'oppose à la théorie systémique et provoque des débats critiques avec cette théorie qui comprend le pouvoir comme un mécanisme fonctionnel dans l'analyse sociale. Notre perspective théorique estime que la réalité sociale est un résultat de l'action du pouvoir. Selon Michel Foucault (1926-1984), le pouvoir s'effectue dans des opérations comme la discipline, mais cela ne signifie pas accepter seulement le côté répressif du pouvoir. Selon cet auteur, le pouvoir doit être analysé par sa caractéristique de production, autant qu'il met en mouvement ses "machines", qu'il "moule des corps", et qu'il crée des citoyens disciplinés et disposés d'assumer et d'exécuter ses stratégies. Ces deux attributs du pouvoir sont fondamentales pour la perception de notre objet empirique. En effet, les réseaux agissent dans la perspective du joint de différents auteurs pour son affermissement mutuel. Dans ce joint, le pouvoir émerge comme "disciplinateur" qui soumet et adapte ses intégrants aux normes du réseau et, en outre, il met en circulation les intérêts et les stratégies parmi ses différents segments. Dans ce sens, plus qu'entendre le pouvoir des réseaux d'économie solidaire, il faut discuter comment le pouvoir est exercé et comprendre comment lui-même organise les relations sociales dans les réseaux d'économie solidaire. Les catégories qui permettent l'analyse d'une relation de pouvoir sont: la différenciation interne et les objectifs des intégrants du réseau, l'accès aux ressources disponibles pour l'exercice du pouvoir, la possibilité de représentation du réseau et le domaine des procès bureaucratiques. À ces

catégories l'on doit ajouter l'analyse de la spécificité de l'institution, son discours, sa trajectoire, sa structure, et le degré de rationalisation de ses discours à discipliner, les formes d'organisations des individus dans l'espace enfermé par un réseau, le contrôle du temps, la surveillance et le registre permanent de la connaissance sur les intégrants du réseau. D'ailleurs, on a cherché d'observer la pratique du regard hiérarchique, de la sanction de normaliser et de l'examen en tant qu'effet évident du pouvoir de discipliner.

Mots-clef: réseaux d'économie solidaire, solidarité, asymétrie, pouvoir de discipliner, pouvoir productif.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – AS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUESTÃO DO PODER	27
1.1 O Conceito de Economia Solidária.....	27
1.2 Antecedentes históricos e intelectuais da economia solidária: o dilema da utopia.....	34
1.3 O ressurgimento da economia solidária.....	43
1.3.1 As abordagens internacionais.....	43
1.3.2 A teorização do fenômeno no Brasil.....	47
1.4 A emergência das Redes de Economia Solidária.....	56
1.5 Os conceitos fundantes das redes de economia solidária e a teoria dos sistemas.....	61
1.6 A questão do poder nas redes de economia solidária.....	67
CAPÍTULO II –O CARÁTER CONTESTADO E AVALIATÓRIO DO CONCEITO DE PODER E SUA IMPLICAÇÃO NA ANÁLISE DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	70
2.1 A ideologia do poder.....	70
2.2 As teorias sobre o poder.....	72
2.2.1 Teorias Voluntaristas.....	73
2.2.2 Teorias Críticas.....	76
2.2.3 Teorias Sistêmicas.....	77
2.3 A crítica às teorias do poder.....	83
2.4 Repensando o poder nas redes de economia solidária: a crítica à Teoria Sistêmica pelo viés voluntarista.....	86
2.4.1 A microfísica do poder.....	88
2.4.2 A analítica do poder.....	92
2.4.3 O Poder Produtivo.....	94
2.4.4 O poder disciplinar.....	96
2.5 O poder “nas” redes de economia solidária.....	98
CAPÍTULO III – A AÇÃO DO PODER NAS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA...	100
3.1 Apresentação da realidade empírica: a Rede Ecovida de Agroecologia.....	100
3.1.1 Estrutura e Composição da Rede (Organograma).....	105

3.1.2 A Certificação Participativa em Rede.....	108
3.2 A emergência do poder disciplinar na Rede Ecovida.....	111
3.2.1 A materialização do poder.....	113
<u>3.2.1.1 A diferenciação interna dos integrantes da Rede Ecovida.....</u>	<u>113</u>
<u>3.2.1.2 Os objetivos perseguidos por estes integrantes, seus privilégios e funções estratégicas.....</u>	<u>114</u>
<u>3.2.1.3 Meios de exercício do poder.....</u>	<u>117</u>
<u>3.2.1.4 A especificidade da instituição.....</u>	<u>127</u>
<u>3.2.1.5 Grau de racionalização da instituição.....</u>	<u>130</u>
3.2.2 Os dispositivos do poder.....	132
<u>3.2.2.1 Organização dos indivíduos no espaço.....</u>	<u>132</u>
<u>3.2.2.2 O controle sobre o tempo.....</u>	<u>133</u>
<u>3.2.2.3 A vigilância.....</u>	<u>134</u>
<u>3.2.2.4 O registro contínuo do conhecimento.....</u>	<u>135</u>
3.2.3 Os dispositivos disciplinares.....	137
<u>3.2.3.1 O olhar hierárquico.....</u>	<u>138</u>
<u>3.2.3.2 A sanção normalizadora.....</u>	<u>141</u>
<u>3.2.3.3 O exame.....</u>	<u>144</u>
3.3 O poder que engendra redes de economia solidária.....	146
CONCLUSÃO.....	151
BIBLIOGRAFIA.....	155
ANEXOS.....	164
Anexo 1 - Qualificação dos entrevistados e da observação realizada.....	164
Anexo 2 – Roteiro semi-estruturado das entrevistas.....	166
Anexo 3 - Organograma da Associação Ecovida de Certificação Participativa.....	167
Anexo 4 – Ficha de Cadastro Consumidores.....	168
Anexo 5 – Ficha de Cadastro de Entidades de Assessoria.....	169
Anexo 6 – Ficha de Cadastro Agricultores.....	170
Anexo 7 – Selo de Certificação “Ecovida”.....	173
Anexo 8 – Formulário de Requerimento de Certificação.....	174
Anexo 9 – Numeração do membro.....	175
Anexo 10 – Plano de Conversão das Áreas.....	176
Anexo 11 – Ilustração da organização da rede.....	177
Anexo 12 – Fotos Núcleo Alto Uruguai.....	178
Anexo 13 – Fotos do V Encontro Ampliado da Rede.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AECP** – Associação Ecovida de Certificação Participativa
- ASSESSOAR** - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
- CAPA** – Centro de Apoio ao Pequeno Produtor
- CEPAGRI** – Centro de assessoria e apoio aos trabalhadores rurais
- CETAP** – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
- CRID** – Centre de recherche et d'information pour le développement
- ENA** – Encontro Nacional de Agroecologia
- GAO** – Grupo de Agricultura Orgânica
- IFOAM** – International Federation of Organic Agriculture Movements
- IN** – Instrução Normativa
- ISO** – International Standards Organization
- LETS** – Sistemas Locais de Emprego e Comércio
- ONGs** – Organizações Não-Governamentais
- REDE PTA** – Rede Projetos de Tecnologias Alternativas
- REDE TA-SUL** – Rede de Tecnologias Alternativas do Sul do Brasil
- SEC** – Sistemas Comunitários de Intercâmbio
- SEL** – Sistemas Locais de Troca
- TMR** – Teoria da Mobilização de Recursos
- TNMS** – Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa relações de poder em redes de economia solidária e seu objeto de pesquisa é a compreensão de como as redes organizam e distribuem o poder na sua dinâmica de funcionamento. As leituras realizadas sobre a temática das redes de economia solidária e sobre a questão do poder indicam que a problematização entre poder e solidariedade pode ser fundamentada a partir da observação dos fluxos de poder que as iniciativas desencadeiam por meio de sua estrutura organizativa. Neste sentido, mais do que entender o poder “das” redes de economia solidária, nos interessa discutir o “como” do seu exercício e entender como o poder organiza as relações sociais em redes de economia solidária.

Esta problemática está amparada em alguns pressupostos, entre os quais ilustramos alguns a título de introdução ao debate que segue no corpo deste estudo: o primeiro pressuposto faz referência à premissa teórica deste estudo de que as teorias sistêmicas estão na base teórica das redes de economia solidária. Neste sentido, há evidências de que a idéia de reciprocidade que fundamenta a adoção da terminologia solidariedade em organizações de tipo “rede” indica ao menos dois aspectos particulares: a) o abandono do formato de pirâmide implica em horizontalidade nas relações e oposição ao modelo hierárquico de distribuição do poder; e b) a reciprocidade indica primazia do relacionamento interno entre os membros da rede, podendo-se concluir que as redes desenvolvem a reciprocidade entre os seus integrantes, o que denota uma arquitetura relativamente fechada de organização dos fluxos provenientes das conexões, isto é, um sistema operacionalmente fechado. As sistematizações sobre o tema encontradas parecem apontar para essa perspectiva adotando, inclusive, vários princípios da teoria dos sistemas como *autopoiesis* e auto-referência na sua fundamentação. O segundo pressuposto é que o

objetivo deste estudo não se limita em demonstrar se as redes de economia solidária praticam relações de poder, mas caracterizar **como** as relações de poder são exercidas nestas redes. Isto significa qualificar o que significa **ter** poder e **como** é exercido; quais são suas variações, tecnologias e roupagens; que realidades ele é capaz de produzir; e, finalmente, como o princípio da economia solidária convive com práticas de poder. A dificuldade que este pressuposto apresenta é a caracterização do que realmente são ações do poder e o que não são. Isto é, quais são as relações que se constituem, efetivamente, em relações de poder e como identificá-las.

Sherer-Warren (1999) lembra que para analisar uma rede é preciso verificar a forma da mobilização de recursos e a estratégia de organização da ação respondendo as perguntas: como as redes regulam os conflitos internos? Como se confrontam as diferenças, as diferentes lógicas e os conflitos de interesse? Quais os mecanismos de regulação de conflitos nestas redes e como interagem temas como conflito e solidariedade? Para responder estas questões construímos um conjunto de hipóteses que serão confrontados com as informações da realidade. Sobre este aspecto, um dado da realidade empírica foi fundamental para o estabelecimento da problemática deste estudo: a rede que investigamos estabelece suas conexões internas através de um organograma que mistura um elevado índice de democracia – na medida em que permite a participação efetiva dos membros nas instâncias decisórias – e, por outro lado, assume alguns mecanismos de regulação dos fluxos da conectividade provenientes da estrutura piramidal verticalizada.

A realidade empírica observada é a Rede Ecovida de Agroecologia¹ que, entre outras atividades, realiza um processo de certificação participativa em rede da produção agroecológica dos agricultores que a integram. A Rede está estruturada nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com o objetivo de articular associações de agricultores ecologistas, Ongs (Organizações Não-Governamentais) e entidades de apoio dos agricultores, comerciantes e consumidores solidários para o fortalecimento da agroecologia. Segundo Santos (2002), a estrutura organizacional da Rede tem na sua base os núcleos regionais que se articulam para facilitar o intercâmbio de informações, viabilizar o processo de certificação participativa e facilitar a comunicação e o encontro dos participantes. É nos núcleos que ocorre a adesão de novos membros na Rede, após a aprovação final da indicação feita por dois membros atuais. O núcleo sugere a definição de uma entidade responsável que se torna referência para contato e troca de informações com

¹ No seguimento do texto esta rede será denominada “Rede Ecovida”.

as organizações locais e com a Rede. A Rede Ecovida possui uma coordenação ampliada que tem papel operativo, também conhecida como Plenária. Esta instância é composta por dois ou três representantes de cada um dos 18 núcleos regionais. A Plenária tem a função de preparar o Encontro Ampliado, encaminhar as decisões a serem tomadas e deliberar sobre os pontos que, por qualquer motivo, não tenham sido abordados no encontro ampliado ou que se mostram de caráter urgente. Também compõe a estrutura organizativa da rede a Coordenação Político-Operacional ou simplesmente Coordenação, que é formada por três representantes de cada Estado e tem a função de representar a rede nos mais diversos fóruns e encontros, bem como deliberar sobre os pontos em aberto ou indicados pelas instâncias acima citadas. Além disto, a Rede Ecovida possui equipes, conselhos temáticos e conselhos de ética, integrados aos núcleos que discutem questões relativas às técnicas da certificação e dinâmica geral da rede. Por fim, a Rede reúne-se em Assembléia Geral, pelo menos uma vez ao ano, sendo esta a instância máxima de decisão onde a Rede discute todos os documentos referentes ao funcionamento e ao processo de certificação, bem como a criação, subdivisão ou dissolução de um núcleo regional.

A justificativa da escolha do objeto empírico deve-se ao grau elevado de articulação e envolvimento por parte dos integrantes da Rede Ecovida, uma vez que cada membro tem o poder de incidir no fornecimento do selo de certificação e a aprovação do ingresso de novos integrantes na rede. Esta dinâmica organizativa tem mobilizado seus integrantes em diversas ações que adquirem caráter público e garantem uma visibilidade bastante significativa da Rede Ecovida. Concomitantemente, a Rede vem adquirindo um amplo reconhecimento, não somente nos debates sobre certificação de produtos orgânicos, mas em elaborações de economia solidária, a ponto de adquirir o *status* de referência organizativa para vários teóricos do movimento da economia solidária².

Outro aspecto que justifica a escolha da Rede Ecovida são os seus números: articulada nos três Estados do Sul do país, a rede articula em torno de 21 núcleos aproximadamente 2.400 famílias, 30 organizações de apoio e promove em torno de 130 feiras semanais. Estes números e a abrangência da Rede Ecovida fizeram emergir uma dificuldade no recorte para a coleta de dados: a infra-estrutura disponível para a realização da pesquisa e o cronograma exíguo para a finalização do estudo dificultou o deslocamento para obtenção de material para análise nos três Estados. Mas analisando o perfil dos

² Além dos registros de atividades de intercâmbio e divulgação da Rede Ecovida em países da Europa e da América Latina (cf. registros no sítio www.ecovida.org), ver Tedesco (2006), Vieira (2006) e Santos L. (2004).

núcleos associados à rede, percebemos que encontraríamos no Rio Grande do Sul as condições necessárias para uma noção fiel do funcionamento da Rede. Neste Estado estão localizados oito núcleos bastante diferenciados entre si (característica comum também nos Estados do Paraná e de Santa Catarina). Optamos por dois núcleos diferenciados, tanto no envolvimento com as ações propostas pela rede, quanto ao tempo de associação à Rede Ecovida. Enquanto um dos núcleos está associado praticamente desde o surgimento da rede, o segundo foi associado recentemente. Embora esta diferença cronológica quanto à associação à Rede não seja propriamente o objeto da análise, percebemos que estas trajetórias diferenciadas enriquecem a análise e permitem ampliar os argumentos para o teste das hipóteses da pesquisa.

Antes de adentrar na discussão proposta é importante esclarecer que o autor deste estudo é membro integrante de uma organização de apoio que está associada à Rede Ecovida e integra um núcleo da Rede³. Entendemos que esta relação de proximidade e identificação com os possíveis entrevistados não contribuiria com a pesquisa na medida em que poderia levar a uma confusão de papéis e “filtragem” das informações por parte dos entrevistados. Por isto, escolhemos um núcleo localizado na região central do Rio Grande do Sul, chamado Núcleo Centro RS, e outro localizado na região do Médio e Alto Uruguai (fronteira entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina), chamado Núcleo Alto Uruguai.

O núcleo Alto Uruguai tem sede em Erexim, e atualmente possui 10 grupos sócios da Rede. Destes dez grupos, três já utilizam o selo da Rede Ecovida. O núcleo também abrange três grupos do Estado de Santa Catarina, mas a maioria dos integrantes está localizados nos municípios de Erexim, Aratiba, Itatiba do Sul, Barra do Rio Azul e Três Arroios. Dentre os dez grupos, vários participam de feiras municipais e regionais.

Outro núcleo visitado foi o núcleo Centro RS, do qual participam 36 famílias de agricultores familiares, divididos em três grupos: um de 16 famílias, outro de quatro e o terceiro de 14 famílias de agroecologistas. Destacam-se nesse núcleo o grupo agroecológico Chico Mendes e os assentamentos Carlos Mariguelo e Santo Antônio.

A maior dificuldade encontrada na coleta das informações foi a realização de entrevistas com o subgrupo "consumidores". Embora esteja prevista a existência destes atores na Rede, os núcleos visitados não contam com consumidores atuantes ou com informações suficientes para responder aos questionários. A previsão era fazer três

³ O autor integra o Núcleo Planalto, localizado no entorno do município de Passo Fundo, RS.

entrevistas nos dois núcleos, mas como isto não foi possível, entrevistamos três consumidores do Núcleo Planalto, mas as informações coletadas não se mostraram suficientes para caracterizar o segmento. Deste modo, nos detemos à análise das relações de poder entre o segmento dos técnicos vinculados às organizações de apoio e dos agricultores familiares.

Outra dificuldade encontrada na realização deste estudo foi a obtenção de entrevistas com agricultores do Núcleo Centro RS. Das sete entrevistas previstas, conseguimos apenas quatro. O principal motivo desta dificuldade foi a sua desarticulação interna do núcleo. Por outro lado, esta dificuldade não desqualifica a análise porque a proposta deste estudo não é uma comparação entre núcleos, mas conseguir informações através de “fontes internas” variadas. Para completar as 21 entrevistas previstas, entrevistamos técnicos de outras organizações de apoio e de outros núcleos durante os encontros ampliados da Rede.

Para analisar as relações de poder na Rede Ecovida utilizamos métodos de análise qualitativa a partir da organização de um *corpus*⁴ de pesquisa. Este *corpus* foi constituído pelas 21 entrevistas semi-estruturadas, pelos registros coletados a partir da observação das práticas e nos debates dos núcleos, encontros formativos e assembleias gerais da rede e nos documentos de organização e normatização, disponíveis no sítio digital da rede⁵. Quanto à técnica da entrevista, nos valem da sua modalidade semi-estruturada, aplicada individualmente e orientada por questões tópicas preestabelecidas, mas com abertura para o informante completar informações que por ventura necessitem de aprofundamento. Estas entrevistas foram realizadas nas propriedades dos agricultores, nas sedes das organizações de apoio e nos encontros da Rede e foram divididas em dois grupos: o primeiro, composto por 14 integrantes dos núcleos; o segundo, por sete representantes dos núcleos que participam da coordenação ampliada. Nestes grupos, as entrevistas foram divididas em três subgrupos: agricultores, consumidores e representantes de entidades de assessoria. Esta divisão procurou captar as diferentes compreensões dos integrantes da rede na sua participação, tanto nos núcleos como nas “instâncias superiores” da Rede.

Algumas perguntas ajudaram na exploração da realidade empírica e serviram de roteiro das entrevistas: Qual a percepção que os núcleos e a coordenação ampliada têm das

⁴ Conceito de *Corpus* é definido como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar, o que acentua a natureza proposital da seleção, e não apenas de textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 44-5).

⁵ <www.ecovida.org>.

atividades desenvolvidas pela Rede? Que princípios orientam os núcleos no processo de certificação e qual a sua relação com as instâncias, já que a Rede se autodenomina horizontal e sem hierarquia? Qual a interação dos agricultores nos processos formativos disponibilizados pela Rede? Como os núcleos percebem as normas da Rede? Como os núcleos se relacionam entre si? Quem participa das instâncias e como transmite as decisões? Como cada ator vê os diferentes papéis desenvolvidos na Rede e como percebe o disciplinamento? Há punições, conflitos de interesses e como as questões são negociadas? Quem encaminha as questões relevantes?

A segunda técnica de coleta de dados utilizada foi a observação. A vantagem desta técnica é a possibilidade de compreensão geral da organização e funcionamento da Rede. Dentre as várias modalidades de observação nossa pesquisa utilizou esta técnica na sua perspectiva não-estruturada e foi empregada durante a participação nos encontros de núcleos, cursos de formação e assembléias gerais da Rede, buscando captar as ações coletivas dos integrantes da Rede, confrontando-as com as perspectivas recolhidas nas entrevistas individuais.

A observação é uma técnica bastante eficaz de coleta de dados porque se vale da participação no cotidiano das ações desenvolvidas pela rede para possibilitar informações com alto grau de fidedignidade que saiam do esquema sujeito investigador *versus* objeto investigado. Segundo Becker (1994), para que a observação possa efetivamente contribuir no teste das hipóteses, deve ser conduzida em quatro estágios: 1) seleção e definição de problemas, conceitos e índices que possam ser úteis como indicadores e variáveis de fatos difíceis de observar; 2) controle da frequência e distribuição dos fenômenos, da convergência dos tipos de evidências; 3) incorporação das descobertas individuais em um modelo teórico, por meio da sua referência a um complexo de variáveis, através de afirmações complexas sobre as condições necessárias e suficientes para a existência de algum fenômeno; e 4) análise final e apresentação dos resultados avaliando os resultados obtidos e a possível reestruturação dos modelos teóricos utilizados de partida. Esta avaliação pode contribuir substancialmente na refutação, ou não, das hipóteses preestabelecidas (BECKER, 1994, p. 50-64).

Esta articulação entre as duas técnicas de coleta de dados permitiu observar a relação dos indivíduos com os espaços coletivos, confirmando ou não as hipóteses que orientam este estudo. O objetivo de fundo foi observar a aproximação entre as compreensões individuais e a sua confirmação nos espaços coletivos, procurando

compreender como as práticas são estruturadas e, ao mesmo tempo, como estruturam as relações de poder nas redes de economia solidária. A estrutura organizativa da Rede Ecovida utiliza os encontros periódicos nos núcleos e as assembleias gerais para avaliação da atuação, socialização de informações e planejamento das ações. Acreditamos que a observação é uma técnica por excelência para apreensão dos aspectos não documentados, que caracterizam as relações de poder da Rede. Para este fim, participamos de três atividades promovidas pela Rede, como **observador participante-observador total**⁶. As impressões foram registradas em um diário de campo, com transcrições de pronunciamentos onde constam as impressões gerais obtidas através da participação nas atividades.

O tratamento das informações foi feito utilizando a análise de conteúdo que classificou os dados coletados a partir das entrevistas e da observação num enfoque qualitativo, analisando a presença ou ausência de determinados temas. A principal técnica utilizada será a análise temática, isto é, apreender como determinados temas aparecem nos dados coletados. Justifica-se o uso desta técnica pela sua flexibilidade em permitir uma análise mais interpretativa da relevância das expressões no contexto da sua produção. Para o desenvolvimento desta técnica estabelecemos as categorias que permitem a análise de uma relação de poder. São elas: a diferenciação interna e os objetivos dos integrantes da rede; os meios para o exercício do poder, isto é, a capacidade de argumentação, o acesso a recursos econômicos; a representatividade; o domínio de processos burocráticos; a especificidade da instituição, seu discurso, sua trajetória e estrutura; e o grau de racionalização dos seus discursos disciplinares. Além disto, foram estipuladas categorias para compreender os atributos do poder, reconhecendo na disciplina um dos seus principais dispositivos de funcionamento. Deste modo, foram observadas as formas de organização dos indivíduos no espaço de abrangência da Rede, o controle sobre o tempo, a vigilância exercida; o registro contínuo do conhecimento sobre os integrantes da Rede; além da observação da prática do olhar hierárquico, da sanção normalizadora e do exame, como efeitos visíveis do poder disciplinar.

É importante frisar que as categorias operacionais do conceito de poder surgiram a partir das hipóteses pré-estabelecidas. A decomposição das informações transcritas procurou confirmar as hipóteses a partir dos princípios da exaustividade de cada categoria,

⁶ Nossa opção na utilização da Observação Participante será a de Observador Total e não como Participante Total, isto é, não assumindo papéis no grupo, já que o Participante Total exige a execução de papéis no grupo pesquisado (CORTES, 1998: 24). Por isto, a eventualidade da nossa participação será informada ao grupo e nossa posição deverá ser de mero espectador.

da exclusividade de pertença a uma única categoria, da objetividade para que diferentes codificadores possam fazer o mesmo enquadramento, e da pertinência ao objeto da pesquisa em questão (PEREIRA, L. 1998, p. 106).

O pressuposto deste estudo propõe que o poder implica, necessariamente, em assimetria e que se materializa na dinâmica social pelo disciplinamento para obtenção de objetivos coletivos, convivendo com coações, subordinações, sanções, punições e outros dispositivos que indicam a sua natureza assimétrica. Embora reconheçamos que não há uma relação mecânica entre assimetria e poder, esta primeira definição é importante porque localiza a base material para o seu exercício. É com base neste pressuposto confrontamos as diferentes perspectivas de leitura que o termo poder evoca. Com efeito, o poder vem sendo conceituado nas ciências sociais em acepções bastante diferenciadas. Nossa classificação dividirá estas formulações em três perspectivas: teorias voluntaristas, teorias críticas e teorias sistêmicas.

As hipóteses deste estudo estão calcadas na idéia que embora estas articulações em rede se orientem pelo princípio da igualdade e de ausência de hierarquias, não estão isentas de relações de poder. Deste modo, procuramos analisar como estes empreendimentos, que se fundamentam no ideal normativo da solidariedade e da distribuição simétrica do poder, em oposição a um modelo hierárquico e assimétrico. Em outros termos, investigaremos se estas práticas conseguem estabelecer relações simétricas de poder, despojando-o de atributos como disciplinamento, coações, conflitos, subordinação, sanções e punições. Para responder a esta questão desenvolvemos algumas perguntas que ajudam na exploração do objetivo empírico: o princípio da simetria na distribuição do poder pode ser comprovado através da observação do relacionamento entre empreendimentos da Rede? As redes conseguem evitar os atributos repressivos que o poder põe em circulação?

A vasta bibliografia sobre o tema, particularmente na ciência política e na filosofia, nos conduz a levar esta discussão para a “arena sociológica” e apresentar os conceitos das diferentes perspectivas para, em um segundo momento, construir e estabelecer as hipóteses que regem esta pesquisa. Em outras palavras, este estudo propõe uma análise do poder demonstrando o alcance das teorias do poder para explicar a realidade social em questão. A escolha da teoria que fundamenta as hipóteses deste estudo deve-se aos indícios encontrados nos estudos exploratórios da realidade empírica selecionada e na revisão bibliográfica sobre o tema das redes de economia solidária e do poder. Com efeito, a realidade empírica escolhida parece possibilitar a convivência de formas organizativas que

potencializam a colaboração mútua, a democracia, a autogestão e a solidariedade, e, ao mesmo tempo, há indícios de práticas de disciplinarização, punições, vigilâncias e controles. Desta forma, a base conceitual das nossas hipóteses propõe 1) que o poder é uma categoria analítica de compreensão das relações sociais; 2) que existem “máquinas de poder” para além do espaço estatal; 3) que este poder é, também, produtor de “novas” realidades⁷; e 4) que se manifesta por meio de tecnologias e dispositivos de funcionamento. Nesta linha, nossa hipótese central é de que as relações sociais em redes de economia solidária são permeadas por relações de poder que, embora calcadas na tentativa de radicalização da democracia, distribuem o poder entre os integrantes de maneira assimétrica, sendo obrigadas a conviver com algum grau de disciplinamento, conflitos de interesses, coação, punições e resistências.

Com efeito, embora as redes de economia solidária articulem fluxos de poder, elas não o problematizam nas suas práticas. A explicação para esta opção parece partir de três premissas: 1) de que é possível estabelecer relações de poder simétricas; 2) de que existe um pacto de convivência mútua, um consenso em torno dos objetivos de fortalecimento mútuo, o que instituiria a solidariedade e eliminaria os conflitos de poder; e 3) que a democracia é condição de possibilidade para o exercício deste poder simétrico estabilizando, assim, as tensões a partir do funcionamento de instâncias organizativas orientadas pela horizontalidade no processo decisório e no envolvimento coletivo. Neste sentido, investigamos aqui a possibilidade da ocultação do debate sobre o exercício do poder nas redes de economia solidária estar estreitamente relacionado à perspectiva teórica que a fundamenta. Conforme demonstramos anteriormente, a perspectiva teórica destas redes extrai elementos da teoria dos sistemas, que por sua vez procura compreender o movimento e organização da realidade a partir da sua funcionalidade, pelos princípios da auto-referência, complexidade, sistema e *autopoiesis*. Estes conceitos apontam para uma noção importante desta perspectiva teórica: a de que estes sistemas são estáveis, permitindo o deslocamento do poder para a marginalidade na análise da funcionalidade do sistema.

A teorização das redes de economia solidária propõe, em termos gerais, que estas experiências são sistemas sociais operacionalmente fechados, autopoieticos e

⁷ Esta produtividade do poder “reconhece” a existência do conflito por dois aspectos: primeiro, a existência do conflito implica em liberdade de ação por parte dos indivíduos; segundo, o resultado de uma relação de poder implica na construção de uma nova realidade social. Sem entrar no debate sobre “ganhos e perdas” para os envolvidos na relação social, é possível indicar a positividade do conceito sem abrir mão da sua negatividade como destrutivo, coercitivo, etc.

autoreferentes, e que estas características lhes permite evitar conflitos, resistências, punições e coações ao estabelecer a simetria na divisão do poder. Este conceito de simetria está calcado na noção de poder como consentimento e **ação concertada** em torno dos objetivos destas redes, sendo o poder um elemento marginal na análise social. A confrontação desta teoria com os dados empíricos está fundada nas seguintes questões: a prática social nas redes de economia solidária corrobora as teses da teoria sistêmica? As perspectivas sistêmicas apresentam elementos suficientes para a compreensão de poder nestas redes ao relacionar poder com consentimento? Esta compreensão funcional e marginal do poder não indica uma perspectiva integradora e harmônica das relações sociais nestes espaços coletivos, ocultando a dimensão do conflito e assimetria, inerente à realidade social? Estas perguntas possibilitam a compreensão do significado social da problemática na medida que se propõem caracterizar a forma como estes espaços são perpassados pelo poder e como este se materializa na prática social dos integrantes das redes de economia solidária. Neste sentido, acreditamos que este estudo qualifica a compreensão deste fenômeno social, ao problematizar as suas práticas sob o enfoque das relações de poder que seus integrantes estabelecem entre si.

Analisar relações de poder em uma rede de economia solidária exige uma aproximação entre conceitos. Ao localizar termos como poder, rede e economia solidária quanto a sua utilização pelas ciências sociais, perceberemos que não faltam oposições e disputas pela definição destes conceitos. A expressão poder inspira diversas asserções, assim como a palavra rede vem sendo utilizada amplamente em diversos campos do conhecimento, da mesma forma, economia solidária parece um neologismo longe de consenso na comunidade científica. A condição de disputa em torno dos conceitos é um pressuposto deste estudo, mas a pretensão deste estudo é buscar uma argumentação na realidade empírica que suporte a opção teórica da qual partimos, sem cair em julgamento *a priori* desta realidade, sabendo que a argumentação em favor de determinada teoria supõe sua aplicabilidade na realidade social.

A utilização do termo rede é recente nas ciências sociais. Advindo da cibernética, neurofisiologia e da biologia, o termo foi incorporado às ciências sociais a partir da década de 60 do século passado. Do ponto de vista mais geral, rede indica uma relação entre indivíduos ou organizações em torno de objetivos coletivos, procurando radicalizar a democracia através de uma horizontalidade organizativa que permita a conexão de fluxos entre os integrantes da rede, de maneira a preservar a autonomia e a incorporação de

valores como a solidariedade, o respeito à diversidade, entre outros. Nossa opção, no presente estudo, é a sua utilização para indicar uma relação horizontal entre integrantes de uma organização, implicando em simetria na distribuição do poder. Em outros termos, entendemos por rede uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde as unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 2000b). Neste sentido, redes são estruturas dinâmicas e indeterminadas no sentido de que sua configuração é flexível e regida por mecanismos de auto-regulação, à maneira de sistemas adaptativos. Além disto, redes são articulações fluidas – o que lhes confere uma conotação política de afirmação da liberdade e democracia – e são consideradas por muitos teóricos a forma mais adequada para as exigências de flexibilidade, descentralização, autodeterminação e autonomia reivindicadas na contemporaneidade.

O termo economia solidária também é bastante recente. Conceitos inconciliáveis para uns, projeto político de alternativa de sociabilidade humana para outros. E entre os que defendem a sua viabilidade, alguns atores a entendem como estratégia de sobrevivência econômica, enquanto para outros é um projeto social e ideológico de reforma social e mudança do paradigma de organização da sociedade. Como se não bastasse esta dualidade, veremos que o conceito parece não indicar uma realidade específica e homogênea, mas propõe abarcar uma quantidade bastante diversificada de experiências de organização econômica. Conjugado a isto, o conceito de economia solidária, embora seja amplamente utilizado nas ciências sociais, disputa, com outros conceitos, a condição de abrigar conceitualmente as organizações econômicas regidas pelos princípios da solidariedade. Entre eles: socioeconomia solidária, cooperativismo popular, economia popular e solidária, economia social e economia do trabalho.

O termo poder, embora goze de uma certa tradição nas ciências sociais, é ainda mais contestado. A quantidade de perspectivas teóricas sobre o tema nos levou a adotar sua classificação de Guy Rocher (1986) que dividiu as diversas teorias sobre o tema em três grandes correntes: voluntaristas, críticas e sistêmicas. No entanto, as hipóteses construídas a partir da revisão bibliográfica da fundamentação teórica do objeto de pesquisa, confrontam duas destas três correntes de conceituação do poder: a teoria voluntarista – que

fundamenta as hipóteses deste estudo e que entende o poder como inerente à relação social, com base na assimetria, resistências e conflitos –, e a teoria sistêmica –, sustentação teórica das redes de economia solidária e que parte da compreensão do poder como consenso coletivo para consecução de metas coletivas.

O arcabouço teórico deste estudo confronta, portanto, as perspectivas voluntaristas com as teorias sistêmicas. As teorias sistêmicas entendem o poder como elemento funcional do sistema e como categoria analítica marginal na análise das relações sociais. Desta maneira, associam o poder ao consenso para o empoderamento (*empowerment*) do grupo, no caso da rede, ou entendem-no como um meio de comunicação para divulgação das ações do sistema, isto é, um recurso disponibilizado pela funcionalidade, mas que não é “acionado” no funcionamento normal do sistema, a não ser para corrigir e adaptar os membros ao sistema. A sanção passa a ser um recurso disponibilizado, mas a sua utilização implica em diminuição do poder. Da mesma forma, a disciplina não é um recurso primordial, mas uma opção de concordância com os princípios organizativos do sistema. Esta concepção aparece no conceito de poder ligado ao **momento fundacional e ação concertada** de Hannah Arendt⁸ e na noção de Talcott Parsons que entende o poder como recurso para obtenção do consenso, generalização de metas coletivas e de legitimação do mandato dos representantes. Outra elaboração importante que adota a visão sistêmica é o conceito de poder de Niklas Luhmann. Para este autor, o poder atua como “catalisador” para formação de cadeias entre indivíduos pela sua condição de meio de comunicação que generaliza simbolicamente códigos articuladores das relações, nos sistemas sociais.

De outro lado, as perspectivas voluntaristas entendem o poder como produtor de realidades. Partindo do entendimento que as relações sociais entre integrantes de um grupo social são perpassadas pelo poder, nossas hipóteses apontam para uma realidade empírica onde as relações sociais são estabelecidas em torno de disciplinamentos, disputas, conflitos – abertos e velados –, resistências, interesses e estratégias que ajudam a compreender com maior alcance as práticas sociais em redes que procuram articular economia e solidariedade. Em outras palavras, nossas hipóteses procurarão comprovar que no interior do consenso existem conflitos e resistências, o que nos leva a propor que a teoria do poder das perspectivas sistêmicas não é suficiente para explicar os desdobramentos da questão do poder nas redes.

⁸ Arendt não tenha elaborado propriamente uma Teoria Sistêmica do poder, é comumente incluída neste grupo por problematizá-lo para além da violência e do conflito para compreendê-lo como consenso em torno das leis. E neste ponto, a sua perspectiva está bastante próxima das teorias sistêmicas.

Partindo da constatação de Max Weber (1992, p. 43) de que o termo poder é “sociologicamente amorfo”, empreendemos alguns esforços para preencher este conceito a partir de categorias que pudessem operar a sua aproximação com a realidade empírica. A eleição destas categorias levou em consideração os avanços contidos nas teorias do poder. São elas: sanção, coerção, coação, normatização, disciplina, biopoder e saber-poder⁹. Estas categorias serão melhor tematizadas no segundo capítulo, mas é importante ressaltar que também são tratadas de maneira bastante diferenciadas entre as teorias do poder. Por exemplo, a categoria da disciplina é amplamente utilizada e sensivelmente diferenciada na sua utilização tanto pelas teorias sistêmicas quanto pelas voluntaristas. Enquanto para estes últimos a internalização da disciplina indica necessariamente uma assimilação de dispositivos de controle e de sujeição dos indivíduos às “vontades do poder”, para os integrantes da teoria sistêmica ela aparece como ato “consciente” de consenso em torno dos objetivos da coletividade. Para observação desta categoria na realidade empírica foi preciso elaborar a questão de como a rede implementa e vive a disciplina na sua organização interna. Neste ponto, constatamos que a rede possui instâncias para “preservação” da disciplina e a aplicação de punições de caráter disciplinar e os registros da rede parecem apontar para a adoção desta categoria como dispositivo de coação dos integrantes para a preservação dos objetivos gerais da rede.

Quanto à organização deste estudo, a resposta à problemática será desenvolvida no transcorrer de três capítulos. No primeiro situaremos a dificuldade de conceitualização da economia solidária pela sua tentativa de abarcar práticas heterogêneas e por conviver com a dualidade de articular alternativas de geração de trabalho e renda e ao mesmo tempo procurar fundamentar um projeto de reforma político-social ao estabelecer uma circularidade e interdependência entre os termos economia e solidariedade, isto é, pela introdução de elementos valorativos na dimensão econômica da organização social. Em seguida localizaremos algumas abordagens de economia solidária, diferenciando duas abordagens internacionais e situando, em seguida, a teorização do fenômeno no Brasil. Feitos isto, demonstraremos o surgimento das redes de economia solidária e sua relação teórica com a teoria dos sistemas situando a problemática do poder nestas redes.

O itinerário da organização desta discussão obedece a algumas questões específicas: primeiro, para responder à problemática proposta precisaremos estabelecer os

⁹ Faremos uma opção pela categoria Poder disciplinar e não utilizaremos o dispositivo de biopoder. Estas categorias são utilizadas por Foucault para reconstruir a história do poder desde o início da modernidade. A argumentação desta opção será feita no segundo capítulo.

princípios das redes de economia solidária a partir da sua fundamentação teórica, isto é, sua relação com a teoria dos sistemas. Este elo é garantido pelos princípios da *autopoiesis*, auto-regulação, auto-referência, entre outros. Depois de estabelecer esta relação entre redes e teoria dos sistemas, passamos à revisão bibliográfica da temática do poder, organizando e classificando as diversas perspectivas em três correntes teóricas, conforme exposto acima, tema do segundo capítulo deste estudo. De fato, o poder não é teorizado e tampouco problematizado pelas redes de economia solidária. Esta situação nos obrigou a indagar sobre a justificativa desta não-teorização. Neste ponto percebemos que a situação mais uma vez está diretamente relacionada à perspectiva sistêmica que entende o poder como elemento funcional e marginal na organização do sistema social. É neste ponto que se localiza a opção teórica deste estudo, ancorada na perspectiva voluntarista a partir das contribuições de Michel Foucault (1926-1984). A teorização de Foucault parte de uma concepção do poder como essencialmente relacional e produtor de realidades. Para chegar a esta conclusão, o autor percorre um trajeto metodologicamente inovador de análise do poder para entendê-lo para além da centralidade e localização no Estado, mas diluído nas tramas da rede social, perpassando todas as relações sociais. Neste sentido, o poder não é algo possuído por alguém, mas emerge como categoria analítica fundamental para a análise social. Associado a estes argumentos está a idéia de que este poder se manifesta através de dispositivos disciplinares, aqui traduzidos por categorias do conceito de poder.

Esta reconstrução teórica permitiu a criação das condições necessárias para a análise dos dados obtidos na realidade empírica selecionada. Abrimos o terceiro capítulo com uma caracterização da realidade empírica escolhida, destacando sua estrutura organizativa e a dinâmica do seu funcionamento. Em seguida, iniciamos um diálogo com os dados coletados apresentando e confrontando as hipóteses que regem este estudo. Por fim, realizamos um esforço na revisão da teoria à luz das conclusões obtidas neste confronto entre as hipóteses e a realidade empírica, avaliando e reorientando algumas questões teóricas para melhor compreensão das relações sociais nestas redes.

CAPÍTULO I – AS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E A QUESTÃO DO PODER

1.1 O Conceito de Economia Solidária

Dacheux e Goujon (2002) afirmam que o termo economia solidária não é um conceito – no sentido kantiano do termo – mas uma noção generalizante que compreende diferentes e diversas práticas. Desta forma, a expressão pode ser utilizada mais pelo seu valor heurístico do que pela condição conceitual¹⁰. A dificuldade apontada pelos autores ilustra a complexidade inerente a esta noção. Por isto, convém iniciar o presente capítulo com duas explicações – que servem de precauções para análise – antes de adentrar no conceito de economia solidária: a primeira é de que a economia solidária é um fenômeno que se constitui sócio-historicamente como resultado de um conjunto de experiências diversas que são articuladas conceitualmente pelo princípio do questionamento do sistema econômico capitalista ou como alternativa coletiva de subsistência e geração de trabalho e renda, mas que modificam a sua natureza e estratégia de ação com o passar do tempo, em acordo com o contexto social que lhes é específico e propício.

A segunda precaução que orienta este capítulo é de que, em termos conceituais, a expressão economia solidária, amplamente empregada neste estudo para caracterizar estes movimentos e empreendimentos, está longe de ser uma unanimidade entre os teóricos que sistematizam o fenômeno, embora a ampla maioria utilize esta expressão por considerá-la mais abrangente. Ao longo desta discussão, procuraremos situar este fenômeno social em vários e diferentes contextos evitando o debate conceitual quanto a utilização de um termo

¹⁰ Esta e as outras referências bibliográficas estrangeiras utilizadas foram traduzidas livremente pelo autor deste estudo.

em desfavor a outro. Qualquer leitor minimamente introduzido no assunto perceberá que o fenômeno é explicado por vários conceitos correlatos. Entre eles: economia social, economia de solidariedade, autogestão, economia popular e solidária e socioeconomia solidária. Todavia, por necessitarmos de um conceito ao menos provisório para qualificar o fenômeno, optamos pelo termo economia solidária unicamente para servir de ferramenta de recorte metodológico para análise da problemática em questão.

Etimologicamente a expressão economia solidária é uma composição derivada das palavras gregas *Óikos* (casa, bens...) e *nomos* (norma, regime...) que significa economia, gestão da casa, e da expressão latina *Solidum*, que na acepção romana significava a responsabilidade de cada um com o grupo social. Euclides Mance traduz a palavra *Solidu* “como algo forte que dificilmente se deixa destruir por força externa” (1999a, p. 17). Similarmente, Paul Singer (2000b, p. 69) introduz a idéia de solidariedade como união de pessoas que as torna fortes, o que faz emergir o termo solidariedade.

Além disto, o que parece ser estrutural no conceito de solidariedade é a idéia de reciprocidade como distinção da caridade. Esta diferenciação, geralmente apontada pelos historiadores, procura afastar a visão assistencialista e de caridade que a palavra solidariedade evoca. Para a economia solidária, solidariedade significa reciprocidade, enquanto a caridade é uma via de mão única (TEDESCO, 2001; LECHAT, 2002).

Carlos Vainer (2000) argumenta que a expressão economia solidária é um oxímoro por tentar juntar termos contraditórios como economia, lugar da competição, e solidariedade, que enseja a cooperação e a colaboração entre os atores econômicos. Segundo o autor, repensar a economia a partir de princípios da solidariedade e da cooperação significa um confronto radical com a economia, uma vez que não há hipótese de convivência entre o individualismo e a cooperação, entre a competição e a solidariedade. Além disto, “a economia solidária difunde a crença na possibilidade de a solidariedade se desenvolver de forma ampla sob a égide do capital” (VAINER, 2000, p. 47). Vainer propõe, então, que abdicuemos do termo economia solidária e passemos a usar expressões menos ambiciosas e abrangentes como cooperativismo, por evocar apenas uma distinção na forma de gestão da propriedade e divisão dos resultados.

Esta crítica à economia solidária evidencia a dificuldade em relacionar duas dimensões da vida social que foram separadas na constituição do paradigma econômico vigente. Em outros termos, articular a solidariedade como valor à dimensão produtiva da

vida parece ser, por si só, um obstáculo intransponível. No entanto, Singer (2000b) rebate este entendimento, afirmando que o conceito de economia concorrencial é uma concepção ideológica da economia, difundida pelo liberalismo econômico, que somente tem sustento do ponto de vista teórico. Segundo o autor, o sistema econômico capitalista precisa estabelecer um nível de cooperação interna para se sustentar. A livre concorrência leva à formação de oligopólios e à conseqüente desestruturação do sistema. Além disto, dentro da empresa existe uma “mistura muito estranha de competição, colaboração e cooperação” (SINGER, 2000b, p. 67-68) que articula as pessoas em equipes, unidas para alcançar os resultados previstos. A empresa capitalista não sobreviveria sem esta colaboração. Para o autor, o que a economia solidária propõe é substituir a competição pela solidariedade, o que a torna perfeitamente exeqüível sob a égide do capital e às sombras das reestruturações produtivas.

Expostas estas dificuldades iniciais, podemos partir da noção de que a economia solidária acontece quando empreendimentos rompem o isolamento e estabelecem entre si a cooperação e a solidariedade, nas suas relações de produção e consumo, ou externamente, na intercooperação com outros empreendimentos congêneres (TEDESCO, 2001). Ampliando o escopo desta noção inicial, seus autores inserem uma dimensão valorativa à idéia de solidariedade pela noção de reciprocidade e ajuda mútua e uma dimensão política no sentido da sua condição de alternativa sistêmica de sociabilidade humana. Nesta linha de raciocínio, podemos caracterizar a economia solidária como um sistema econômico-social que se constitui por múltiplas formas associativas e empreendimentos solidários, sustentados pelos “princípios e valores universais da solidariedade, da cooperação e da democracia como formas de vida e de convivência humana” (PAEZ, 2001, p. 57). Segundo Paez (2001), é um *modus vivendi* que se organiza balizado por alguns princípios como: 1) a compreensão do trabalho como meio de humanização, o que significa supremacia do trabalho sobre o capital, impedindo a exploração dos trabalhadores; 2) o trabalho associado, como base fundamental da organização do trabalho; 3) a propriedade social e coletiva dos meios de produção; 4) a autogestão como forma de participação dos trabalhadores no planejamento; 5) apropriação coletiva do excedente produzido; 6) a integração entre os empreendimentos solidários na perspectiva da organização de redes, criando relações de cooperação; 7) reinvestimento do excedente na produção coletiva ou na promoção do bem viver; 8) preservação dos ecossistemas e do meio ambiente na cadeia produtiva, isto é, desde a produção ao consumo.

França Filho e Laville (2004) ancoram suas conclusões nas idéias contidas na obra *A grande transformação* de Karl Polany (1886-1964). Nesta obra Polany faz uma importante análise dos princípios de organização econômica, destacando que a economia não pode ser resumida ao princípio mercantil, tal como a percebemos hoje. Embora em nossos dias o “comportamento mercantil” seja hegemônico e tenha atingido este feito a partir das transformações que instalaram o capitalismo moderno, ainda nos séculos XV e XVI, há indícios históricos de que a organização econômica da sociedade comporte, se bem que marginalmente, outros princípios econômicos: a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade. Na argumentação de Polany (2000, p. 62-90), estes princípios às vezes concorrem entre si, outras vezes se complementam. Se analisarmos os quatro princípios, perceberemos esta complementaridade na formação do sistema econômico. Economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados em que toda a produção é para a venda neste mercado e o ganho monetário – finalidade última do sistema – surge da relação comercial. Por outro lado, a redistribuição parte da contribuição dos membros de determinada sociedade para que a produção seja armazenada e administrada para a redistribuição por uma institucional central – geralmente o Estado – que tem a tarefa de zelar pelo provimento dos recursos para o bom funcionamento do grupo. A reciprocidade, também considerada economia da dádiva, onde as transformações são indissociadas das relações humanas, está orientada pelo padrão institucional da simetria na provisão da subsistência familiar e do grupo social. Neste caso, o sistema econômico tem mera função de organização social. Por fim, a domesticidade consiste na produção para o auto-consumo: daí o conceito de economia como “gestão da casa”. Sua pretensão é prover o consumo doméstico em unidades auto-suficientes, vedando o lucro ou a apropriação individual da produção para que ela fique inteiramente disponível ao consumo das unidades.

Segundo França Filho e Laville, a economia solidária se caracteriza por apresentar uma dimensão mais ampla para a redistribuição e a reciprocidade, que é a dimensão pública da sua ação, simultaneamente restringindo-a às questões comunitárias e locais¹¹. Para os autores, há uma estreita relação entre economia e solidariedade e esta relação é profundamente fecundada pela política.

A inovação nos serviços solidários apóia-se no recurso a um princípio de comportamento econômico diferente do mercado e da redistribuição: o princípio

¹¹ É importante destacar que França Filho e Laville incorporam à economia solidária o conceito de economia social, setor formado por serviços de proximidade e ajuda mútua.

da reciprocidade que conduz o processo de interações através das quais os serviços são elaborados. É a razão pela qual certos projetos têm êxito exatamente onde o mercado e o Estado fracassam, pois conseguem reduzir a assimetria de informações entre ofertante e demandante de serviço, assim como conseguem estabelecer uma relação de confiança com o usuário (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 105).

Em uma perspectiva semelhante, Singer (2004) argumenta que o capitalismo não pode pretender-se como articulador de toda a organização econômica da sociedade. Sua organização não abrange a produção simples de mercadorias, a economia pública, a doméstica e tampouco a economia solidária, fundada em valores que o contrapõem estruturalmente. Esta perspectiva de Singer parece seguir a diferenciação de princípios da organização econômica de Polany para ampliar o escopo da abordagem e localizar a economia solidária na dinâmica da econômica, diferenciando-a quanto ao seu caráter.

Quais os antecedentes históricos e sociológicos da economia solidária? Sem deixar de correr o risco da simplificação, talvez seja possível reunir em duas vertentes estas origens, conforme argumentam França Filho e Laville: “a economia solidária surge do contexto de crise econômica e falta de sinergia entre mercado e Estado e de uma ação voluntária orientada por valores de superação do paradigma individualizante da modernidade” (2004, p. 21). A primeira vertente parte da proposição geral de que a matriz histórica da economia solidária são as crises cíclicas e as recorrentes reestruturações capitalistas que fizeram emergir experiências econômicas e movimentos contestatórios e que, por sua vez, passaram a criticar o excesso de regulação, a apropriação unilateral dos lucros, a verticalização e a centralização da tomada de decisão e, recentemente, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho. Tal reorganização coletiva convive com uma dualidade interna: ser uma alternativa coletiva de geração de emprego e sobrevivência no mundo do trabalho, ou um movimento contestatório com motivações ideológicas de subversão e transformação da economia capitalista, substituindo o princípio da competição pela idéia de solidariedade (ROSENFELD, 2003).

Abordaremos o fenômeno da economia solidária a partir desta segunda característica interna, analisando as motivações ideológicas de diversos movimentos sociais que visam reinserir na dinâmica social grupos excluídos. Singer (1998, p. 181) articula esta dualidade a partir da noção de que:

a economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar, investir e segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego [...] e são lutas diretas contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária.

O autor argumenta que a economia solidária surgiu nos “interstícios do capitalismo” (2002, p. 35), o que pode ser constatado analisando o seu desenvolvimento em três fases distintas do capitalismo nos últimos 200 anos: a primeira representa o surgimento da economia solidária, fruto do cooperativismo revolucionário iniciado por Robert Owen, na Inglaterra, no início da revolução industrial, e em 1825 nos Estados Unidos. Na segunda fase, a economia solidária sofreu uma alteração significativa após a II Guerra Mundial, quando a situação de pleno-emprego dos anos 40 aos 70 levou a classe trabalhadora a se acomodar a um padrão de vida de classe média, obnubilando a hierarquia e a alienação no trabalho, convertendo os sindicatos em entidades de defesa dos direitos dos trabalhadores e dos seus empregos. A terceira fase, caracterizada pela reinvenção da economia solidária, surgiu como consequência da flexibilização iniciada nos anos 70, fazendo ressurgir o interesse pelo fenômeno que passou a requisitar os princípios originais do cooperativismo. Como resultado, temos um “novo cooperativismo que significa a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e a igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p. 35)¹². Este novo cooperativismo está também relacionado ao fracasso do socialismo real do leste europeu, que colocou em cheque o planejamento central da economia dos países por uma pseudo-ditadura do proletariado. Também o fracasso da perspectiva social-democrata apontou que o caminho da emancipação não passaria pelo Estado, mas pelas ONGs, movimentos de libertação, comunidades, entre outros (SINGER, 2002)¹³.

¹² Esta reinvenção da economia solidária estabelece um programa que “se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante” (SINGER, 2002, p. 112).

¹³ Segundo Pinto (2004) outro aspecto salutar para o reaparecimento da economia solidária é consolidação da democracia no plano político, principalmente na América Latina, nos últimos 20 anos e que inaugurou a exigência de abertura no processo de gestão das empresas. Embora esta “abertura democrática” tenha sido alardeada como um componente fundamental da reestruturação produtiva na década de 70. Estudos mostram que os novos protocolos organizacionais e gerenciais, embora apresentem uma roupagem democrática, propõe, de fato, uma captura da subjetividade operária, buscando o seu envolvimento na consecução das metas das empresas e, conseqüentemente, o aumento dos níveis de acumulação capitalista. Sobre reestruturação capitalista ver Pauli (2005).

Por outro lado, embora o surgimento da economia solidária seja recorrente em ciclos de crises do capitalismo, analisá-la por um “causalismo” unicamente econômico significaria reduzir a complexidade social que o termo evoca. Com efeito, as sucessivas crises se mostraram historicamente férteis terrenos para o questionamento do excesso de mercantilização da economia. Neste sentido, há indícios de que a economia solidária tenha surgido como alternativa de organização econômica entre o espaço público, representado pela economia estatal, e a esfera privada, representada pela empresa capitalista. Por isto, constantemente o denominam de terceiro setor¹⁴.

Outra variável para compreensão do surgimento da economia solidária é a disputa entre duas variantes axiológicas que orientaram as teorias capitalistas e da economia solidária desde a modernidade: de um lado, o individualismo com a perspectiva de emancipação, traduzido especialmente na edificação do paradigma moderno, e do outro o coletivismo que se estruturou pela reação à dicotomia indivíduo-sociedade no campo econômico e que marca profundamente a vida social. A modernidade apresentou a economia como espaço de realização de desejos individuais e a economia solidária procura afirmar toda lógica de associativismo como espaço de realização humana. Seu fundo político ideológico está nesta contestação dos marcos da economia capitalista e sua perspectiva mais geral como alternativa de sociabilidade está calcada na idéia de solidariedade, procurando romper com o individualismo econômico e instaurando a solidariedade como condição de reingresso na dinâmica social¹⁵.

O modelo de economia proposto no *óikos* grego carrega um conceito que significa organização econômica como gestão da casa e da vida dos cidadãos. Neste caso, a economia é sempre um exercício coletivo voltado à promoção das condições de subsistência e de provisão das condições materiais para o exercício da cidadania. No entanto, a substituição do coletivismo e da cooperação pelo individualismo marcará a grande tensão da modernidade e irá se desenvolver de forma gradativa por meio de várias revoluções. A primeira delas foi a revolução propriamente econômica em que os indivíduos se separaram da economia familiar (do *óikos*: gestão da casa) para desenvolver a atividade econômica de forma independente, quando os camponeses se libertam das

¹⁴ Mance (1999a, p. 19) qualifica a economia solidária como espaço público não-estatal. Alguns autores procuram diferenciá-la do terceiro setor argumentando que este não está preocupado em integrar ao sistema os sistematicamente excluídos do sistema de produção da reestruturação produtiva do capital, mas servir aos interesses da flexibilização, e da reestruturação capitalista (TEDESCO, 2001).

¹⁵ Estes dois argumentos de causa deste fenômeno parecem ser consensos entre os historiadores e teóricos do assunto. Sobre isto, ver Azambuja (2004), Cattani (1996); França Filho e Laville (2004); Pauli (2004); Rosenfield (2003).

formas coletivas do modo de produção feudal. A organização feudal impedia os trabalhadores de ter acesso à propriedade da terra, caracterizando uma dependência aos senhores feudais. A modernidade inaugurou o direito dos indivíduos à propriedade e ao livre comércio. Paralela a esta revolução no campo jurídico, uma profunda revolução aconteceu no campo intelectual com a inauguração do subjetivismo moderno, que com a idéia de racionalização do mundo permitiu o desenvolvimento da ciência como desmistificadora do mundo natural. Esta compreensão de ciência forneceu a base para uma revolução no campo espiritual com a Reforma Protestante, que possibilitou uma importante conquista da era individualista: a liberdade de consciência religiosa. Outra revolução que merece destaque é a revolução no campo político que fez surgir a democracia moderna, que por sua vez, proporcionou a conquista da liberdade pessoal e dos direitos civis individuais. Por fim, a Revolução Industrial que, com o apoio da economia política, fundamentou a competição e a implementação do trabalho assalariado, estruturado sob a divisão do trabalho. Desta maneira a modernidade efetivou o individualismo fundamentado no *homo-econômicus* que participa da economia de forma individual e autônoma, estabelecendo a concorrência com os outros como lei para a sobrevivência social.

Assim, o projeto moderno, forjado por meio de inúmeras revoluções, é caracterizado pela disputa entre duas racionalidades de paradigma: de um lado, o individualismo e, do outro, o coletivismo como fundamento da organização social. A crítica ao individualismo moderno é um elemento fundante da economia solidária. Esta idéia fecunda todo movimento contestatório deste paradigma e estará presente nas doutrinas dos teóricos que antecederam o recente conceito de economia solidária.

1.2 Antecedentes históricos e intelectuais da economia solidária: o dilema da utopia

A vertente teórica da economia solidária está estreitamente vinculada ao desejo de uma transformação estrutural da sociedade a partir das idéias da coletividade e da cooperação. O desejo de transformação não é algo recente, mas perpassa a história humana produzindo revoluções, criando líderes, mártires, alterando as configurações sociais e nutrindo a ação de homens e mulheres na marcha pela construção de um mundo mais justo. É claro que nem todas as revoluções, guerras e acontecimentos da história tiveram a

pretensão de transformação social ou buscaram a realização de uma utopia. Muitas vezes limitavam-se à disputa por ampliações de domínio, questões comerciais, disputas étnicas e religiosas, entre outras. No entanto, é possível distinguir os acontecimentos que são resultados de doutrinas que procuraram convencer toda uma sociedade de que era preciso abandonar aquele modelo de organização em prol de algo substancialmente novo, seguindo o ideário da igualdade, da justiça e da solidariedade.

Consideramos necessária uma rápida exposição do conceito de utopia para localizar as tendências atuais da economia solidária porque nos permitem estabelecer o pano de fundo da nossa análise. Neste sentido, destacamos inicialmente a contribuição de Thomas More que lançou as bases para o conceito moderno de utopia; em seguida a dos socialistas utópicos, em especial Saint-Simon, Proudhon, Owen e Fourier, bem como a crítica de Marx e Engels a estes pensadores. Entre os contemporâneos, citamos a contribuição de Martin Buber que localizou o debate conceitual entre socialismo e utopia, a partir da sua genética histórica, tecendo uma interessante crítica ao marxismo ortodoxo, e Boaventura Sousa Santos pela crítica ao paradigma moderno e recolocação da utopia no horizonte das lutas contestatórias¹⁶.

Thomas More (1477-1535) pode ser considerado pai da utopia moderna e o primeiro a desenvolver um sistema social com base na igualdade e no fim da propriedade privada, através de fina ironia e crítica ácida às instituições sociais da sua época e ao sistema feudal inglês que já começara a sofrer as primeiras transformações modernas. Na obra *Utopia*, de 1516, criou uma ilha imaginária onde desejo da sociedade justa e igualitária seria realidade. O cerne da obra de More é a crítica às injustiças que os nobres cometiam contra o povo, fazendo crescer a miséria e os problemas sociais, como a mendicância, os roubos e os assassinatos. Para isto criou uma sociedade imaginária, localizada numa ilha. Descreveu minuciosamente a organização da nova sociedade: sem trabalho assalariado, sem vassalagem e sem exploração. O Estado era o justo administrador da economia: sem gastos supérfluos com a ostentação e os luxos excessivos da nobreza. A ilha de More realmente nunca existiu, mas no final da obra ele afirma que “há, na república de Utopia, muitas coisas que desejaria para os nossos países, considerando-se ainda que a

¹⁶ Além dos autores sinteticamente visitados aqui estão teóricos clássicos como Babeuf, Considérant, Weiling, Cabet, William Kina, Landauer, Wells, Kropotkin, Louis Blanc. Recentemente outros autores elaboraram sobre o tema. Entre eles: Bloch, Duveau, Mannheim, Mucchielli, Ruyer, Szachi, Buber, Furter, Paulo Freire, e outros. Para citar algumas obras importantes: Wells (1905) *A modern utopie*; Ernest Block (1923) *Geist der Utopie* (O espírito da utopia); Ruyer (1950); *A utopia e as utopias*; Mannheim (1960) *Ideologia e utopia*; Mucchielli (1960) *O mito da cidade ideal*; e Duveau (1961) *Sociologia da utopia*.

minha expectativa vai além da esperança de o conseguir” (MORE, 2004, p. 113). Esta afirmação indica o afastamento de qualquer perspectiva romanesca de utilização da expressão utopia, na medida em que indica uma necessidade factual para suas “imaginações”.

A obra de More, embora seja referência por lançar a idéia de utopia e sua utilização no sentido etimológico do termo¹⁷, tornou-se referência direta e indireta para as teorias coletivistas que a sucederam. A diferença é que as teorias modernas posteriores a More fecundaram a utopia com a tecnologia moderna, isto é, embora a sociedade solidária seja um projeto do porvir, é preciso iniciar a obra com as ferramentas disponíveis no contexto social, transpassando a utopia com conseqüências práticas e imediatas. De 1516 até nossos dias, muitas perspectivas utópicas surgiram, mas nos ateremos às vertentes teóricas da economia solidária, que são oriundas das teorias igualitárias de transformação social com base na transformação das relações de produção. Com isto, concordamos com Singer (1998) que as teorias da economia solidária têm origem no socialismo e que todos os seus teóricos se inspiram não só no socialismo “científico” de Marx, mas também nas formulações e doutrinas de pensadores como Proudhon, Saint-Simon, Fourier e Owen¹⁸.

Foi neste sentido que Proudhon (1809-1865) propôs o mutualismo como princípio de organização social, conservando a liberdade e autonomia no seio da organização econômica. Em seu livro *O que é a Propriedade* (1840), afirmava que a propriedade privada era um roubo, e passou a defender a proposta da autogestão dos empreendimentos pelos trabalhadores, como alternativa às contradições do capitalismo. Contemporâneo de Karl Marx publicou, em 1846, a obra *Filosofia da Miséria*, onde procurou justificar o que ele compreendia por transformação social, que não coincidia com as idéias de Marx. Pouco antes da sua morte, na obra *Da capacidade política das classes operárias* (1965)¹⁹, Proudhon ocupou-se do problema da centralização no comunismo, manifestando reservas para com o estabelecimento da “Associação” como panacéia universal, fixada pelo Estado para a solução dos males sociais. Afastou, também, a idéia da coação estatal ou perda da

¹⁷ Como indica a própria expressão: *U*, em grego, significa não, e *topia*, também em grego, significa lugar. Ou seja: não lugar, um lugar que não é esse aqui, em que estamos agora, algo sem incidência no espaço e no tempo.

¹⁸ Também chamados de “Idéias Socialistas”, fundamentavam um regime de igualdade na distribuição das riquezas e sem exploração do trabalho. Estes pensadores procuraram fundamentar formas associativas alternativas ao modelo capitalista de produção e suas teses orientaram o surgimento de diversas experiências cooperativas que procuravam abandonar a receita liberal-individualizante de organização da produção. Saint Simon é considerado o fundador do socialismo, Owen foi o criador das primeiras sociedades cooperativas e Proudhon do sistema mutualista.

¹⁹ Obra publicada logo após sua morte.

liberdade e da autonomia individual. Temia a proliferação de “egoísmos coletivos” e posicionou-se “contra o associativismo monopolista e a favor de um associativismo mutualista” (BUBER, 1971, p. 50-51).

O pensamento de Saint-Simon (1760-1825) foi resultado da Revolução Francesa e do iluminismo moderno – quando a indústria dava seus primeiros passos na França. Seu pensamento problematiza o antagonismo social entre os trabalhadores e os ociosos. Trabalhadores eram os operários assalariados, banqueiros, fabricantes e comerciantes, enquanto os ociosos correspondiam aos antigos privilegiados da corte, os descamisados e os que viviam de pequenas rendas que não intervinham na economia. Partindo da compreensão da importância do trabalho, Saint-Simon considerou os trabalhadores os verdadeiros artífices da construção das sociedades modernas e provedores de toda a organização social. Estas idéias estão na sua obra *Cartas de um Habitante de Genebra a seus contemporâneos* (1802). A superação deste antagonismo aconteceria por meio de uma nova religião, chamada de **novo cristianismo**, que somada a uma racionalidade humanista reestruturaria a indústria pela ciência inserindo na racionalidade econômica os ideais da justiça e da igualdade.

Fourier (1772-1837) pôs a nu a miséria do mundo burguês e satirizou a fraseologia dos teóricos burgueses que prometiam felicidade²⁰. Segundo Engels (1989), sua maior contribuição foi a análise histórica, na qual afirmava que a História se havia desenvolvido em quatro fases: selvagismo, barbárie, patriarcado, culminando na civilização (sociedade burguesa), que é o refinamento hipócrita da selvageria primitiva. A História seria um círculo vicioso, expresso na pauperização da classe trabalhadora, no trabalho prolongado pelas altas jornadas de trabalho e na dominação masculina. Sua proposta é uma nova sociedade baseada em **falanstérios**, também denominados **falanges**. Embora nunca tenha conseguido implementar suas idéias, os **falanstérios** foram caracterizados por Fourier como comunidades autogeridas por trabalhadores que produziriam para um fundo comum e a distribuição das riquezas seria dada pelo trabalho empreendido por cada membro deste empreendimento.

No mesmo período em que a França viu surgir seus primeiros teóricos da transformação social, surgiu, na Inglaterra, um filantropo chamado Robert Owen (1771-

²⁰ É o primeiro a criticar a função da mulher na sociedade burguesa. “O grau de emancipação da mulher é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral” (*Apud* Engels, 1989, p. 38).

1858)²¹ que ficou famoso pela capacidade de conversão de benefícios aos trabalhadores em aumento dos lucros das suas empresas. No entanto, Owen não se limitou à caridade para com os seus funcionários: passou a defender a idéia de que “as bases para uma reconstrução social estavam fadadas a trabalhar em prol do bem-estar coletivo, como propriedade coletiva de todos os membros da sociedade” (ENGELS, 1989, p. 42), pois os operários seriam os que efetivamente produzem a riqueza. Este “comunismo oweniano” é resultado de cálculos práticos para reestruturação da sociedade, devido ao estágio avançado em que se encontrava a Inglaterra quanto a Revolução Industrial. Segundo Owen, a transição para a nova sociedade seria mediada por cooperativas de consumo e produção e por mercados operários que trocavam produtos por trabalho. No entanto, a passagem da sua filantropia para o comunismo custou-lhe o isolamento: a imprensa passou a ignorá-lo. A isto somaram-se as fracassadas experiências no Estados Unidos, onde havia aplicado sua fortuna. Seus esforços, porém, resultaram em importantes conquistas para a classe trabalhadora na Inglaterra, tais como a lei de 1819 que limitou o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas. Além disto, foi Owen que presidiu o congresso que reuniu as várias *trade-unions* em uma organização sindical única.

Friederich Engels, em sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, argumenta que o socialismo moderno é fruto do antagonismo de classes (ENGELS, 1989, p. 28) e do ponto de vista teórico é uma continuação do pensamento francês do século XVIII, apresentando uma reivindicação de igualdade para além dos direitos políticos. “Deste modo, o socialismo já não aparecia como a descoberta casual dum ou outro intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente: o proletariado e a burguesia” (ENGELS, 1989, p. 53)²². Segundo o autor, os socialistas utópicos tiveram a pretensão de emancipar toda a sociedade, ao invés de emancipar primeiramente a classe operária. Neste ponto reside a crítica marxista aos pensadores chamados de “reformadores sociais” ou “utópicos” (em sentido pejorativo) porque “naquela época, o modo capitalista de produção, e com ele o antagonismo entre a burguesia e o proletariado, achava-se ainda muito pouco desenvolvido. A grande indústria que acabava de nascer na Inglaterra, era ainda desconhecida na França” (ENGELS, 1989,

²¹ Aplicou esta teoria em sua fábrica de fios de algodão, localizada em Manchester. De 1800 a 1829 dirigiu a New Lanark na Escócia (empresa da qual era sócio gerente) que cresceu a ponto de empregar 2500 trabalhadores, mesmo implementando jornadas de trabalho inferiores à média, criando creches para as crianças, etc.

²² Segundo Engels (1989, p. 31) as primeiras teorias comunistas do século XVIII foram elaboradas por Morelly e Mably e são denominadas pelo autor de “comunismo ascético à maneira espartana” por renunciar a todas as manifestações de gozo da vida.

p. 34). Em outra passagem afirma que as doutrinas dos socialistas utópicos não faziam mais do que “refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe, estando condenados a mover-se no reino da utopia” (ENGELS, 1989, p. 35).

Engels, a partir das descobertas de Marx em *O Capital*, apresenta o antagonismo entre a produção social de mercadorias e o sistema de produção capitalista, descrevendo a primeira crise capitalista em 1825. Até 1877 a Europa já enfrentara a sexta crise de produção. Foi nessas crises que estourou a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista. Por isto, propôs um socialismo científico situado no “terreno da realidade” (ENGELS, 1989, p. 44), em substituição da utopia “pré-capitalista”:

A realização deste ato, que redimirá o mundo, é a missão histórica do proletariado moderno. E o socialismo científico expressão teórica do movimento proletário, destina-se a pesquisar as condições históricas e, com isso, a natureza mesma deste ato, infundindo assim à classe chamada a fazer essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza da sua própria ação (ENGELS, 1989, p. 78-9).

Martin Buber (1971) procurou a genética das teorias que Marx e os marxistas denominaram socialismo utópico e descobriu uma disputa entre as perspectivas de transformação da realidade. A denominação utopia passou a ser a arma mais poderosa na luta do marxismo contra o socialismo não-marxista. O chamado socialismo científico procurou suplantar o socialismo utópico na medida em que indicou um lugar exato, um devir como necessidade histórica da evolução da humanidade, enquanto para os utópicos não existia uma exigência tópica. Nas palavras de Proudhon os próprios trabalhadores deveriam encontrar *les raisons des choses* no percurso da história, sempre aberta a novas circunstâncias²³. Na obra de Buber, *O Socialismo Utópico*, é possível encontrar uma minuciosa reconstrução da crítica (ideológica) de Marx aos socialistas utópicos, principalmente Fourier e Proudhon, chamados de “homens superficiais”. Para Marx e Engels aqueles pensadores eram utópicos – para dizer não-científicos – e criaram sistemas fantasiosos e imaginários de organização social porque a sua época não permitia analisar as diferenças de classe que começavam a se processar. Na crítica a Proudhon, Marx

²³ Veja-se esta diferença na passagem de Proudhon ao responder a um convite ao debate feito por Marx para um intercâmbio de idéias: "procuremos conjuntamente, se vossa senhoria deseja, as leis da sociedade e a maneira como essas leis se convertem em realidade; mas, pelo amor de Deus, após havermos removido os entulhos de todos esses dogmatismos a priori não queiramos, por nossa parte, envolver o povo em doutrinas. Não incorramos no erro do seu compatriota Martin Lutero que, depois de haver derrubado a teologia católica, dedicou-se, sem perda de tempo, e fazendo grande alarde de excomunhão e anátemas, a fundar uma teologia protestante" (PROUDHON *apud* BUBER, 1971, 23-4).

argumenta que os socialistas utópicos deveriam ocupar-se da ciência para compreender a gênese da transformação social.

Para Buber (1971) a utopia está centralizada com firmeza tectônica no desejo, estabelecendo-se em algo que “deve ser”, um desejo que “deveria” ser realizado. No caso do socialismo é o desejo pela justiça social que não se realiza na individualidade, mas na coletividade. O autor diferencia utopia de escatologia, embora ambas possuam caráter realista. A escatologia compreende o ser humano como produto cósmico, transcendendo a dimensão social e a ordem da justiça “vem de cima”, enquanto a utopia propõe a transformação interna do homem e o desenvolvimento das possibilidades latentes da comunidade humana, de concretizar uma ordem justa. O combate iluminista à escatologia da então Idade Média tirou desta a possibilidade de transformação social, mas o resultado do racionalismo econômico e a tecnologia fizeram emergir contradições que alimentaram a utopia. Neste sentido, a utopia moderna está fecundada pela técnica de transformação da realidade, alicerçando doutrina com ação social. Para Buber, existem duas formas de escatologia: a profética (redenção pode acontecer a qualquer momento) e a apocalíptica (que afirma que a data da redenção foi fixada desde a eternidade). Nesta perspectiva, acusa Marx de apocalíptico-utópico pela sua crença na revolução como necessidade histórica absoluta e inevitável, descrita como uma necessidade por devir. Para Buber (1971, p. 25-6) o marxismo científico tem uma tendência centralizadora, ao passo que os socialistas utópicos lutam pela reestruturação da sociedade, transformando, de maneira paulatina, a alma humana no seu agir cotidiano. Com este argumento, parte em defesa dos socialistas utópicos por concluírem que nem todos os problemas sociais e sua solução estão alicerçados num denominador comum e por enxergarem “a meta sob a luz da liberdade e da diversidade” (BUBER, 1971, p. 24).

Além disto, Buber argumenta que Marx converte igualmente o seu socialismo em utopia quando elabora a passagem do “reino da necessidade” para o “reino da liberdade”. Ao estabelecer a propriedade privada como geradora da alienação por ser a “expressão material e sensível da vida humana alienada” (MARX, 1989, p. 193), Marx postulou a necessidade de sua superação para a suprimir o sistema de alienação, o que só seria possível pela eliminação da propriedade privada, que é a raiz da alienação. Para tanto, propôs estabelecer o horizonte da emancipação da classe trabalhadora, chamado de “reino da liberdade”. Tal reino seria a meta da ação histórica do homem em sua busca pela apropriação da sua essência que, segundo o autor, não é e não deve ser uma fatalidade

histórica ou algo provado a partir de uma "dialética artificial", mas uma luta por algo utópico, do qual se busca uma aproximação. Em outras palavras, a utopia não está fora da possibilidade porque a existência da necessidade remete à possibilidade da liberdade. Por outro lado, localiza "geograficamente" o homem neste horizonte de construção, o que significa dizer que a construção do "reino da liberdade" é algo processual, não algo produzido artificialmente:

O comunismo constitui a fase da negação da negação e é, por conseguinte, para o subsequente desenvolvimento histórico, o fator real, necessário, da emancipação e reabilitação do homem. O comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato, mas o comunismo não constitui em si mesmo o objetivo da evolução humana - a forma da sociedade humana (MARX, 1989, p 205).

Boaventura de Souza Santos (2000), embora não dialogue diretamente com os fundadores da utopia coletivista, elabora uma importante crítica ao paradigma moderno por estabelecer uma microética que propugna a emancipação através de uma individualidade racionalizada e crente na capacidade da ciência de prover uma nova epistemologia, a tecnologia para o bem-estar e o progresso, e na necessidade do direito como agente regulador da emancipação²⁴. Segundo o autor, este projeto fracassou porque a vinculação da emancipação à regulação provocou, em termos práticos, a racionalização da vida coletiva e individual. O desejo da emancipação humana teria de aceitar a regulação para ordenar a própria emancipação. A idéia de regulação vinda da então nova epistemologia marcou também a economia na medida em que desenvolveu um aparato jurídico capaz de preservar as propostas de emancipação, e instituiu formas de poder e propriedade. Além disto, a idéia de aproximar e vincular os pilares da regulação e da emancipação entre eles e a práxis social previa garantir a harmonização de valores sociais incomparáveis, tais como justiça, autonomia, solidariedade e identidade, igualdade e liberdade, mas a regulação, tendo absorvido a emancipação neutralizou eficazmente os receios outrora associados à perspectiva de uma transformação social profunda e de futuros alternativos (SANTOS, B. 2000, p. 50-57).

A proposta de Santos B. é de uma transição para um novo paradigma que passa pela compreensão do conhecimento para a emancipação do ser humano em torno de uma

²⁴ Em sua obra *Crítica da Razão Indolente contra o desperdício da experiência* (2000) Santos desenvolve a idéia de que o projeto sócio político da modernidade assenta-se em dois pilares fundamentais: o pilar da regulação e o pilar da emancipação. Por este motivo o projeto moderno tornou-se ambicioso e sedutor, seja pela novidade da proposta, seja por sua complexidade interna, no que toca a articulação entre a regulação e o desejo da emancipação humana.

“vida decente”. Esta transição deve acontecer no plano epistemológico e social – ou societal – como a denomina Santos B. Em termos práticos, a transição paradigmática acontece pela contradição e competição paradigmática estabelecida pelas experiências alternativas de sociabilidade que contradizem e competem como paradigma vigente. A travessia ou transição paradigmática, ou seja, a emancipação social, só será possível através da reconstrução da utopia. Será, então, fundamental a construção de caminhos emancipatórios (também denominados pelo autor de mapas emancipatórios) e de uma nova subjetividade capaz de percorrer tais caminhos. Os caminhos emancipatórios precisam fazer uma análise crítica do excesso de regulação promovido pela ciência moderna, passando da regulação para a reinvenção de uma nova subjetividade individual e coletiva, na perspectiva de uma transição epistemológica e social. Mas, diante da dificuldade de pensar a transição, torna-se necessário o estabelecimento da utopia que, para Santos B., significa a:

exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor por que vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito (SANTOS, B. 2000, p. 331-2).

O passo seguinte a ser percorrido para a emancipação é acreditar nesta utopia, uma vez que o pensamento utópico de hoje está desacreditado. E esta utopia, por sua vez, necessita de duas condições de possibilidade: uma nova epistemologia que abra alternativa e recuse a regulação, e uma nova psicologia, que recusa o conformismo e cria a vontade de lutar. Por fim, repensar a emancipação significa aceitar a heterotopia, isto é, o deslocamento de um lugar fixo para o acontecimento da utopia para sua condição do centro para a margem, em vários lugares. É estar na margem (fronteira) sem ser marginal e ser heterotópica, isto é, em vários lugares. Em outras palavras, a emancipação será resultado do cultivo de uma epistemologia da solidariedade, primeiro epistemológica, depois societal, o que implica na substituição do princípio individualizante da modernidade pelo princípio da solidariedade (comunidade e participação). A solidariedade é, então, um projeto de reforma político-social do sistema, onde o sujeito da emancipação são as lutas sociais porque conduzem à superação. Portanto, é preciso aceitar o conflito, desejar a solidariedade e empenhar-se na construção de um novo senso comum emancipatório. Nesta perspectiva a solidariedade passa a ser uma exigência ética para a transição paradigmática.

Embora muitas outras elaborações devessem ser exploradas para qualificação desta seção, esta rápida localização das vertentes teóricas da economia solidária permitiu deflagrar a disputa entre os projetos individualistas e coletivistas que marcaram a modernidade. Neste sentido, exploramos a contestação ao paradigma individualista hegemônico pelo conceito de utopia que perpassa as formulações coletivistas e ainda hoje fundamenta as doutrinas da economia solidária.

1.3 O ressurgimento da economia solidária

1.3.1 As abordagens internacionais

O esforço da seção anterior em localizar as teorias utópicas teve dois objetivos: primeiro: situar, ainda que a partir de alguns poucos pensadores, os ideais de transformação social a partir das consequências sociais do capitalismo moderno; segundo: localizar a trajetória e as modificações históricas dos ideais coletivistas até nossos dias. Com efeito, é possível afirmar que a economia solidária é resultado da utopia coletivista inaugurada na obra de More e fundamentada por inúmeros pensadores sociais que atravessaram principalmente os três séculos. Neste sentido, chama atenção a diversidade de elaborações e formulações que partem dos ideais coletivistas e sistematizam experiências sensivelmente diferenciadas, de acordo com contextos locais. Embora a apuração minuciosa das diversas perspectivas não seja o objetivo central deste estudo, é importante situar rapidamente o seu ressurgimento nos últimos anos em diferentes contextos para localizar as abordagens em torno do objeto empírico deste estudo.

Como exemplos desta abordagem internacional localizaremos dois pensadores que, embora situados em países e contextos específicos, contribuem para um rápido panorama das formulações sobre o tema, fora do contexto brasileiro, mas que representam uma contribuição importante na formação do mosaico teórico da economia solidária. São eles: Jean-Louis Laville e Luiz Coraggio.

Segundo Laville, que analisa com propriedade a experiência francesa²⁵, a economia solidária procura afastar a idéia de filantropia e caridade, propondo as idéias de liberdade e igualdade universal, estabelecendo a solidariedade como vínculo social. O marco desta perspectiva é o conceito de Loroux (1841) que, ainda no século XIX, afirmou que “a natureza não criou um único ser para si mesmo... ela tem criado uns para os outros, e tem criado entre eles uma solidariedade recíproca” (*Apud* LAVILLE, 2004, p. 42). No transcorrer histórico, rapidamente se diferenciaram quanto ao estatuto legal e na sua organização administrativa três formas de coletividade: as cooperativas, as mutualidades e as associações. Segundo Laville (2005), as três perspectivas sofreram um “desvio” da sua proposta original, principalmente pela sua condição de abertura, isto é, as cooperativas foram rapidamente integradas ao mercado, o que lhes exigiu qualificação técnica e profissionalização; os acordos com o Estado ocasionaram burocratização administrativa (acordos contaminados pela burocracia estatal). As mutualidades foram orientadas a atuarem na proteção social e na seguridade prestando serviços de assistência e promoção de direitos, principalmente os ligados à lógica produtiva capitalista. Também as associações foram inseridas nas políticas sociais do regime social democrata, quando o Estado estabeleceu as normas de prestação de serviços em uma espécie de regulação tutelada.

Segundo França Filho e Laville (2004) o projeto de economia solidária na França teve início no primeiro quartel do século XX, mas a perspectiva de questionamento dos princípios da economia capitalista iniciou no século XIX e vem se modificando na história, dividida em três períodos: no primeiro, surgiu o associativismo, fruto da injunção do surgimento das empresas capitalistas com a pauperização dos trabalhadores. O movimento estabeleceu uma pauta em torno do direito ao trabalho, definindo a solidariedade “como laço social voluntário que une cidadãos livres e iguais no direito” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 24); o segundo momento pode ser caracterizado como o de declínio da

²⁵ Pode-se dizer que recentemente a França tem protagonizado um grande debate entre economia popular e economia solidária, além de adjetivações como terceiro setor e economia social. Segundo a perspectiva exposta por pesquisadores do CRID (Centro de Pesquisa e Informação para o Desenvolvimento) a economia popular se preocupa com os trabalhadores vulneráveis, precarizados, de mão de obra familiar, mas não se limita à sobrevivência na medida em que propõe soluções coletivas estimulando a cidadania ativa e a construção de atores para transformações políticas-econômicas e sociais. “As atividades da economia popular incluem, naturalmente, uma dimensão de solidariedade que a incorpora, de fato, à economia solidária”. Mas, para isso, precisa “ultrapassar o isolamento e a urgência da sobrevivência e construir um projeto coletivo, incorporando a noção de cidadania” (CRID, 2004, p. 4). A economia solidária visa à transformação do sistema ao introduzir dentro da economia dois novos fatores de produtividade: cooperação e solidariedade. Seus atores julgam que não pode haver uma dicotomia entre economia e a dimensão social da vida. Assim, passa a ser compreendida como ferramenta para o empoderamento (*Empowerment* na acepção anglo-saxônica) para a mudança social e de intervenção na dinâmica do “desenvolvimento local e territorial, convertendo-se em um dos pólos mais importantes do desenvolvimento, ganhando assim, legitimidade na política pública” (CRID, 2004, p 19).

economia solidária e a sua substituição pela economia social, institucionalizada no *Welfare State*, o que gerou desinteresse pelo tema e enfraquecimento do movimento. Outros dois fatores contribuíram para este fenômeno: a inserção das cooperativas no mercado e a mudança da compreensão de solidariedade, caracterizada como uma função do Estado para suprir as lacunas deixadas pelo mercado, implicando em um Estado Social.²⁶ Para o autor, o fim do fordismo e do *Welfare State* marca a retirada do Estado como agente redistributivo e voltam a vigorar teorias da auto-regulação. O princípio da regulação estava localizado no Estado. O terceiro momento é o do enfraquecimento da sinergia entre Estado e Mercado, caracterizado pela transnacionalização do mercado e pelo fim da economia industrial, com o conseqüente aumento no setor de serviços. Esse período, que tem sua base entre as décadas de 60 e 70 e uma explosão nos anos 90, caracteriza-se pelo aumento da oferta de serviços e a criação de novos espaços públicos de proximidade e relação entre política e economia; pela concepção de solidariedade que rejeita a dimensão social e verticalizada do Estado como agente central de redistribuição, propondo uma ação voluntária e horizontal, e pela idéia de que a economia não se resume ao mercado.²⁷ A perspectiva dos autores é apresentar a economia solidária como sistema de organização econômica que não se reduz à sociedade de capitais e ao mercado, mas que integra a diversidade dos princípios da economia. Neste sentido, o associativismo pode ser reconhecido como **economia plural** aproximando economia solidária e economia social:

para os diferentes atores engajados nas associações operárias, a regulação da economia não podia ser confiada apenas ao mercado, era preciso agir em favor de uma economia plural que admitisse outros princípios além do mercado. Para eles, o *laissez-faire* liberal desemboca numa desigualdade contrária aos ideais republicanos e eles preferiam elaborar novos modos de regulação social pelo trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 4).

Para Laville (2005) os serviços de proximidade estão orientados, em grande parte, na lógica da reciprocidade e se constituem como um híbrido entre os diferentes princípios do mercado. Mais do que um setor estrito da economia, os serviços parecem evocar a economia solidária na medida em que democratizam a economia. Por outro lado, não têm a

²⁶ O autor segue a diferenciação entre regimes social-democratas na Europa feita por Espieng-Andersen (1990) que denomina de Regime Universalista os implementados na Suécia e Dinamarca, de Liberal a social democracia do Reino Unido e de Dual a implementada na região sul-européia nos países de Portugal, Espanha e Itália.

²⁷ Este ressurgimento no final da década de 60 está fortemente vinculado ao questionamento dos parâmetros das relações comerciais dos países do norte com os países pobres do hemisfério sul, movimento denominado de Comércio Justo. A partir deste movimento, surgiram outras iniciativas como Clubes de Troca, sistemas de Crédito Solidários e os Serviços de Proximidade, realizados pelas chamadas “Empresas Sociais”. Tese encontrada em Laville e França Filho (2004).

pretensão de substituir a ação estatal, mas propor uma lógica de reinserção da economia solidária num projeto social e cultural articulado com as políticas públicas.

Luiz Coraggio parte da análise da crise na sociedade do trabalho, que estaria dividida entre os inseridos, que se adaptam à lógica de acumulação de capital, e os excluídos, que não têm perspectivas de reinserção na dinâmica produtiva. Segundo o autor, as respostas de sobrevivência da parcela dos excluídos são caracterizadas como **economia popular** e apresentam respostas de sobrevivência pelo exercício da solidariedade, reduzida, neste caso, à esfera familiar ou doméstica. As respostas de sobrevivência são encontradas na unidade familiar doméstica, que é a micro-unidade de organização dos sistemas de reprodução e a célula da economia popular, da mesma maneira que as empresas são micro-unidades de reprodução do capital, as células da economia capitalista (CORAGGIO, 1999, p. 3).

Esta unidade pode ser mais ampla do que o sentido da consangüinidade, mas pode ser plurifamiliar e até ampliar para a relação de vizinhança. Sua principal ferramenta disponível é o **fundo de trabalho**, caracterizado como o “conjunto de capacidades dos membros desta unidade doméstica para antecipar produtos que satisfazem suas necessidades e trabalhar para conseguí-los diretamente ou através do intercâmbio com outros trabalhos ou produtos” (CORAGGIO, 1999, p. 3). Este **fundo de trabalho** seria utilizado como: 1) trabalho assalariado e produção autônoma de mercadorias, formas mercantis que se desenvolvem no Estado; 2) para o auto-consumo de bens e serviços da própria unidade familiar, denominado trabalho de reprodução, ou para o consumo coletivo ampliado (comunitário); 3) trabalho de formação e capacitação para a produção e consumo com outra racionalidade. Para o autor, esta economia dos setores populares (inorgânica, anêmica, empobrecida e cruzada por contradições internas), se confronta com dois sistemas: o sistema da economia empresarial capitalista (...) e o sistema da economia pública, altamente institucionalizado.

Para Coraggio o atual sistema econômico está dividido em três subsistemas: a economia de capital, a economia pública e a economia do trabalho. A proposta do autor é a transição desta economia popular – pelo seu caráter fragmentado e restrito à unidade familiar – para a **economia do trabalho**, adotando, para isto, uma estratégia política e pública para colocar o trabalho como elemento central da economia. Sobre este ponto, Coraggio lembra:

não estamos antecipando um novo sistema totalizador, que substitua o capitalista, mas em chegar a um sistema misto, com três subsistemas, sendo um dos elos do conjunto integrado de múltiplas atividades comandadas pelos trabalhadores, que vamos chamar economia do trabalho porque está centrado no trabalho como principal recurso, mesmo que não o único recurso. Um sistema cuja lógica não é a acumulação de capital dinheiro nem a acumulação de capital político, mas de capital humano: a reprodução ampliada da vida de todos (1999, p. 12).

Mas, para que esta transformação da economia ocorra, é fundamental a articulação entre ética e economia, uma “revolução moral” da sociedade para que decida investir na economia popular (CORAGGIO, 1999, p. 17).

1.3.2 A teorização do fenômeno no Brasil

No Brasil, a economia solidária é um fenômeno recente. Sua conceitualização como prática alternativa de geração de trabalho e renda pela incorporação de elementos éticos e políticos aos marcos da economia data do início da década de 80, quando procurou diferenciar-se do cooperativismo tradicional, inaugurado nos anos 60 e 70. São três as explicações do seu ressurgimento: 1) a crise do mundo do trabalho, ocasionada pelo avanço tecnológico que desempregou uma parcela significativa de trabalhadores do setor formal/industrial; 2) a ação de movimentos sociais na busca de alternativas solidárias para repensar o mundo do trabalho diante do desemprego estrutural; e 3) a orientação estratégica de movimentos sociais e de sindicatos de trabalhadores que passaram a perceber na economia solidária uma ferramenta de enfrentamento ideológico do modelo capitalista de organização econômica.

A economia solidária propõe e reelaboração dos marcos da economia, incorporando o aspecto da solidariedade na produção e consumo de bens e serviços, como alternativa de inclusão econômica e social. Nesta perspectiva, procura afastar-se de uma caracterização como economia marginal, no sentido da organização dos produtores e consumidores que já não podem ser absorvidos em um mundo do trabalho automatizado, funcionando, assim, como espécie de “válvula de escape” atenuante das tensões da crise no mundo do trabalho, provocadas pelo desemprego nas bases estruturais. Além disto, a economia solidária se propõe repensar o cooperativismo para além da forma como o termo vem sendo empregado pelo sistema capitalista, geralmente como instrumento de

flexibilização e informalização das relações de trabalho, procurando resgatar a sua origem como alternativa de suplantação do modelo capitalista de produção, que estabelece a competição como mola propulsora da economia.

O fenômeno apareceu com força no início dos anos 90 e adquiriu nomes como Cooperativismo Popular, Autogestão, Economia Popular e Solidária, Socioeconomia Solidária, entre outros. A diversidade de termos exemplifica as diversas perspectivas teóricas que articulam as iniciativas existentes. No entanto, como a proposição deste estudo é evitar o debate conceitual entre os termos, tampouco comparar estas formulações, abordaremos brevemente duas correntes que, embora partam dos mesmos princípios, diferem nas estratégias de implementação. Será uma abordagem breve, sem o intuito de contribuir na discussão da problemática, auxiliará na caracterização do quadro de análise do nosso objeto empírico. Uma das perspectivas é capitaneada por Paul Singer e a outra por Euclides Mance. É claro que esta divisão em dois grandes blocos obnubila a diversidade deste fenômeno e causa enorme injustiça ao grande número de importantes autores sobre o tema²⁸, mas a justificativa desta eleição arbitrária se dá pelas inúmeras e constantes referências a estes autores, encontradas nas elaborações brasileiras sobre economia solidária. Destaca-se, de antemão, a contribuição de Singer para repensar o cooperativismo no mundo do trabalho, bem como a relação entre economia solidária e a política pública brasileira²⁹; e de Mance pela fundamentação qualificada e compreensão do fenômeno das redes solidárias e elaborações sobre **consumo solidário** e reestruturação da

²⁸ Outro autor que merece atenção, principalmente por acentuar, em sua análise, dimensões filosóficas da solidariedade é Marcos Arruda. Suas formulações estão estribadas nas recentes descobertas da biologia, sistematizadas por Humberto Maturana e Francisco Varela e na antropologia humanista de Teilhard de Chardin. Arruda parte da fundamentação da não agressividade natural do ser humano, argumentando a hipótese de que a evolução está condicionada à solidariedade, e que o ser humano está em relação com o cosmos: “somos seres complexos, em contínua construção e autoconstrução, conscientes e reflexivos, dotados de sentidos que também evoluem e potenciais maduros para se desenvolver”. E que o homem é, por natureza, “cooperativo, solidário e amoroso” (ARRUDA, 2004, p. 83-4). Teilhard de Chardin acredita que passaremos de uma fase da mera individuação para uma fase sociocultural onde a cooperação será o imperativo da organização social. “Agressão ou cooperação? Esta é a questão chave da sociobiologia humana (...) minha convicção é de que a evolução da vida não apenas engendrou, mas burilou, ao longo da sua caminhada de mais de três bilhões de anos, qualidades que vão muito além dos instintos, sobretudo do instinto da reprodução (...) Trata-se do altruísmo, da cooperação, da reciprocidade, da solidariedade e do amor.” (ARRUDA, 2004, p. 128). A proposta de Arruda é a superação do darwinismo competitivo e egoísta, orientada pela práxis pedagógica na tomada de consciência para o desenvolvimento das características especiais do ser humano, os “potenciais inerentes a sua natureza evolutiva” (ARRUDA, 2004, p. 135). Já Maturana afirma que as interações são as principais condicionantes da evolução humana em oposição à concepção de que a competição e a agressividade são naturais no ser humano: “A competição é um fenômeno cultural e humano e não constitutivo do biológico. Como fenômeno humano à competição se constitui na negação do outro” (*Apud* ARRUDA, 2004, p. 13). Desta forma, “as práticas da convivialidade, da partilha e da cooperação estão presentes desde então, como um modo bem-sucedido de vida e acompanham, ou são provavelmente um dos fatores do crescimento e da complexificação do cérebro” (ARRUDA, 2004, p. 183).

²⁹ Atualmente, o economista ocupa a função de Secretário Nacional de Economia Solidária na Secretaria Especial do Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil.

cadeia produtiva. É importante antecipar que há divergências teóricas entre os autores, mas este debate não será reproduzido aqui. Destacamos apenas que enquanto Singer parte das idéias cooperativistas de Owen³⁰ e da perspectiva econômica do marxismo, não lhe poupando a crítica quanto à centralização Estatal, Mance introduz na discussão sobre economia solidária elementos filosóficos da teoria da complexidade, da cibernética e da filosofia da libertação para fundamentar a **colaboração solidária**.

Para Paul Singer a economia solidária se constitui como alternativa econômica e social de suplantação do modelo capitalista. Singer argumenta que à primeira vista este sistema parece um “híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas que na realidade se constitui como síntese que supera ambos” (2003, p. 13). As pesquisas do autor procuram responder às questões da relação da economia solidária com a tecnologia e do potencial de superação da sua condição de modelo de sobrevivência econômica dos excluídos do capitalismo. Sobre isto, Singer demonstra que a economia solidária tem condições de ampliar a sua condição de economia marginal para, a partir dos princípios da autogestão, qualificar-se tecnológica e administrativamente e suplantando o modelo individualista do capitalismo pelos princípios da democracia e da divisão do capital e dos lucros para produção de riquezas.

Singer tece um profundo raciocínio econômico para estabelecer a economia solidária como alternativa de organização social, o que denomina **revolução social socialista**. O itinerário deste raciocínio parte da análise das recorrentes crises do sistema capitalista que ao estabelecer a competição como princípio regulador para a oferta de bens de consumo, leva à falência econômica os que não conseguem competir no mercado. Esta exclusão gera necessariamente a diminuição do consumo. É preciso, portanto, construir um sistema econômico solidário que substitua o princípio da competição pelo da colaboração e fortalecimento mútuo e que perceba na autogestão a perspectiva da afirmação humana, abandonando os preceitos da exploração do trabalho como condição para tornar viável o sistema econômico. O autor endossa a tese de que as crises cíclicas do capitalismo têm origem na redução dos níveis de acumulação do capital. Esta redução obriga a uma reestruturação que modifica a regulação vigente. Para Singer a geração de trabalho e emprego está no centro da crise, uma vez que os tradicionais acumuladores – o capital, o Estado e os autônomos – entraram em crise. O setor autônomo foi apresentado como “redentor” por reger-se pela oferta de força de trabalho diante da incapacidade estatal em

³⁰ O autor afirma que a economia solidária foi concebida pelos utópicos como uma nova sociedade que uniu a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social (SINGER, 2002)

gerar empregos pelo gasto público diante do avanço tecnológico do capital que provoca desemprego e a conseqüente redução do consumo. Neste cenário, difundiu-se a crença de que os grandes setores contratariam pequenas e médias empresas terceirizadas, sejam autônomos ou cooperados, para suprir a demanda de trabalho. No entanto, estas expectativas vêm se mostrando insuficientes, exatamente pela baixa competitividade destes setores, pelas suas dificuldades “congenitas”, isto é, pelo fato de não produzirem em grande escala, pela dificuldade de padronização da produção e por muitas vezes atuarem na informalidade, à margem da seguridade social, convivendo, não raro, com a exploração de trabalhadores. Estão neste setor da economia os agricultores familiares, pequenas confecções, serviços como saúde e educação, entre outros. Em suma, estes três setores de acúmulo de capital pela contratação dos empregados no setor público e nas empresas capitalistas e pelo “crescimento menor da demanda pela produção autônoma do que seria necessário para integrar nesta os expulsos do setor estatal e capitalista” (SINGER, 2000a, p. 129-130) criaram índices alarmantes de exclusão social. Segundo Singer a fragilidade do setor autônomo reside na sua pequenez e no seu isolamento. A conseqüente proposta é a sua abertura para a cooperação e conexões com empreendimentos congêneres para ampliar sua capacidade: economia solidária, uma experiência de solidariedade entre os autônomos.

A superação da violência aviltante e excludente implica na economia solidária como solução racional³¹. A proposta é um cooperativismo como protótipo de empresa solidária, como sementes socialistas no terreno do capitalismo.

A idéia básica da economia solidária é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento e orientação técnica, legal, contábil, etc. através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos (SINGER, 2000a, p. 132).

No entanto, o autor revela que estas experiências são restritas e localizadas. Para que realmente tenham êxito precisam alcançar o plano político a fim de receber apoio concreto, o que significa, em termos práticos, no curto prazo, o emprego; e no médio prazo, a substituição da competição pela solidariedade, em face da precarização do trabalho e das transformações capitalistas. Além disto, a economia solidária deve deixar de ser intersticial, atuando nos vácuos deixados pelo capitalismo. A estratégia de superação da

³¹ Como exemplos o autor cita algumas iniciativas existentes: LETS, Complexo Cooperativo de Mondragón, Espanha; Emilia-Romana, Itália; Québec, Canadá; Grande Buenos Aires, Argentina; Grameen Bank, Bangladesh, Catende, Pernambuco, Brasil.

intersticialidade é romper o isolamento do entorno capitalista e integrar-se no mercado³². A economia solidária não pode ser somente uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico, mas deve atuar no desejo duma “vida melhor”:

Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho... na liberdade de cada um de escolher um trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter à ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. (...) A grande aspiração da Economia solidária desde os seus primórdios tem sido de superar as tensões e angústias que a lógica da competição desencadeia do ponto de vista social. (...) A economia solidária foi concebida pelos “utópicos” como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social (SINGER, 2002, p. 114-5).

A proposta de Euclides Mance (1999a) é a globalização solidária da economia como alternativa pós-capitalista. A mola mestra da globalização solidária é a **colaboração solidária**, efetivada por redes que conectam empreendimentos de consumo³³ e produção através de uma reciprocidade de realimentação, contribuindo para a geração de trabalho e renda, fortalecimento do poder local, transformação cultural das comunidades e afirmação da ética solidária. O raciocínio econômico desta idéia parte do “cálculo” de que a conexão viabiliza o consumo, criando novas demandas de produção, mas o pano de fundo da sua perspectiva é a apresentação da solidariedade para a promoção do crescimento econômico, ecológica e socialmente sustentável, e a expansão das liberdades individuais. A conexão em rede garantiria a viabilidade e o desenvolvimento de uma cultura de solidariedade.

Para Mance as redes de economia solidária – ou redes de colaboração solidária, nas palavras do autor – fazem referência à “relação entre pessoas e empreendimentos como condição de possibilidade de sua viabilidade econômica e social” (MANCE, 1999a, p. 47) porque estabelecem a solidariedade como elemento norteador da articulação (MANCE, 2003a, p. 87). A perspectiva solidária que funda essas redes é a garantia da circulação de tecnologias, saberes e insumos que permitem não só o reordemamento da cadeia produtiva,

³² Ver crítica de Mance à proposta de Singer, em Mance (1999a, p. 162 e segs.); bem como a crítica de Singer ao modelo de **consumo solidário** proposto por Mance em Singer (2002, 117 e segs). Algumas idéias do debate crítico entre os autores serão expostas nas seções que concluem este capítulo.

³³ O consumo é o objetivo final de todo o processo produtivo e as escolhas de consumo realizadas influenciam na manutenção de um sistema ou na promoção do “sistema” solidário. Por isto, Mance desenvolve a noção de **consumo solidário** como atitude ética de consumir os produtos das Redes Solidárias para garantia de viabilidade econômica e social destes empreendimentos. Sobre isto, ver Mance (1999a) tipos de consumo e qualificação de **consumo solidário**.

mas a socialização dos acúmulos individuais e coletivos para um projeto alternativo de sociedade.

As hipóteses de Mance encontram suporte em um mosaico de vertentes teóricas, aparentemente bastante consistentes, que fundamentam as redes de colaboração solidária na sua perspectiva de transformação social. Segundo o próprio Mance (1999c) várias são as bases das suas formulações: o conceito de realimentação da cibernética; interação, complexidade, padrão e diferença, introduzidas pela geometria de fractais; o conceito de assimilar-se da filosofia africana de Leopold Sedar Senghor; os conceitos de revolução molar e molecular de Félix Guattari; as noções de ciclos, auto-organização e cadeia produtiva, provenientes da ecologia e da economia; o conceito de desenvolvimento cooperativo da microbiologia; a idéia de tempo livre elaborada por Karl Marx; as noções de revolução e utopia, de Gustav Landauer e as idéias de demanda social e reformulação política conceituadas por Arturo Roig.

O pano de fundo que articula todas estas perspectivas é a Filosofia da Libertação e a Teoria da Complexidade, esta última, também denominada de “paradigma da complexidade” (MANCE, 2002a, p. 54). A Filosofia da Libertação surgiu no contexto latino-americano a partir dos anos 70, articulando marxismo e Doutrina Social da Igreja Católica. Sua tese central propõe que o sujeito histórico que faz a reconstrução de um mundo mais justo é a classe popular, considerando as diversas formas de dominação, de resistência e de luta por libertação.

Em relação à Teoria da Complexidade, Mance parte da premissa de que há um crescente consenso da comunidade científica sobre a complexidade do real, uma vez que as teorias contemporâneas – em especial dos últimos 20 anos – estariam estribando suas conclusões neste paradigma que rejeita a ontologia moderna, recoloca a ética no centro das relações humanas, questiona a separação entre ética e economia, argumenta a multidimensionalidade das dimensões humanas e estabelece a possibilidade da cooperação a partir das diversas possibilidades de conexão entre as pessoas (MANCE, 2002a). Nesta perspectiva, Mance apresenta sua hipótese central: sendo a produção e o consumo praticados em laços de realimentação, a produção solidária pode comercializar toda a sua produção, possibilitando, em seguida, a ampliação da demanda de consumo e o ingresso de novos empreendimentos na rede. Aplicando isto aos princípios da Filosofia da Libertação, as pessoas atualmente excluídas pela lógica capitalista poderão organizar redes de consumo partindo das ações que atualmente desenvolvem, para começar a consumir e

produzir em rede, melhorando o seu padrão de consumo, gerando trabalho e renda, e excedente para o financiamento das atividades da rede.

Essa revolução econômica está necessariamente conectada a uma revolução política e cultural, que são as três faces de um mesmo processo social em curso, compreendido aqui de maneira complexa sob a perspectiva histórica dos segmentos sociais excluídos e daqueles que lhes são solidários [...]. Sob o paradigma da complexidade, a organização de uma Rede de Colaboração Solidária permite, contudo, integrar ações não apenas de cooperativas e grupos de produtores e consumidores, mas também de associações de moradores, organizações eclesiais, sindicatos, movimentos populares e culturais e de outras organizações sociais como formas de difusão do consumo e do trabalho solidários, da preservação do equilíbrio ecológico e das lutas contra toda a forma de preconceito, discriminação e opressão, reafirmando o direito de todos à cidadania. De fato, economia, política e cultura estão integradas, não sendo correto, sob a lógica da complexidade, considerá-las isoladamente (MANCE, 2000a)³⁴.

A proposta de Mance é articular em Redes autopoieticas as atuais experiências de colaboração solidária em curso nas classes populares em três redes que se interpenetram: redes econômicas, políticas e culturais. As experiências em curso³⁵ são extremamente ricas pela sua capacidade de subversão da lógica capitalista, não somente no campo econômico, mas também no plano político e cultural. No entanto, sua incapacidade de estender-se à condição sistêmica de alternativa de sociabilidade está na sua não-conexão em redes, o que implica na dispersão de fluxos de retroalimentação, que passam a alimentar – mesmo que isso não seja desejado – o sistema capitalista (MANCE, 2002c).

As redes de colaboração solidária podem ser consideradas sob três aspectos: econômico, político e cultural. Com isso queremos destacar que não são três redes que se superpõem, mas uma única rede que tanto canaliza fluxos cujas propriedades podem ser consideradas sob esses três aspectos, quanto efetiva ações que atualizam, em maior ou menor medida, algum desses caracteres. Com efeito, é impossível desenvolver-se qualquer atividade política sem a mediação condicionante de elementos econômicos e culturais; igualmente toda ação econômica supõe uma certa organização coletiva do poder e um conjunto de mediações simbólicas; por fim, as ações culturais, do mesmo modo, estão intrinsecamente condicionadas por elementos econômicos e políticos (MANCE, 1999a, p. 47).

³⁴ Documento eletrônico sem paginação.

³⁵ De fato, nas últimas décadas tivemos o surgimento e propagação de inúmeras práticas de colaboração solidária no campo da economia, entre as quais se elencam: renovação da Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, *Fair Trade* ou Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca e Credenciamento, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro-Crédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, Cooperativismo e Associativismo Popular, difusão de Softwares Livres, entre muitas outras práticas de economia solidária (Mance, 2002c).

O que articula a Filosofia da Libertação com a Teoria da Complexidade é o questionamento à lógica totalizante no plano epistemológico, que tem conseqüências no plano social, político, econômico e cultural. Analisando as experiências coletivas nos setores populares o autor percebeu processos de colaboração solidária como experiências subversivas que denominou de desencadeamento de processos moleculares e molares de subversão das semióticas hegemônicas e dos sistemas econômicos, políticos e culturais opressivos, agenciando as emergências de singularidades em processos de subjetivação-socialização transversalmente solidários (MANCE, 2002a, p. 61).

Estas redes surgem basicamente por quatro motivos: a) atender demandas imediatas da população excluída; b) articular atores em torno de um movimento com potencial transformador; c) negar as estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural; e d) produzir uma nova forma de organização do espaço vital e social a partir da lógica da solidariedade. (MANCE, 2002c). É neste sentido que o autor passa a utilizar a expressão colaboração solidária para superar a solidariedade que se restringe ao campo econômico. Segundo Mance, a colaboração solidária permite não só o bem-viver econômico, mas o respeito às diferenças, o fim do preconceito e a promoção dos direitos humanos e das liberdades públicas³⁶ porque promove a solidariedade, mais do que o desenvolvimento econômico como resultado da conexão em rede, e uma postura ética de compromisso com a alteridade e com todo o ecossistema.

Em termos práticos, os elementos básicos das redes de colaboração solidária são as **células** de consumo e de produção, as **conexões** que estabelecem entre si, e os **fluxos** de materiais, de informação e de valor que circulam através da rede. A dinâmica de auto-organização da rede se dá da seguinte forma:

cada célula possui um **grau de conectividade** com as demais. Células hiperconectadas necessitam serem fracionadas, garantindo crescimento seguro à rede. A produção realizada pelas células produtivas pode ser analisada considerando-se o valor de reposição, isto é, o valor que a célula necessita produzir para atender as demandas de sua própria reposição como célula e o valor excedente, isto é, o valor a mais (considerado lucro sob o sistema capitalista) produzido por esta célula que será reinvestido na rede permitindo o surgimento de novas células por cadenciamento, fissão ou geração espontânea. Por fim, o Consumo é efetivado por todas as células. No caso das células de consumo elas realizam o consumo final, no caso das células produtivas o consumo de insumos

³⁶ Promover as liberdades significa garantir às pessoas as condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária. É esse o objetivo maior das Redes de Colaboração Solidária (Mance, 2000b).

ou materiais de manutenção é considerado consumo produtivo (MANCE, 1999a, p. 210. Grifos no texto original).

O surgimento de novas células³⁷ em uma rede pode acontecer de quatro formas: 1) **geração espontânea**, quando um grupo, por livre iniciativa, resolve constituir um empreendimento e integrá-lo à rede; b) **cadenciamento**, quando surge uma célula para suprir a demanda de consumo de outra integrante da rede; c) **fissão**, que ocorre quando uma única célula fornece insumos para um grande número de outras unidades³⁸; e d) **conversão de sistema** que é a integração de empresas que não conseguiram sobreviver no sistema capitalista e passam a assumir os princípios da rede para poder serem integradas.

Mance apresenta o conceito de redes de economia solidária a partir da definição de redes de colaboração solidária, que fazem referência à “relação entre pessoas e empreendimentos como condição de possibilidade de sua viabilidade econômica e social” (MANCE, 1999a, p. 47) porque estabelecem a solidariedade como “elemento norteador” (MANCE, 2003a, p. 87) da articulação. A perspectiva solidária que funda essas redes é a garantia da circulação de tecnologias, saberes e insumos que permitem não só o reordenamento da cadeia produtiva, mas também a socialização dos acúmulos individuais e coletivos para um projeto alternativo de sociedade. Mance opera com o conceito de **colaboração solidária** como uma reciprocidade entre trabalho e consumo, onde o vínculo entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido valorativo de co-responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública (Conf. MANCE, 1999a, p. 178-9). Em outra passagem Mance afirma que:

a colaboração solidária, por isso mesmo, vai além da dimensão econômica. Cultivar a solidariedade em todas as esferas de nossa vida enriquece o nosso bem viver, fortalece a amizade e a fraternidade entre as pessoas, suprimindo toda forma de discriminação e preconceito, e promovendo a diversidade cultural e a criatividade humana que zelam pelas liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (2003a, p. 96).

³⁷ Segundo Mance (1998) quando algumas células já se conectaram em rede, o surgimento democrático de novas células passa por algumas fases: a) Projeção, quando a proposta de incorporar uma nova célula é feita ao conjunto dos participantes da rede. b) Avaliação - fase em que o conjunto dos participantes analisa se o novo bem a ser produzido é do interesse da rede de consumidores e produtores, se o custo produtivo, o preço final e o volume do bem a ser efetivado são compatíveis com a autopeiose da rede. Considerando a avaliação coletiva, a coordenação aprova ou rejeita a realização da nova célula. c) Realização - período em que a nova célula aprovada estará sendo efetivada até que seja de fato incorporada, quando efetivamente passa a oferecer produtos e ampliar a demanda por consumo produtivo e final.

³⁸ Quando ocorrer a fissão, para que a Rede tenha um crescimento sustentado, o autor propõe o fracionamento da célula para evitar a dependência de um grande número de empreendimentos de um único fornecedor de insumos.

As redes de economia solidária se propõem reconstruir a solidariedade como condição de possibilidade de existência, isto é, a solidariedade como condição ética para o exercício da economia através do conceito de cooperação econômica, promovendo a solidariedade e as “variadas formas de realização singular da liberdade humana” (MANCE, 2003b, p. 225), o que, em termos práticos implica na garantia das condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária. A mola mestra destas redes é a solidariedade, fundamentada pelo conceito de cooperação sempre presente nos processos organizativo-comunitários, revelando-se como alternativa não só do ponto de vista da geração de trabalho e renda, mas pela ressignificação da economia e de construção de uma subjetividade coletiva, participativa e responsável com a sustentabilidade da comunidade mundial, na medida em que “combate as estruturas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começa a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver, em que a solidariedade está no cerne da vida” (MANCE, 2003b, p. 221).

Para implementação desta estratégia, Mance afirma que é preciso reconstruir o conceito de utopia³⁹, não procurando apresentar um mundo a ser realizado num futuro longínquo, mas um projeto que “pode ser iniciado desde já e em toda parte onde seja possível as pessoas organizarem atividades autônomas de consumo e labor” (MANCE, 1999b, 57). Para isto, é preciso evitar o debate ideológico abstrato que algumas perspectivas socialistas apresentam, e vincular a utopia à dinâmica concreta da vida, encontrando na população explorada e oprimida o espaço e o ator central da reconstrução da sociedade, subvertendo a lógica capitalista, e implantado o paradigma da solidariedade (MANCE, 1991).

1.4 A emergência das Redes de Economia Solidária

³⁹ Para o autor, a Globalização Solidária da Economia não é um projeto de futuro, mas algo que já está em curso. Na sua disposição em converter o tempo disponível em tempo livre para o bem viver Mance utiliza o conceito de utopia de Gustav Landauer na sua obra *A Revolução* de que é possível subverter molecularmente o capitalismo. Ver Mance (2002a, p. 129).

Fritjof Capra afirma em *A Teia da Vida* que “onde quer que encontremos sistemas vivos – organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arranjos à maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes. [...] O padrão da vida, poderíamos dizer, é um padrão de rede capaz de auto-organização” (2001, p. 77-78). Esta afirmação, que parece estar na base de muitas teorias da física, da biologia e das ciências sociais traz consigo um paradoxo: ora, se a constituição da vida depende da cooperação e da reciprocidade entre os elementos do sistema vital e se, portanto, tudo é rede, como extrair deste termo um conceito ou ao menos utilizá-lo heurísticamente? Esta interrogação é sem dúvida válida porque o termo vem sendo empregado recentemente em várias áreas do conhecimento⁴⁰ e tem servido de orientação morfológica para a constituição de estruturas organizativas. Some-se a isto, a reivindicação do termo rede pelos movimentos sociais – embora muitas vezes apareça com as nomenclaturas: “associação”, “articulação”, “movimento” ou “coletivo” – por indicar fundamentalmente um diagrama horizontal de conexão de unidades, em oposição a organogramas “tradicionais” que se apresentam como redes, mas que mantêm uma estrutura verticalizada e centralizadora de gestão. Por outro lado, se o termo vem sendo empregado, é preciso examiná-lo e tentar atribuir-lhe um significado que lhe confira uma identidade peculiar.

Em primeiro lugar, não há espaço aqui para caracterizar da utilização do termo rede no conjunto das áreas do conhecimento⁴¹. Iremos direto à sua utilização sociológica como rede de articulação política, ideológica ou simbólica (SHERER-WAREN, 1999) para, em seguida, procurar compreender o surgimento de redes de economia solidária. Geralmente se entende rede com o significado de processo de captação, articulação e otimização de energias, recursos e competências, capaz de gerar um sistema de relacionamentos que organiza indivíduos e instituições, em torno de um objetivo ou agenda comum de caráter público.

⁴⁰ O termo vem sendo utilizado pela ciência (físicas, tecnológicas, da vida e humanas) como conceito ou por atores sociais para caracterizar determinado tipo de relação. Uma importante caracterização da ampla utilização do termo nas ciências em geral e mesmo nas humanas: é feita por Scherer-Warren (1999): na Geografia – redes técnicas e urbanas; na Administração – redes organizacionais, de controle; na Economia – redes de mercado, produção; na Antropologia – redes de vizinhança, parentesco; na Biologia e Ecologia – rede como tecido social ou rede energética; Além disto, o termo é utilizado amplamente na Sociometria e na Psicologia Social.

⁴¹ Na utilização para pesquisa científica propriamente dita, temos um par teórico onde o termo aparece como metodologia de análise e como teoria substantiva. Na operacionalização do termo, temos sua condição de Rede Técnica e/ou como Estratégia de Ação Coletiva. Como a abordagem sociológica debruça-se sobre a estratégia de ação coletiva, é importante destacar que são duas as perspectivas de análise: a norte-americana TMR – Teoria da Mobilização de Recursos e a europeia TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais. Sobre isto, ver Sherer-Warren (1999, p. 25-6).

Segundo Sherer-Waren (1999, p. 23-4) o termo rede foi incorporado às ciências sociais na década de 40 do século passado. Na história recente o termo é utilizado pelos atores coletivos como **conceito propositivo**, permeado por aspectos ideológicos e simbólicos servindo como orientação para uma estratégia de ação coletiva, visando a organizar sua ação. A autora lembra que

o princípio da solidariedade é o fundamento ético na formação de muitas redes. Solidariedade, no caso, significa responsabilidade social com o bem comum, conciliando interesses individuais e comunitários, e promovendo o bem comum mediante a participação complementar e ampliada de atores e organizações sociais (1999, p. 51).

Antes, porém, de adentrarmos no **conceito propositivo** de rede, vale citar o importante estudo de Manuel Castells, contido em sua obra *A Sociedade em Rede* (2003). Este autor não faz a reivindicação do conceito, mas enriquece a análise da organização social da contemporaneidade quando conclui que a difusão das tecnologias da informática permitiu o crescimento dos fluxos financeiros, conectando as diversas células do capitalismo mundial, dividindo o mundo entre conectados (que influenciam na lógica de acúmulo do capital) e desconectados (sistematicamente excluídos). Segundo o autor, a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação. Estas redes transportam fluxos de capital, de informação, tecnologia, interação organizacional, imagens, sons e símbolos. Seus fluxos são processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Castells argumenta que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que conformam a “sociedade-rede”, o espaço dos fluxos ou a organização material das práticas sociais em tempo compartilhado, que funcionam através de fluxos. Castells afirma que a sociedade contemporânea está constituída em torno de fluxos de capital, de informação, de tecnologia e de interação organizacional.

Assim, proponho a idéia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede. O espaço dos fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhados que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade (2003, p. 501).

Os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado podem e são absorvidos pela rede, uma vez que o “espaço dos fluxos” surge em oposição ao “espaço dos lugares” (CASTELLS, 2003, p. 469). Esses fluxos podem ser descritos em duas camadas: os circuitos de impulsos eletrônicos (sistemas de transmissão microeletrônica, telecomunicações) e os nós que são centros com funções estratégicas que constituem o local da rede que conecta a unidade à rede. Assim, as redes

são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitadas integrando novos nós, desde que consigam se comunicar dentro da rede, compartilhando os mesmos códigos de comunicação [...]. E são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e contratação descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para flexibilidade e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas (CASTELLS, 2003, p. 566).

A conclusão de Castells, na obra *A Sociedade em Rede*, é de que “a morfologia da Rede é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder” (2003, p. 566) e se constituiu como espaço de organização das elites gerenciais dominantes: “a teoria do espaço dos fluxos parte da suposição implícita de que as sociedades são organizadas de maneira assimétrica em torno de interesses dominantes específicos a cada estrutura social” (2003, p. 504). Assim, o espaço dos fluxos, como forma material do suporte de processos e funções dominantes na sociedade informacional, define as configurações de poder, pois as posições na rede são definidas através destes fluxos. Além disto, as conexões são instrumentos de poder e os conectores são os detentores do poder. A hipótese do autor é que o espaço dos fluxos é formado por microrredes de pessoas que projetam seus interesses em macrorredes funcionais em todo o conjunto global de interações, o que denomina “elite informacional”, onde as conexões são instrumentos de poder e os conectores são os detentores do poder.

Sherer-Warren concentra suas pesquisas nas redes de movimentos compreendidas como um conjunto de organizações formais em um movimento mais amplo.

A análise em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo. Enfim, trata-se de buscar os significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais como interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (1996, p. 10).

Para Scherer-Warren o termo rede se apresenta aos movimentos sociais como um **conceito propositivo** por traduzir “uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e em que haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico” (1999, p. 28).

Martinho afirma que rede não é necessariamente uma forma, mas um processo de organização social que atende exigências de flexibilidade, descentralização e democracia, características do mundo contemporâneo, por exercitarem a autonomia, acentuando sua conotação política de afirmação da liberdade e da democracia. Neste sentido, o mais importante da rede não é a sua morfologia⁴², mas o processo, o modo como os fluxos acontecem. Desta forma, o autor conclui que “redes são a tradução na forma de desenho organizacional, de uma política de emancipação” (MARTINHO, 2001, p. 30).

Nas perspectivas de Scherer-Warren, Martinho e Mance o termo rede vem sendo reivindicado pelos movimentos sociais pelo seu caráter emancipatório e estrutura diferenciada: “redes são estruturas plásticas, dinâmicas e indeterminadas com uma configuração flexível regidas por mecanismos de auto-regulação, à maneira dos sistemas adaptativos. Redes não têm centro [...] não são delimitadas, não são circunscritas e não-descritas” (MARTINHO, 2001, p. 25). Em outras palavras, para estes autores rede é um conjunto de elementos por definição já empoderados que mantêm entre si relações isonômicas. Todos partilham o mesmo grau de poder. É isto que confere a rede o seu conceito, isto é, só existe rede com poder diluído e desconcentrado. Seus conceitos fundamentais são, portanto: a) ação coordenada e democrática, caracterizada pela relação isonômica a partir das máximas: “todos são iguais perante a lei” e “cada indivíduo, um voto”; b) a condição de compartilhar valores e objetivos comuns; a liberdade de adesão à participação voluntária e autônoma; c) o incentivo à multiliderança pela não hierarquização no organograma de gestão; d) o funcionamento por múltiplos níveis que podem operar de forma independente como sub-redes, sempre integradas à rede “geral”; e) pelos laços de “realimentação” que as unidades trocam entre si.

⁴² Quanto as características morfológicas valem citar algumas: horizontalidade, densidade de conexões, sistema aberto, prioridades dos fluxos sobre os nós, sistema aberto, sem centro e com múltiplas dimensões que indicam sua não-linearidade, estruturada por um processo de conectividade social e de transitividade.

1.5 Os conceitos fundantes das redes de economia solidária e a teoria dos sistemas

O propósito desta seção é demonstrar que o arcabouço teórico das redes de Economia Solidária remete, em grande parte, à Teoria dos Sistemas⁴³. Faremos esta aproximação através dos conceitos de sistema, *autopoiesis*, auto-referência e complexidade, amplamente utilizados pelos autores de ambas as teorias. Como representantes da teoria dos sistemas, apresentaremos brevemente os conceitos de Niklas Luhmann; e para apresentar as propriedades das redes de economia solidária, nos valeremos da contribuição de Euclides Mance e Cássio Martinho. Utilizaremos para esta aproximação a conceitualização de Luhmann, principalmente por introduzir o conceito de *autopoiesis* de Maturana e Varela, na teoria clássica dos sistemas, em especial da teoria parsoniana. Talvez a principal diferenciação entre a teoria de Parsons e Luhmann seja o conceito de estrutura. Parsons apresenta uma concepção estrutural-funcionalista onde a explicação causal está sempre ligada ao meio ambiente, enquanto para Luhmann o funcionamento do sistema tem uma explicação causal endógena, a partir da sua lógica interna, o que o diferencia “normalmente” do seu entorno. Esta concepção é chamada de funcional-estruturalista. Quanto ao conceito de sistema, Luhmann argumenta que estes conceitos estão na base da teoria dos sistemas por inter-relacionar as variedades, preservar a singularidade pela conformação dos elementos formativos do sistema e entender o funcionamento de processos pela conexão entre os elementos possibilitando a apreensão da dinâmica e o fluxo das mudanças do sistema. Na mesma perspectiva, Mance entende a rede como uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto, na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde estas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 2000b).

Luhmann procurou elaborar uma teoria geral da sociedade. Fez isso com o auxílio da teoria dos sistemas. O trajeto foi realizado em duas fases: a primeira, de 1960 a 1980, foi de elaboração da teoria funcional-estruturalista, com o objetivo central de estabelecer uma crítica ao estruturalismo funcionalista de Parsons pela idéia de diferenciação entre

⁴³ É importante destacar que o conceito de Sistema é utilizado amplamente pela Biologia, Física, Cibernética, Química, Economia e Sociologia e vem sendo tratado contemporaneamente de maneira interdisciplinar.

sistema e entorno, sendo o primeiro definido não pela diferença, mas pela sua própria estrutura interna, isto é, operacionalmente fechado. Depois, a partir de 1980, procurou superar a teoria geral dos sistemas incorporando o conceito de *autopoiesis*, cunhado pelos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela⁴⁴ no final dos anos 50. Maturana e Varela descobriram que o sistema nervoso conhece e percebe a realidade externa de maneira sistêmica e operacionalmente fechada⁴⁵. Luhmann transportou essa descoberta para o campo das ciências sociais com o objetivo de compreender o funcionamento destes sistemas e passou a defender a tese de que os sistemas sociais são, à imitação dos sistemas vivos e psíquicos, operacionalmente fechados, isto é, possuem uma capacidade de autoprodução do fornecimento das condições para o seu funcionamento, deixando de depender do seu entorno. O sistema passou então a ter três características: ser autopoietico, operacionalmente fechado e auto-referenciado.

O problema central de Luhmann é a elaboração de uma teoria para explicar a crescente complexificação da sociedade contemporânea que estaria causando o fim da hierarquia de classes e a implementação de uma sociedade estruturada na diferenciação de funções. Neste sentido, a noção de sistema serve como ferramenta metodológica para apreensão da complexidade: “os sistemas sociais tem a função de reduzir a complexidade do mundo. Pela formação dos sistemas sociais ocorre uma seleção de possibilidades, com a exclusão de outras, permanecendo as excluídas ainda como possibilidades” (NEVES; SAMIOS, 1997, p. 11). Assim, a complexidade é dissolvida na funcionalidade do sistema e o seu aumento significa necessariamente a redução da complexidade deste sistema. Uma das estratégias para esta redução é a “dupla seletividade” que implica em realizar a seleção de possibilidades e, ao mesmo tempo, organizá-las em torno de um código universal que permita operar em situações concretas, dentro dos limites de todo o sistema⁴⁶. A “dupla

⁴⁴ Para Maturana e Varela (1997) e Luhmann (1997) os sistemas sociais se auto-organizam e promovem a sua estruturação interna formando uma circularidade operacional que propicia uma diferenciação entre os processos e delimita o entorno, isto é, o alcance desta estrutura. Esta complexidade interna possibilita, ainda, a) uma superabundância de relações, de conexões e de fluxos, b) além de abrir espaço para pensar a contingência pela capacidade de opção e seleção dentro do sistema.

⁴⁵ As conclusões de Maturana e Varela são de que: “um ser vivo ocorre e consiste na dinâmica de realização de uma rede de transformações e de produções moleculares, tal que todas as moléculas produzidas e transformadas no operar desta rede formam parte da rede, de modo que, com a suas interações: a) geram a rede de produções e de transformações que as produziu ou as transformou; b) dão origem às fronteiras (*borders*) e à extensão da rede como parte de seu operar como rede, de modo que esta fica dinamicamente fechada sobre si mesma, formando um ente molecular discreto que surge separado do meio molecular que o contém por seu próprio operar molecular; c) configuram um fluxo de moléculas que, ao incorporar-se na dinâmica da rede deixam de ser componentes e passam a ser parte do meio” (1997, p. 15).

⁴⁶ A fluidez do processo (ao contrário do que se poderia prever que a partir da idéia de estrutura não haveria movimento) é garantida por esta possibilidade de seleção entre alternativas para reduzir a complexidade e a irritação que vem de fora do sistema.

seletividade” forma estruturas e desencadeia, ao mesmo tempo, processos seletivos. Quanto mais possibilidades de seleção, maior a complexidade e a diferenciação interna, fortalecendo a própria seletividade.

Como ferramenta analítica, a noção de sistema ajuda a compreender a sociedade contemporânea caracterizada como um conjunto de subsistemas mais ou menos autônomos, que se diferenciam entre si, mas que se reconhecem e compartilham do mesmo sistema social. Para Luhmann, quanto mais desenvolvido um sistema, mais complexo e mais diferenciado será o seu desenvolvimento social, mas o sistema social possui uma capacidade de redução da complexidade interna para adaptar-se ao seu entorno e pertencer ao sistema. Luhmann propõe um novo modo de conhecimento do real, incorporando a complexidade e a diversidade dentro de um sistema fechado para analisá-lo, dissolvendo a complexidade.

Algumas idéias aproximam a Teoria dos Sistemas de Luhmann da fundamentação da economia solidária. Mance, que parte dos pressupostos do Paradigma da Complexidade, argumenta que este rejeita a ontologia moderna, recoloca a ética no centro das relações humanas, questiona a separação entre ética e economia, argumenta a multidimensionalidade das dimensões humanas, estabelece a possibilidade da cooperação e “considera as infinitas conexões de cada pessoa, desde a sua circunstancialidade, em fluxos materiais e sócio-culturais” (2002a, p. 54-6). Esta premissa garante, segundo Mance, que a produção e o consumo, organizados de forma solidária em laços de realimentação, permitem a viabilidade das redes, isto é, garantem a produção pelo aumento da demanda de consumo resultantes da sua capacidade de auto-organização.

Se considerarmos os fenômenos econômicos sob uma abordagem complexa, poderemos conceber Redes de Colaboração Solidária a partir de interações simples de produção e consumo em movimentos auto-organizados que permitem engendrar diversas configurações de bem-viver (MANCE, 2002a, p. 67).

Outra idéia importante que articula a perspectiva de Luhmann e de Mance é a noção de auto-referência ou autodeterminação. Conforme Izuzquiza, para Luhmann auto-referência é a condição para o estabelecimento do entorno do sistema. Como categoria analítica permite, ao mesmo tempo, o fechamento e a abertura do sistema. Só estando fechado é que se torna possível um conjunto de operações específicas: “um maior nível de fechamento autopoiético ou de auto-referência permite também um maior nível de abertura

do sistema” (IZUZQUIZA, 1997, p. 21). Em outras palavras, a auto-referência é a capacidade de auto-organização do sistema, proporcionando sua reestruturação interna pelas suas condições características, o que implica em autonomia e liberdade. Na mesma perspectiva, Martinho (2003) argumenta que as redes de colaboração solidária são estruturas dinâmicas, indeterminadas no sentido de que sua configuração é flexível e regida por mecanismos de auto-regulação, à maneira de sistemas adaptativos. Além disto, são fluidas e indefinidas, o que lhes atribuiu conotação política de afirmação de liberdade e de democracia, considerada a forma adequada para as exigências de flexibilidade, descentralização, autodeterminação e autonomia⁴⁷.

Conforme argumentamos acima, o conceito de auto-referência abriu espaço para uma noção central da teoria sistêmica: a noção de *autopoiesis*⁴⁸. Com esta noção Luhmann procurou ultrapassar a Teoria Geral dos Sistemas, introduzindo a noção de autoprodução dos componentes internos e estruturantes dos sistemas sociais. Sistemas autopoieticos são sistemas fechados que se auto-referenciam, diferenciando-se da auto-referência circular e do *feedback* onde a circulação fica restrita ao “interior” do sistema⁴⁹. *Autopoiesis* requer produção, transformação e adaptação ao entorno, isto é, capacidade de interpretação do seu entorno para permitir a adaptação. A diferenciação do entorno não pode ocorrer por pré-requisitos (estruturais) de fora do sistema que o diferenciam do entorno – tal como previa Parsons –, mas deve levar em conta exclusivamente processos auto-referentes, o que indica um fechamento operacional do sistema, condição possibilitada pela capacidade autopoietica.

O fechamento operacional – já que o sistema não opera com informações do meio ambiente – não implica em isolamento causal, autarquia ou solipsismo cognitivo, mas fundamenta a tese de que nenhum sistema pode operar fora dos seus limites. Sobre este ponto, Luhmann desenvolve as idéias de acoplamento estrutural e irritação para explicar o fechamento operacional do sistema, tornando-o autopoietico e ao mesmo tempo explicar a sua dependência externa. No entanto, o sistema assimila a dependência do acoplamento estrutural e da irritação do meio ambiente em favor da sua reestruturação constante,

⁴⁷ A realimentação constitui uma propriedade característica das redes de colaboração solidária. Sobre isto, ver: Mance (2002a, p. 71).

⁴⁸ Do grego, *auto* = por si só, *poiesis* = produção. Para Maturana e Varela este neologismo permite ir além da noção de auto-referência, *feedback* ou auto-organização, não conseguiram traduzir a dimensão autoprodutiva do sistema.

⁴⁹ Segundo Fedozzi (1997) A idéia de *Autopoiesis* substitui o conceito de auto-organização (o sistema só opera na estrutura que ele mesmo produziu), deslocando-o para da esfera estrutural para a esfera organizacional.

propiciada pela capacidade seletiva dentro da complexidade existente. Nestes termos, os conflitos passam a serem vistos como irritação externa ao sistema e soam como um sinal de alerta para sua reavaliação ou reestruturação.

Com o conceito de *autopoiésis* Luhmann objetiva a redução da complexidade pelo fato de não necessitar de elementos explicativos externos ao sistema para explicação do seu funcionamento, uma vez que o sistema e seu entorno estão em relação constante, adaptação e assimilação, o que indica que o entorno pode, inclusive, influenciar o sistema.

Um sistema é constituído por elementos autoproduzidos e por nada mais. Tudo o que opera no sistema como unidade – mesmo que seja um último elemento não mais passível de ser decomposto – é produzido no próprio sistema através da rede de tais elementos. O ambiente não pode contribuir para nenhuma operação de reprodução do sistema. O sistema, obviamente, também não pode operar no seu ambiente (LUHMANN *apud* NEVES; SAMIOS, 1997, p. 11).

A tese do fechamento operacional do sistema pode ajudar a compreender a dinâmica das redes de economia solidária. Este elemento aparece na crítica do isolamento do **consumo solidário**, feita por Singer, que argumenta que esta perspectiva tende a “constituir um todo auto-suficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários” (2002, p. 117). O autor segue um raciocínio econômico procurando explicar que a não-abertura implicaria em um irrisório nível de consumo, uma vez que a classe popular que engendraria esta revolução pós-capitalista possui baixo poder aquisitivo, e que a não-concorrência com o mercado capitalista poderia interferir, ao menos no médio prazo, na diminuição da qualidade dos produtos porque “lhes poupa a necessidade de atualização tecnológica, levando-os a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando”, tornando-os dependentes da caridade de “um punhado de consumidores ricos e caridosos” (SINGER, 2002, p. 119).

De fato, a idéia de *autopoiésis*, aliada a outras propriedades das redes de colaboração solidária, ocupa um lugar de destaque nas formulações de Mance. Na obra *A Revolução das Redes* (1999a, p. 203-208), o autor afirma que *autopoiésis* significa a condição de abertura de cada organismo em relação ao seu meio ambiente para receber destes elementos que incidem na sua forma e estrutura, mas que são assimilados e internalizados pelo sistema a partir da sua capacidade autoprodutiva⁵⁰. Com efeito, Mance

⁵⁰ Além do conceito de *autopoiésis* Mance (2002a, p. 71) desenvolve ainda outras propriedades das redes de colaboração solidária. São elas: a) intensividade; b) extensividade; c) diversidade; d) integralidade; e)

ênfatiza que redes são “organizações sociais de caráter econômico, político e cultural, que, sob o aspecto econômico, articulam grupos de consumidores, produtores e prestadores de serviço em laços de realimentação sob parâmetros de complexidade” (1999c)⁵¹. Esta noção

coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pelo sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede. Assim a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais (MANCE, 2002c)⁵².

Para Luhmann a composição básica dos sistemas autopoieticos é a comunicação. Sistemas sociais são sistemas comunicativos e a garantia da sua reprodução constante não são as relações entre os indivíduos, mas a capacidade de autoproduzir comunicações a partir de comunicações. Segundo o autor, a sociedade é um sistema de comunicação autopoietico, tornando a comunicação a característica fundamental dos sistemas sociais.⁵³ Para o autor a comunicação é uma idéia central para compreensão do sistema social, sabendo que o conceito não pode ser resumido à esfera comunicativa ou de transmissão de comunicados, embora seja uma das suas características. A comunicação permite a diferenciação em diferentes subsistemas⁵⁴, cada um fechado e auto-referente.

realimentação; f) fluxo de valor; g) fluxo de informação; h) fluxo de matérias; e i) agregação. O conceito de a) intensividade faz referência ao envolvimento de um maior número possível de pessoas no consumo e na produção solidárias; b) extensividade é a capacidade de expansão de novas células de produção para além da circunscrição geográfica local, possibilitando o deslocamento de fluxos de matérias, informação e valor para promover seu desenvolvimento; c) diversidade representa a disposição em ampliação da oferta de produtos e serviços na própria rede para suprir o maior número possível das demandas de consumo e eliminar a dispersão de fluxos econômicos para o mercado capitalista; d) integralidade é a necessidade de um crescimento coletivo e auto-sustentado da rede na medida em que cada célula está articulada a outras unidades, tendo a garantia do fluxo contínuo das informações e tecnologias a todos os integrantes da rede; e) realimentação que assim como a intensividade, permite a ampliação da demanda e cria a necessidade do ingresso de novas células na rede para supressão das demandas de consumo; f) fluxo de valor que faz referência ao valor econômico produzido em cada etapa da cadeia produtiva e que circula na rede; g) fluxo de informação que é a necessidade da circulação do conhecimento gerado na rede e sua disponibilização para todos os seus integrantes como suporte tecnológico principalmente na estruturação de novas células; h) fluxo de matérias, isto é, a produção das determinadas células da rede deve servir de insumo para outras células de produção, realizando a realimentação; i) agregação a outras redes regionais, nacionais e internacionais, promovendo a integração do movimento local e ações globais.

⁵¹ Documento eletrônico sem paginação.

⁵² Idem.

⁵³ Luhmann estabelece a sociedade como sistema auto-referente de comunicações diferenciando três tipos de sistemas auto-referidos: sistemas vivos, psíquicos/pessoais e sistemas sociais. A “comunicação” opera a organização dos sistemas sociais assim como a “vida” opera os sistemas vivos e a “consciência” os sistemas psíquicos.

⁵⁴ Para Luhmann (1997) a sociedade se diferencia progressivamente em diferentes subsistemas sociais como o direito, educação, economia, religião e política.

Com efeito, para Luhmann o ser humano pode pertencer a distintos sistemas: o sistema de interação social, que é eventual e instável, os sistemas sociais que abrangem todas as ações comunicativas apreensíveis e os sistemas organizacionais, que obedecem a regras de funcionamento definidas e a associação de um membro implica em uma relação permanente e orgânica com o sistema. Neste sentido, também as redes de economia solidária podem ser caracterizadas como sistemas organizativos que operam com um código de comunicação e que possuem um sistema de organização e relacionamento entre os seus integrantes, permitindo uma relação intensa na consecução dos objetivos da coletividade. E é possível antecipar que este código é mais informativo do que coercitivo na medida em que permite a generalização das ações do sistema. Esta discussão será feita no segundo capítulo.

1.6 A questão do poder nas redes de economia solidária

Feita a exposição do surgimento da economia solidária e, paralelamente, a emergência das redes de economia solidária e a sua vinculação teórica à Teoria dos Sistemas, direcionaremos agora nossos esforços para analisar a questão do poder nestas redes. Como ponto de partida, é preciso compreender que o conceito de poder está na base do que comumente se entende por redes. Sua constituição parte da concepção de que a rede contribui para o fortalecimento e autodeterminação daquele grupo social (*empowerment*), isto é, “o poder da rede advém dessa propriedade de multiplicação inerente ao processo de fazer conexões” (MARTINHO, 2003, p. 30). Quanto à morfologia destas redes, Martinho (2003, p. 19-20) argumenta em favor da sua natureza democrática, aberta, emancipatória e empoderadora do ponto de vista político, inclusiva do ponto de vista social, sustentável do ponto de vista ambiental, aberta e polifônica do ponto de vista cultural. A arquitetura das redes sociais está orientada sob a premissa de que a desconcentração do poder gera multilideranças através da criação de oportunidades de exercício da autonomia e da livre participação. Com efeito, a distribuição equitativa do poder que as redes parecem garantir, é uma condição imprescindível para a vivência da democracia que, por sua vez, procura romper com resquícios de verticalização e representatividade que convivem com a democracia, em grande parte das organizações contemporâneas, tanto na esfera do Estado,

quanto na sociedade civil organizada. Em outra passagem Martinho afirma que “rede é uma arquitetura plástica, não-linear, aberta, descentralizada, plural, dinâmica, horizontal e capaz de auto-regulação” (2003, p. 73) e sua característica fundamental é a horizontalidade, isto é, a capacidade de inter-relacionar elementos sem estabelecer uma hierarquia, desconcentrando o poder, diluindo-o entre os nós⁵⁵.

Nossa realidade empírica é uma organização econômica que se estruturou a partir dos princípios de rede e dos valores da solidariedade, aqui chamadas genericamente de redes de economia solidária. Estas redes partem da mesma concepção de poder do conjunto das redes sociais, com a diferença que vivenciam os princípios organizativos e os valores em práticas econômicas, tanto na esfera produtiva como no consumo, comercialização, crédito, setor de bens e serviços, entre outros. Para Mance a rede solidária transcende a sua dimensão econômica para se tornar também uma rede política, enquanto espaço do exercício do poder. No plano micropolítico significa promover a diversidade de forma ética para, no plano macropolítico, transformar a sociedade ao propor “mecanismos democráticos de autogestão pública, que a rede exercita na sua própria consistência” (MANCE, 2003b, p. 224-5). Mance (1999a) argumenta que as redes de economia solidária são articulações de pessoas e empreendimentos que orientam e organizam a sua ação em torno da simetria na distribuição do poder, em práticas coletivas que suportam a socialização de conhecimentos e tecnologias, a circulação de bens e serviços e dos insumos das cadeias produtivas. O fortalecimento decorrente desta articulação ocorre devido à organização dos fluxos que surgem das articulações em torno dos objetivos que originam a constituição da rede. Disto conclui-se que o poder da rede está na sua capacidade e na intensidade da movimentação de fluxos, uma vez que estes fluxos são sempre resultado do relacionamento entre os empreendimentos na rede. Ao analisar o poder destas redes, Mance oferece uma caracterização da economia solidária e contribui na fundamentação de que a articulação entre pessoas e empreendimentos produz um fluxo de poder capaz de garantir a viabilidade econômica dos empreendimentos e o fortalecimento político da economia solidária.

⁵⁵ “**Ação concertada** é uma ação coordenada na qual muitos elementos diferentes atuam de forma combinada como se fossem um só corpo. A situação na qual se baseia o conceito de **ação concertada** é a do concerto, em que vários instrumentos musicais [...]” (MARTINHO, 2003, p. 83). Esta ação é diferente da **ação difusa** onde as posições de poder são combinadas diferentemente. No entanto, a condição morfológica da rede faz com que toda a rede esteja, ao menos potencialmente, em um único nó, este pode tornar-se representante da rede e assumir todo o poder.

Temos, então, um paradoxo: embora as redes de economia solidária articulem fluxos de poder, elas não o problematizam quanto à existência de conflitos, resistências, interesses e outros atributos do poder no exercício da ação coletiva. A explicação para esta opção parte de três premissas: 1) de que é possível estabelecer relações de poder simétricas; 2) de que existe um pacto de convivência mútua, um consenso em torno dos objetivos de fortalecimento mútuo, o que instituiria a solidariedade e eliminaria os conflitos de poder; e 3) que a democracia é condição de possibilidade para o exercício deste poder simétrico estabilizando, assim, as tensões a partir do funcionamento de instâncias organizativas orientadas pela horizontalidade no processo decisório e no envolvimento coletivo. Neste sentido, investigamos aqui a possibilidade da ocultação do debate sobre o exercício do poder nas redes de economia solidária estar estreitamente relacionado à perspectiva teórica que a fundamenta. Conforme demonstramos anteriormente, a perspectiva teórica destas redes extrai elementos da teoria dos sistemas, que por sua vez procura compreender o movimento e organização da realidade a partir da sua funcionalidade, pelos princípios da auto-referência, complexidade, sistema e *autopoiesis*. Estes conceitos apontam para uma noção importante desta perspectiva teórica: a de que estes sistemas são estáveis, permitindo o deslocamento do poder para a marginalidade na análise da funcionalidade do sistema.

No entanto, o que temos até agora é uma impressão geral do conceito de poder da teoria sistêmica. Para analisar esta questão precisaremos fazer um estudo pormenorizado da arquitetura deste conceito. Além disto, a nossa problemática exige a apresentação não só do conceito de poder na perspectiva sistêmica, mas a caracterização das diversas perspectivas que disputam este conceito. Só assim poderemos fundamentar nossas hipóteses e construir as categorias operacionais para analisar e tentar compreender a realidade empírica.

CAPÍTULO II –O CARÁTER CONTESTADO E AVALIATÓRIO DO CONCEITO DE PODER E SUA IMPLICAÇÃO NA ANÁLISE DE REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 A ideologia do poder

O pano de fundo do nosso estudo é a proposição de uma sociologia das relações de poder. Esta primeira delimitação já informa da complexidade conceitual que o termo poder impinge à pesquisa social. De fato, é possível afirmar, de partida, que nas diversas ciências que tematizam o poder há uma disputa conceitual e as suas traduções revelam que sua utilização é vasta, de acordo com a própria natureza de cada ciência. Neste sentido, tanto a sociologia como a ciência política e a filosofia tentam atrair este conceito para sua órbita conceitual, adquirindo uma significação exclusiva. Nosso objetivo não é trazer, ao menos diretamente, esta disputa para baila da pesquisa proposta, mas reconhecer sua legitimidade para propor uma apropriação sociológica que não se ocupe, necessariamente, da conceitualização do poder, mas que esteja preocupada com a sua fenomenalidade nas relações sociais. Isto não significa abrir mão do aparato conceitual em torno do tema, amplamente tematizado pela filosofia e pela ciência política, mas priorizar o debate da sua aplicabilidade teórica na análise das relações sociais em redes de economia solidária.

Um outro aspecto salutar que pode orientar esta análise é o reconhecimento, e ao mesmo tempo a tentativa de superação, do estatuto e as cercas epistemológicas em torno do conceito poder. Se por um lado a delimitação conceitual em uma área do conhecimento parece estar justificada na longa tradição do emprego deste método, é inegável que esta perspectiva isola e particulariza – e é possível prever que dificulta – o próprio conhecimento sobre o conceito, na medida em que perde a sua relação com os outros

campos do conhecimento sobre o tema. Neste sentido, nos esforçaremos em não traduzir aqui a disputa do conceito de poder pelas ciências humanas, mas faremos um esforço de reconhecimento das diferentes perspectivas e “avanços” conseguidos pelas ciências acima referidas. É claro que esta perspectiva é demais ambiciosa, especialmente porque este não é sequer o objetivo último deste estudo. No entanto, acreditamos que, mesmo no interior de cada ciência particular, os conceitos são abertamente disputados. No caso do poder, isto é ainda mais observável pelas conseqüências práticas na legitimação do seu exercício. Assim, neste capítulo localizaremos o debate sobre o poder, levando em conta o progresso da sua conceitualização e categorização nas ciências sociais para compreendê-lo a partir da sua conseqüência na prática social.

Na primeira seção deste capítulo situaremos o debate sobre o poder a partir de três diferentes perspectivas: as teorias voluntaristas, as teorias sistêmicas e as teorias críticas. Embora esta classificação possa causar alguma injustiça com algum autor em particular, ela nos servirá para localização da nossa opção teórica no estabelecimento das hipóteses de pesquisa, além de ampliar a discussão para a ciência política. Na segunda seção, procuraremos fundamentar uma sociologia do poder, localizando a sua perspectiva para além do *locus* específico do Estado como fenomenalidade do poder, destacando a questão do poder nas relações sociais e, mais do que isto, como ponto cardeal destas relações, o que nos remete a um debate com as perspectivas que se opõem à centralidade do poder nas relações sociais. A terceira seção fará um esforço em superar a dimensão do poder localizado e centralizado no Estado, focalizando o debate na questão dos dispositivos de poder que nos mostram não só que o poder permeia as relações sociais, como está para além do Estado. Assim, faremos uma análise a partir das técnicas que o poder coloca em atividade para se manifestar, procurando entender o poder (e é possível afirmar que este entendimento tem uma certa pretensão de conceitualização) pelos seus dispositivos de funcionamento e manifestações na realidade empírica.

O roteiro deste debate parte de uma perspectiva que compreende o poder para além da sua positividade ou negatividade, o que nos obrigaria a entrar no campo valorativo e da ética, o que também não é o objeto deste estudo. Trata-se de compreender a complexidade do conceito na sua estrutura interna e nas suas conseqüências práticas como efeitos da sua “atuação”, uma vez que esta “ação” destrói pela repressão, disciplina, coerção, etc., e ao mesmo tempo produz uma nova realidade social, criando sujeitos e grupos como expressão e resultado do poder. Feita esta localização das dificuldades em torno do debate sobre o

poder passaremos à construção das hipóteses da pesquisa, localizando a crítica voluntarista à perspectiva sistêmica que, conforme exposto anteriormente, fundamenta as redes de economia solidária.

2.2 As teorias sobre o poder

O exame da bibliografia existente sobre o tema nos orientou a observar alguns aspectos antes de adentrar no pantanoso campo do conceito de poder. A primeira precaução é o reconhecimento de que se trata de um conceito polissêmico nas suas muitas utilizações nas ciências sociais. Além disto, constantemente são incorporadas ao conceito novas dimensões ou termos correlatos como coerção, dominação, influência, potência, consenso, entre outros. Esta polissemia conceitual possui, por sua vez, uma estreita relação com contextos sociais, diferentes regimes econômicos e políticos de sociedades particulares. A terceira e relevante característica do conceito de poder é o seu caráter essencialmente contestatório⁵⁶, não-neutro e ideológico, isto é, enquanto para alguns a impossível simetria nas relações sociais implica sempre em desigualdade, para outros o poder está estreitamente relacionado com a consecução de metas coletivas. Neste sentido, o conceito de poder geralmente serve à compreensão política do autor, o que nos revela seu caráter de disputa e contestação. Portanto, a relação entre a polissemia do conceito, bem como a sua inflexão para explicação de uma determinada realidade social está diretamente condicionada a uma filiação teórica e política do pesquisador.

No entanto, acreditamos que a realidade social, na sua complexidade, exige determinada perspectiva teórica e o êxito do seu relacionamento com a teoria do poder estará condicionada à capacidade da sua comprovação na realidade empírica. Transcrevendo a justificativa de Steven Lukes na obra *O poder: uma visão radical*: “a visão que defenderei é inevitavelmente avaliatória e ‘essencialmente contestada’ de um lado, e empiricamente aplicável de outro” (1980, p. 7), o que indica que a visão de poder não é neutra e não se pode definir o conceito sem levar em conta critérios ideológicos ou políticos. Esta assertiva pode ser verificada nas diversas perspectivas conceituais que o

⁵⁶ Conf. Rocher (1986, p. 7) Walter B. Gallie apresentou o poder como “conceito essencialmente contestado” no artigo de *Essentially Contested Concepts* na Revista *American Political Science Review*, nº 56, 1955-6, p. 167-98.

termo poder evoca: para uns o poder é convertido em capacidade de A modificar a ação de B para submetê-los aos objetivos de A; para outros, o alcance destes objetivos parte de um consenso coletivo em torno de determinados objetivos; há ainda os que relacionam o poder ao domínio das forças produtivas que regem o funcionamento das estruturas sociais. Qualquer discussão sobre o poder precisa antes, localizar as diferentes perspectivas sobre o tema, situando-as num panorama conceitual que permita aproximá-las e diferenciá-las, mostrando suas particularidades e seus alcances. Neste sentido, faremos uma diferenciação em três perspectivas teóricas: 1) teorias voluntaristas; 2) teorias críticas; e 3) teorias sistêmicas⁵⁷, embora outras classificações, como a Martin Roderick (1978)⁵⁸ e Steven Lukes (1980)⁵⁹, sejam comumente citadas e destacadamente relevantes.

2.2.1 Teorias Voluntaristas

Esta breve apresentação da teoria voluntarista estabelecerá os marcos que caracterizam a perspectiva a partir das contribuições de Max Weber, expressas na obra *Economía y Sociedad* (1996), e de Robert Dahl, encontradas em *The concept of Power*

⁵⁷ Classificação feita por Rocher (1986). A opção feita neste estudo aceita este agrupamento por melhor servir aos propósitos da pesquisa, principalmente pela rica diferenciação entre a perspectiva voluntarista e sistêmica. Por outro lado, acreditamos que esta classificação atende aos requisitos da organização teórica desta pesquisa por diferenciar a conceitualização do poder entre as que reconhecem a importância do poder nas relações sociais e os que o transferem para a marginalidade da análise social. Esta última será objeto de debate na confrontação com os dados empíricos coletados, como argumentaremos no terceiro capítulo.

⁵⁸ Em sua obra *Sociologia do Poder* (1978) Martin Roderick divide as teorias do poder em duas grandes perspectivas: a teoria da ação social e a teoria sistêmica. A teoria da ação social aproxima a teoria weberiana da teoria marxista, segundo a perspectiva do individualismo metodológico. O autor faz uma fusão entre a teoria da ação social com o conceito de Interesses de Steven Lukes, tentando localizar-se fora da corrente marxista ortodoxa enquadrando-se em um marxismo humanista com elementos da teoria weberiana. Roderick argumenta que 1) as relações de poder entre poderosos conseguem a obediência dos subordinados para partir do cálculo de custo-benefício desta submissão, feita pelos subordinados na sua relação de dependência com os detentores do poder; e 2) propõe excluir a ação interessada porque os atores procuram um equilíbrio de custos e benefícios em suas relações. As vantagens desta definição seriam: 1) poder é propriedade de uma relação (não dos indivíduos, mas é um modo específico de comunicação, como um sinal); 2) os sinais têm significados em termos de uma estrutura referencial dos atores. A estrutura de referências relevantes é a do subordinado, pois é a 3) limitação da sua atividade auto-desinteressada que indica a existência de uma relação de poder. Sua preocupação central é “atentar para o subordinado nas relações de poder, pelos custos de oportunidade de sua obediência” (RODERICK, 1978, p. 73).

⁵⁹ Em sua obra *O poder: uma visão radical* (1980) Steven Lukes classifica as perspectivas teóricas sobre o poder em Visões Unidimensionais, Bidimensionais e Tridimensionais. Os autores que se filiam à teoria weberiana, Lukes denominou de Visão Unidimensional ou comportamental por reconhecerem apenas o conflito aberto nas relações sociais. Na Visão Bidimensional estão os autores da perspectiva crítica, como Peter Bachrach e Morton Baratz que ampliam o escopo da discussão do poder como constituído por “duas faces”: o conflito aberto e o conflito velado. No entanto, segundo o autor, a sua perspectiva está para além destas teorias por apresentar uma Visão Tridimensional do conceito, incorporando as duas faces do poder o conceito de conflito latente e a noção de manipulação de interesses e desejos a fim de evitar potencialmente a existência do conflito. A perspectiva aqui denominada Teoria Sistêmica Lukes denominou de Conceito Subjacente de Poder (LUKES, 1980, p. 23).

(1957)⁶⁰. A tese destes autores define o poder como capacidade de ação sobre outros, analisando-o a partir da lógica de quem o possui, ressaltando o reconhecimento da existência de conflitos na esfera das relações humanas, a perspectiva individual e as conseqüências comportamentais do seu exercício.

Para os expoentes desta teoria⁶¹, o poder sempre faz referência à capacidade de algum A concretizar seus objetivos e impor suas vontades ou intenções a algum B. Max Weber, no célebre parágrafo 16 da sua obra *Economía y Sociedad*⁶², afirma que “poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, em uma relação social, mesmo contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento da probabilidade” (1996, p. 43). No entanto, mais adiante, Weber reconhece que o conceito de poder (*macht*) é “sociologicamente amorfo”⁶³ e passa a dedicar seus esforços no desenvolvimento da sociologia da dominação (*Herrschaft*), entendida como “a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas”; e na conceitualização da disciplina como “a probabilidade de encontrar obediência para um mandato por parte de um conjunto de pessoas que, em virtude de atitudes arraigadas, se prontifica, simples e automática” (1996, p. 43)⁶⁴.

A teoria voluntarista introduziu na prática do poder a dimensão subjetiva e individual do agente no ato relacional. Sua perspectiva geral é demonstrar que o indivíduo age e cria intencionalmente a sociedade ou as instituições, isto é, o indivíduo atribui sentido à sua ação social, indicando uma criatividade na ação, embora esta capacidade seja apenas relativa por causa dos limites externos como, por exemplo, a coação exterior ao indivíduo no caso da escassez de recursos naturais, uma vez que esta insinuaria a competição para a obtenção dos recursos.

⁶⁰ Dahl aplicou metodologicamente a sua teoria na obra *Who Governs?* (1961).

⁶¹ Além de Max Weber e Robert Dahl, filiam-se a esta teoria: Bertrand Russell (1968), Dennis Wrong, Richard Henry Tawney; Peter Blau (1964); Goldmann y Shils (1939); Carl Joachim Friedrich (1963); Lasswell Kaplan (1950); William Riker (1964); Nelson Polsby (1963); Nokken e Stokman (1976); François Clazel (1976); Pierre Birnbaum (1984) e Michel Foucault (1992).

⁶² O texto original em alemão diz que: “*Macht bedeutet jede Chance, innerhalb eine soziale Beziehung den eignen Willen auch gegen Widerstreben durchzusetzen, Gleichviel worauf diese Chance Beruht*” (Apud ROCHER, 1986, p. 9).

⁶³ Segundo Weber “todas as qualidades imagináveis de um homem e toda sorte de constelações possíveis podem colocar alguém em posição de impor a sua vontade em uma situação dada. O conceito de dominação tem, por isso, que ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de quem tem um mandato seja obedecido. O conceito de disciplina encerra em uma ‘obediência habitual’ por parte das massas sem resistência nem crítica” (1996, p. 43).

⁶⁴ Para perceber os elementos simbólicos que articulam poder e dominação, ver Weber (1992).

Para Robert Dahl poder também implica em capacidade. Neste sentido afirma: “minha idéia intuitiva de Poder é, portanto, algo assim: “A tem poder sobre B na medida em que pode levá-lo a fazer alguma coisa que B não faria de outro modo” (*Apud* LUKES, 1980, p. 9). No verbete *power* da Enciclopédia Internacional de Ciências Sociais, argumenta que

o termo poder na moderna ciência social refere-se a subgrupos de relações entre unidades sociais de tal modo que o comportamento de uma ou mais unidade depende, em certas circunstâncias, do comportamento de outras unidades. Ou, mais precisamente, A tem poder sobre B pela afirmativa de B. O comportamento de A causa o comportamento de B (*Apud* RODERICK, 1978, p. 57).

Esta explicação “causalística” do poder reforça as dimensões da assimetria e da desigualdade nas relações interpessoais, isto é, A provoca sobre B uma mudança acional, na medida em que a vontade de A é concretizada pela ação de B. No entanto, o que caracteriza a perspectiva é o fato de A impor sua própria vontade, enfatizando a vontade individual. A consequência desta explicação é que o poder se apresenta como algo possuído por alguém, enquanto outrem está desprovido da capacidade de incidir sobre ação do “poderoso”. Esta teoria é comumente chamada de **soma zero** por indicar que o volume total do poder está concentrado naquele que acessar a capacidade da sua utilização e estabelecer seus objetivos em detrimento dos objetivos dos subordinados⁶⁵.

Por fim, a teoria voluntarista vincula o conceito de poder à observação de decisões concretas, envolvendo o conflito de interesses, “vistos como expressas preferências políticas, reveladas pela participação política” (LUKES, 1980, p. 12), estabelecendo o seu foco central na tomada de decisão que envolve conflito real e observável. O conflito, aberto e observável permite um teste experimental das atribuições do poder pela disputa entre preferências conscientes em ações verificáveis pela observação do comportamento das pessoas (LUKES, 1980, p. 11).

⁶⁵ Uma importante crítica ao conceito de **soma zero** é feita por Hayward. Segundo a autora, ao definir o poderoso como aquele capaz de agir livremente e de impor restrições aos outros, a visão tradicional naturaliza as escolhas e não percebe que as opções desse agente são também socialmente condicionadas. Nesse sentido, a discussão sobre o conceito de poder deve abrir mão da oposição entre ação livre e ação não-livre, já que não há conduta humana que se desenvolva num vácuo social, como pressupõe, segundo a autora, o conceito de liberdade negativa (HAYWARD, 2000, p. 165).

2.2.2 Teorias Críticas

Também conhecida como Teoria Radical, esta perspectiva se aproxima da Teoria Voluntarista pelo reconhecimento do conflito que, por sua vez, tem base na desigualdade e na assimetria das relações sociais. No entanto, a teoria crítica afasta-se da perspectiva voluntarista ao inserir no debate a estruturação das relações sociais pelo poder para além das ações dos indivíduos, argumentando que as capacidades individuais estão socialmente condicionadas. Além disto, apesar de pensarem o poder em termos de dominação e sujeição, não o entendem na lógica da capacidade dos “poderosos”, mas na lógica da ação dos subordinados. Duas importantes referências desta perspectiva são Bachrach e Baratz, em *Two faces os Power* (1970), e Steven Lukes, em *Poder, uma visão radical* (1980), embora outros autores estejam filiados a esta perspectiva⁶⁶.

Para Peter Bachrach e Morton Baratz o poder tem duas faces: a primeira caracterizada

pelas formas abertas de controle de A sobre B e a segunda, conformada por mecanismos de controle e preservação da obediência efetivando formas de coerção, influência e autoridade, enfatizando que o poder também existe onde não há, necessariamente, uma tomada de decisão” (*Apud* LUKES, 1980, p. 15).

Desta forma, Bachrach e Baratz compreendem o poder como “conjunto de valores, idéias rituais e procedimentos que trabalham, sistematicamente e de maneira constante, em benefício de certas pessoas ou de certos grupos ao prejuízo de outros” (*Apud* ROCHER, 1986, p. 13). Também chamada de conflito de valores, esta perspectiva amplia o escopo da noção de poder por incorporar “queixas” da não inclusão de temas na agenda política por parte dos dominadores.

Steven Lukes, embora reconheça os avanços da critica de Bachrach e Baratz aos voluntaristas pelo seu foco demasiadamente comportamentalista sob os preceitos do individualismo metodológico (LUKES, 1980, p.17), propõe a superação das perspectivas do poder que sustentam as suas análises apenas pela observação dos conflitos abertos ou velados, expressos em preferências reveladas na participação política. Segundo o autor, a noção de **mobilização de preconceito** de Bachrach e Baratz continua presa à teoria

⁶⁶ Elmer Schattschneider, Nikos Pulantzas; Denis M. White, entre outros.

comportamental quando afirma que o poder somente pode ser observado quando há algum tipo ou nível de conflito – mesmo que em forma de “queixa” –, realizado de forma “consciente” pelos atores. A noção de Lukes parte da superação do conceito que reduz o poder a um fenômeno nas relações entre agentes conscientes de seus interesses e propõe a sua observação nas discussões e conflitos em potencial e latentes percebendo, neste curso, a manipulação de interesses⁶⁷. Com esta noção, o autor compara poder a interesse e em particular, os interesses dos dominados. Mas o fundamental desta perspectiva é a transferência da localização do poder para além da ação do indivíduo em oposição a alguém desprovido do poder, inserindo, também, temas como controle e manipulação de preferências. Desta forma, procura conscientizar os dominados para a “tomada de consciência” como possibilidade de “empoderamento” dos dominados.

A partir destas observações, Lukes afirma que “A exerce poder sobre B quando A afeta B de um modo contrário aos seus interesses” (1980, 31). Sua preocupação é esboçar uma teoria do poder que capte o controle sobre a agenda política e dos modos pelos quais determinados temas e discussões em potencial são mantidos fora do processo político, isto é, entender como o poder pode ser exercido para além das situações de conflito entre indivíduos ou grupos.

2.2.3 Teorias Sistêmicas

Também chamada de Teoria Subjacente do Poder, esta visão desloca o poder para a capacidade do sistema social de sobre a ação dos indivíduos. Desta forma, o poder está estreitamente vinculado aos fins coletivos da sociedade, e a busca dos fins coloca no jogo das relações sociais um conjunto de obrigações individuais para sua consecução. Esta visão desloca para a marginalidade da análise social a questão do poder e do conflito. Neste sentido, é possível afirmar que os teóricos dos sistemas⁶⁸ redirecionaram o conceito de

⁶⁷ Lukes explica em nota que “este conflito é latente no sentido pressuposto que haveria um conflito de desejos ou preferências entre aqueles exercendo o poder e aqueles sujeitos a ele, caso estes tomassem consciência de seus interesses” (1980, p. 21). O autor ressalva que o conceito de interesse – assim como a própria noção de poder – é essencialmente avaliatória e expressão de vontades morais e políticas. Para o autor, a visão unidimensional pressupõe uma visão liberal de interesses, a visão bidimensional uma visão reformista, enquanto a visão tridimensional propõe uma visão radical do poder.

⁶⁸ Filiam-se a esta perspectiva autores como David Easton; Karl Deutsch; William Gamson; Amos Hawley e Roland Lynd.

poder para torná-lo funcional na sua teoria geral e por isto negam que as relações de poder sejam o centro ou a essência das relações políticas⁶⁹. O poder, nesta perspectiva, se converte em mecanismo importante de controle social para consecução dos objetivos comuns coletivos, isto é, um recurso legitimado para vencer as resistências ou contornar os desvios, sendo a sua legitimidade diretamente condicionada à consecução das metas coletivas, mantendo e transformando a ordem social e política (RODERICK, 1978, p. 35).

Três importantes referências que influenciaram esta perspectiva são as elaborações de Hannah Arendt, Talcott Parsons e de Niklas Luhmann. Arendt (1981, 2002, 2004) afirma que a tradição propõe pensar o poder como dominação, quando afirma que poder, vigor, força, autoridade e violência são meios de dominação de A sobre B. Por isto, propõe pensar o poder a partir do consentimento e da obediência às leis, pois o poder está vinculado ao **momento fundacional** de uma comunidade, isto é, no momento que traz as leis à existência. Para Arendt o poder corresponde à habilidade humana, não apenas para agir, mas **agir em concerto**. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido. Neste sentido, o poder 1) é um fenômeno da ação humana e não de uma estrutura, nem é possuidor de determinados recursos; 2) é um fenômeno do campo da ação coletiva; 3) surge quando um grupo se forma e desaparece quando o grupo se desintegra (poder ligado ao momento de fundação); e 4) estar no poder significa “estar autorizado” pelo grupo a falar em seu nome. A diferença entre poder e autoridade também faz referência ao ato fundacional, isto é, enquanto o poder está ligado ao ato de fundação, a autoridade é institucionalização do poder e se constitui por uma ação cronologicamente posterior ao ato fundacional com a função de garantir a continuidade da existência da comunidade.

Talcott Parsons parte de uma crítica à definição weberiana de poder pela suposição de conflito e do antagonismo, ignorando que relações de poder podem ser relações de conveniência mútua, e o poder, um recurso para facilitar a realização de metas tanto de A como de B, tornando-se um meio de generalização de metas coletivas, pois o poder não é revelado apenas na ação, mas é uma propriedade das relações entre indivíduos e grupos. Além disto, para Parsons, ao invés de conceituar um substantivo abstrato, Weber está qualificando um adjetivo, isto é, antes de definir poder, está lançando as bases para uma comparação entre os atributos dos atores como capacidade de ação sobre a ação de outros.

⁶⁹ Karl Deutsch adotou uma definição de poder como “capacidade de um indivíduo ou organização de impor estrapolações ou projeções de sua estrutura interna ao seu meio ambiente” (*Apud* Roderick, 1978, p. 33).

E os atores tornam-se mais ou menos poderosos na medida em que a probabilidade de obter a conformidade com os seus desejos aumenta ou diminui⁷⁰.

Parsons entende o poder como “capacidade generalizada para servir à realização das obrigações encadeadas pelas unidades dentro de um sistema de organização coletiva quando as obrigações são legitimadas por referência à sua relação com os objetivos coletivos” (*Apud* GIDDENS, 1997, p. 243). Embora esta perspectiva adote a posição de que alguém detém o poder, o autor utiliza a definição de sistema social onde a legitimidade do poder vem dos fins coletivos⁷¹. Neste ponto, Parsons introduz na noção de poder o conceito de **obrigações recíprocas** que são engendradas pela busca de fins coletivos, inerentes a toda organização social. Estas obrigações permitem e legitimam a coerção e o eventual emprego de sanções punitivas, e quanto menos as sanções são acionadas, maior a capacidade do sistema de articular os fins coletivos⁷². O problema dos que detêm o poder e a sua relação com os subordinados é resolvido através do conceito de **mandato**, com o qual Parsons procurou demonstrar que as condições de exercício do poder, por parte daqueles que estão no poder, são fornecidas por aqueles que se encontram na posição de subordinados. Isto demonstra, também, que a base do poder goza de um conjunto de condições de legitimidade e legitimação do poder, em mandatos mais ou menos extensos, o que é facilmente explicado porque, se o poder é um recurso para obtenção de fins coletivos, a “concordância” dos membros da sociedade em conferir legitimidade à determinada liderança para desenvolver ações para consecução dos objetivos do sistema é uma necessidade conseqüente.

O pano de fundo da teoria parsoniana do poder é a sua proposta de superação do conflito e da resistência como atributos da relação social. O poder permanece como recurso

⁷⁰ Sobre isto, ver Roderick (1978, p. 60 e segs.).

⁷¹ Com esta idéia Parsons procura superar o conceito de **soma zero** de C. Wright Mills (extraída da teoria dos jogos onde somente o vencedor é beneficiado com o jogo) porque todos ganhariam no jogo das relações sociais. Para Parsons, o conceito de **soma zero** identifica o poder com o uso da coação e da força (Weber), enquanto o uso do poder é apenas um entre muitos modos diferentes de obter a aquiescência (consentimento) da outra parte para o curso da ação desejada. Por outro lado, o conceito de consentimento propõe o caráter simbólico da sanção, uma vez que ela só será posta em vigor quando os fins coletivos estiverem comprometidos; e a autoridade é percebida como legitimação institucionalizada do direito dos líderes de esperar apoio dos membros da coletividade para consecução dos fins coletivos, descaracterizando, assim, o conceito de poder ilegítimo, como leva a crer a teoria de Max Weber. Sobre isto, ver Giddens (1997, p. 237).

⁷² Um aspecto importante da definição parsoniana de poder é o seu caráter simbólico (ROCHER, 1986, p. 27). Parsons faz uma analogia entre poder e moeda, tendo como pano de fundo a compreensão de que a moeda é um subsistema da economia, assim como o poder é apenas um mecanismo do subsistema político, eventualmente utilizado para garantir as metas coletivas do sistema. O poder é, assim, um valor de troca, que circula, transmite, acumula, distribui, produz, e é fonte de crédito para quem o detém. Assim como a moeda, o valor do dinheiro só está naquilo que ele permite obter e é um “meio de circulação” gerado dentro de um subsistema político. O poder é oriundo de um sistema social, aproximadamente do mesmo modo que a riqueza é gerada coletivamente pela organização da economia (GIDDENS, 1997, p. 242).

facilitador para realização dos fins da coletividade que tanto A como B desejam no curso das relações sociais, mas o propósito maior desta teoria é demonstrar que embora o poder seja exercido sobre alguém, ele não engendra uma relação coercitiva entre indivíduos e não é uma capacidade de uns sobre outros ou estruturador das relações sociais, mas consensuado entre os que o detêm e os que lhe são diretamente subordinados, o que confere uma natureza legítima. Em resumo, Parsons compreende o poder como “meio de troca e de redistribuição permanente em todo sistema” (*Apud* GIDDENS, 1997, p. 243), onde o sistema jurídico regula e filtra as expectativas sociais ampliando-as para a esfera da sua legitimação por meio do sistema jurídico que as encaminha ao sistema político-administrativo para fins de orientação para as ações sociais e as políticas públicas.

Em uma perspectiva semelhante Niklas Luhmann (1992, p. 49)⁷³ propõe uma substituição da explicação causal do poder pela perspectiva de troca, sendo o poder uma distribuição de preferências alternativas que depende essencialmente deste universo de preferências seletivas de comunicação em que o poder é um meio de comunicação para transmissão das decisões. Isto é, uma forma “pela qual o sistema social cumpre suas funções e realiza seus objetivos” (ROCHER, 1986, p. 12), agindo como uma espécie de “catalizador” para a formação de cadeias de ação entre indivíduos⁷⁴. Para exposição sucinta desta teoria, localizaremos quatro conceitos básicos: poder como meio de comunicação generalizado simbolicamente; poder como seletividade de comunicação; diferença entre código e processo de comunicação e, a questão da legitimidade e da coação.

A concepção do poder como meio de comunicação generalizado simbolicamente, “onde os meios de comunicação têm uma função generalizadora” (LUHMANN, 1992, p. 11) parte da noção de sistema geral e tem como premissa básica a idéia de que “os sistemas sociais só se constituem através da comunicação, por eles sempre pressuposta, de que múltiplos processos de seleção se determinam mutuamente por antecipação ou por reação” (LUHMANN, 1992, p. 6)⁷⁵. A comunicação tem como objetivo a eficácia simbólica

⁷³ Foi influenciado pela teoria parsoniana na década de 60, quando da sua passagem pela Universidade de Haward (EUA).

⁷⁴ Para os críticos, como Giddens (1997), quando Luhmann afirma que “o poder está articulado a outras estruturas do sistema social e está baseado sobre dependências, condicionadas estruturalmente, altamente fragmentado com a diferenciação crescente, intervém com funções específicas é indispensável” (1992, p. 49), está adotando uma perspectiva funcionalista e tende a adotar uma forma integradora e harmônica, ocultando a dimensão do conflito e assimetria, inerente à noção de poder.

⁷⁵ Com esta definição, Luhmann procura relacionar a teoria dos sistemas com o funcionalismo de Parsons. A diferença da *Systemtheorie* de Luhmann do funcionalismo estruturalista americano é a relação sistema-meio. O meio ambiente (*Umwelt*) pode ser não somente o muniador do sistema, mas define os seus limites e sua racionalidade. Neste sentido, a racionalidade sistêmica não é hegemônica, mas uma tentativa de neutralizar, tanto quanto possível, as ameaças provenientes do meio deixando de ser puramente normativo (ESTEVEES,

generalizante, atuando como um processo seletivo que se desenvolve reduzindo a complexidade como garantia de estabilidade do sistema. Este processo comunicacional seletivo produz e difunde conteúdo informativo e persegue a aceitação desse conteúdo, atuando como dispositivo cibernético⁷⁶, capaz de normalizar as relações sistema-meio a ponto de alterar o comportamento e evitar as improbabilidades que ameaçam a estabilidade do sistema. A principal função do poder é a transmissão de resultados seletivos a fim de controlar simbolicamente a ocorrência de contextos seletivos improváveis.

Neste sentido, a eficácia do poder pressupõe a existência de um código que deve ser interpretado de maneira generalizada por todas as partes presentes no processo comunicativo. Este código se expressa por meio de *médias* simbolicamente generalizados⁷⁷ que contribuem, através da seletividade, para o funcionamento e harmonização dos sistemas atuando como mecanismos de regulação e normalização de fluxos comunicacionais e cumprindo as funções de adaptação e orquestração para a realização de fins coletivos⁷⁸. A diferença do meio de comunicação poder em relação aos outros meios de comunicação está na sua necessidade em pressupor uma relação de comunicação entre dois lados, entre os parceiros envolvidos na relação social. A maneira com que se distribuem e organizam determinadas preferências e a combinação destas preferências forma o conceito de poder, sendo que os meios de comunicação expressam socialmente a manifestação de uma generalização simbólica, cabendo à comunicação o papel de produção e transferência das seleções realizadas. Esta transferência das seleções é guiada por um código generalizado que tem como principal função a transmissão da complexidade reduzida⁷⁹.

Para Luhmann o poder é um *média* específico do sistema político e que também contribui para a redução da complexidade e adaptação deste sistema ao seu entorno. No entanto, seu funcionamento não pode ser observado no seu processo de implementação do

2003a, p. 4). Relação entre comunicação e sistema: comunicação como fator prioritário de afirmação da sua individualidade. A comunicação não passa necessariamente pelo indivíduo, mas pelo próprio sistema social. Comunicação é um dispositivo fundamental para a evolução.

⁷⁶ Influência de Maturana e Varela, teoria da complexidade, e teorias cibernéticas, conforme exposto no capítulo I deste estudo.

⁷⁷ Aos *médias* apresentados por Parsons (dinheiro, poder e influência), Luhmann acrescentou o amor e felicidade.

⁷⁸ Principais características dos *médias*: 1) são meios de circulação que se reproduzem nas trocas; 2) têm a caráter simbólico, isto é, não possuem valor em si e valem por aquilo que podem ser trocados; 3) são generalistas (revestem-se de generalidade) e expandem as relações particulares; 4) a consequência direta destas características é o elevado grau de confiabilidade que atribui às relações sociais no fluxo aparentemente caótico. Neste sentido, os *médias* permitem estabilidade e harmonia do sistema.

⁷⁹ Ver noção de complexidade reduzida amplamente desenvolvida na obra *Poder* (LUHMANN, 1992).

poder, mas no estabelecimento do código desta comunicação generalizado simbolicamente⁸⁰. Em última instância, os “códigos são catalizadores e elementos formadores da sociedade” (LUHMANN, 1992, p. 76) atuando como **mecanismos simbióticos**⁸¹. Em última análise, o “poder é sempre código” (LUHMANN, 1992, p. 29) que torna possíveis novas opções ou combinações de poder através das organizações sistêmicas. Esta teoria do poder tem como característica central a compreensão de que o fenômeno do poder se estrutura com base em uma diferença entre código e processo de comunicação, não estando, por conseguinte, em condições de atribuir poder como propriedade ou capacidade a um dos parceiros. Neste sentido, poder é sempre uma comunicação orientada por um código onde a atribuição do poder ao “poderoso” é regulada, neste código (LUHMANN, 1992, p. 14).

Por fim, a comunicação tem o papel preferencial de informar que o “poderoso” preferiria não efetuar determinada alternativa, mas que está em condições de fazê-la, se for o caso. Seu êxito está em consolidar expectativas e dificultar recusas (LUHMANN, 1992, p. 62) e a sua legitimidade é conferida pela necessidade da constante flexibilização e de autoprogramação do sistema social específico, adaptando-o à crescente complexidade do entorno social. Esta compreensão de legitimidade obrigou Luhmann a diferenciar poder e coação e reconhecer que todos os sistemas sociais são conflituosos em potência (LUHMANN, 1992, p. 6). O que para as perspectivas anteriores são termos correlatos, para Luhmann são conceitos fundamentalmente diferenciados: a sanção é a passagem do poder virtual para o poder concreto; o código é a potencialidade do *média* e o processo é a concretização do poder. Além disto, o poder, para existir, deve fazer valer algum tipo de ameaça em potencial que, por sua vez,

deve ser distinta da coação a se fazer algo de concretamente determinado. As possibilidades de escolha do coagido são reduzidas a zero. No caso limite, a coação leva ao uso da violência física e à substituição do agir próprio pelo agir, inalcançável, de outros. O poder perde sua função de superar a dupla contingência, na medida em que se aproxima do caráter da coação (LUHMANN, 1992, p. 9).

⁸⁰ Entende-se por generalização “a de orientações de sentidos que possibilitem manter o mesmo sentido diante de parceiros diferentes em situações diferentes, de modo a tirar daí conseqüências iguais ou semelhantes” (LUHMANN, 1992, p. 27).

⁸¹ Conf. Luhmann (1992, p.50-2), **mecanismos simbióticos** são as condições e limites externos comuns aos que estão na relação social e que têm sua base as suas exigências físico-orgânicas. Estes limites são apresentados em formas de regras que são informadas através de códigos generalizados simbolicamente.

Segundo Luhmann, o poder deve ser diferenciado, também, da violência física: “O poder é anulado pelo exercício atual da coação física, pois esta elimina a comunicação. Violência física significa a perda de poder. É a seletividade reduzida a zero, onde poder perde sua efetividade primordial” (1992, p. 50-2). Nas palavras do autor:

nós restringimos, pois, o poder ao conceito, ainda por esclarecer, de sanção negativa. Poder é empregado, destarte, quando, diante de uma situação dada de expectativa, se constrói uma combinação de alternativas desfavoráveis. O poder repousa, por conseguinte, também sobre o fato de que se dão possibilidades cuja realização é evitada. Evitar sanções (possíveis e permanentemente possíveis) é, para a função do poder, indispensável. Todo recurso factual às alternativas a evitar, todo uso de violência, por exemplo, altera a estrutura da comunicação de modo praticamente irreversível [...] O poder está, com isto, estruturalmente (e não apenas juridicamente!) voltado para o controle do caso de exceção. A realização das alternativas significa sua falência (LUHMANN, 1992, p. 20).

Esta argumentação deixa explícita a dimensão marginal do poder no funcionamento do sistema, tornando-o uma ferramenta de controle da exceção e de ajuste estrutural do sistema. Em outros termos, o emprego do poder indica que o sistema perdeu a sua capacidade de comunicação e generalização do código em torno do qual garante a sua estabilidade.

2.3 A crítica às teorias do poder

O panorama conceitual da seção anterior, talvez mais longo do que deveria, teve dois objetivos: demonstrar a polissemia conceitual do poder na sua relação dentro da perspectiva teórica dos autores e apresentar a dinâmica deste conceito nas ciências sociais a partir do segundo quartel do século XX. A conclusão possível, nesta altura do nosso estudo, é que as teorias apresentadas anteriormente apresentam duas grandes dificuldades que precisam ser superadas, antes de confrontá-las: primeiro, geralmente, estas compreensões designam um “lugar” para poder, isto é, indicam que o poder está em algum *locus* específico onde é exercido por aqueles que ocupam o lugar ou a posição, fazendo emergir as categorias dos poderosos e dos subordinados ou dos possuidores *versus* os “despossuídos” de poder (*powerless*)⁸². Neste sentido, as perspectivas acima apresentadas

⁸² Desta forma, as teorias voluntaristas, através do conceito de causa, conceituam o poder como capacidade e em geral assinalam o Estado – e o aparato jurídico que o fundamenta – como o lugar onde se encontram estas capacidades. As teorias críticas, embora atribuam o poder à organização da classe, também identificam o

têm em comum a compreensão de que o poder se concretiza no exercício político e no acesso à capacidade de incidir sobre a ação de outrem, geralmente encontradas na instituição estatal. É verdade que o Estado moderno se constituiu historicamente como o *locus* do poder pela sua abrangência e onipotência, o que nos leva a admitir que o Estado põe em circulação um grande volume de poder, mas é provável que haja circulação de poder nas relações sociais que estão, ao menos aparentemente, fora do alcance estatal ou fora da agenda política⁸³.

A segunda dificuldade destas teorias é que o conceito de poder aparece com características repressivas, através de uma correlação conceitual entre poder, conflito, dependência, coerção e dominação. As três perspectivas, embora procurem diferenciar estes conceitos, estabelecem uma relação umbilical com estas características repressivas e, mesmo que em potencial, explicam o poder como algo que submete, subjuga, circunscreve e limita a ação livre dos indivíduos. Esta característica aparece, inclusive, nas formulações das teorias sistêmicas que advogam a marginalidade do poder para análise das relações sociais, na medida em que não reconhecem que estas relações são organizadas por uma multiplicidade de estratégias e de manipulações para obtenção do consentimento e do consenso. Além disto, a ativação de **obrigações recíprocas** para a aquiescência e o eventual apelo a sanções negativas e coercitivas, como garantia da **ação concertada**, induz que esta noção de poder também está ancorada, ao menos simbolicamente, no uso da força, pois o poder que o sistema exerce sobre o indivíduo pela internalização das normas para obter o consentimento, está fundado na prerrogativa de que o consenso pode superar divergências de interesses entre indivíduos e grupos, como se os interesses gerais do sistema se sobrepusessem ao interesses individuais, sem apelar ao recurso do poder⁸⁴. A hipótese que investigamos é que há indícios na realidade social de que o poder coloca em

Estado como lugar de exercício dos interesses da classe. De maneira similar, as teorias sistêmicas concebem o poder como um *média* simbolicamente generalizado de um sistema social específico: o político, o que faz deduzir que as trocas de poder acontecem em torno das tecnologias do aparato estatal.

⁸³ Segundo Rocher “falar de ‘poder’ para designar Estado é excluir do discurso sobre o poder todas as ‘máquinas de poder’ distintas do Estado” (1986, p. 7). A perspectiva de pensar o poder para além do Estado pode ter duas origens: a primeira, apontada por Rocher (1986, p. 6) é de que nos últimos anos a complexificação das instâncias estatais e o aumento de movimentos, partidos, associações, ongs e redes teriam impulsionado a existência do poder em relações “fora” do Estado, indicando uma contextualização histórica da emergência de um novo conceito acompanhada de uma nova metodologia para captar o poder. A segunda perspectiva é de que as relações sociais são sempre permeadas por relações de poder. Esta tendência, embora tenha pretensões mais generalizadoras, pode incorrer no erro de considerar qualquer relação social como relação de poder, o que em termos mais práticos significa dizer que tudo é poder. Isto exige a necessidade de diferenciar a afirmação de que as relações sociais “fora” do Estado também são orientadas por ações de poder, o que é razoavelmente diferente da perspectiva de que todas as relações sociais são relações de poder. Em outras palavras, não é somente o acesso ao poder estatal, ou o deslocamento dos autores para o acesso às tecnologias estatais que põe em movimentação o poder, mas qualquer relação social que se articula em torno de interesses coletivos.

jogo interesses contraditórios e irreconciliáveis, tornando precária a premissa de que o poder se mantém sem incorrer nalgum grau de conflito. Estes indícios nos instigam à investigação da probabilidade do poder não ser apenas um recurso para reorientar “desvios de rota” no desenvolvimento do sistema social, mas uma categoria analítica fundamental das relações sociais.

Estas duas dificuldades nos remetem à necessidade de ampliar o escopo conceitual para compreender nosso objeto empírico. A base conceitual das nossas hipóteses propõe 1) que o poder é uma categoria analítica chave para compreensão das relações sociais; 2) que existem máquinas de poder para além do espaço estatal; 3) que o poder é, também, produtor de novas realidades⁸⁵; e 4) se manifesta por meio de tecnologias e dispositivos de funcionamento. Nesta linha, nossa hipótese central é que as relações sociais em redes de economia solidária são permeadas por relações de poder que, embora calcadas na radicalização da democracia, distribuem o poder entre os integrantes de maneira assimétrica, sendo obrigadas a conviver com disciplinamentos e aludindo algum grau de conflito, coação e resistência.

⁸⁴ Por exemplo, Giddens (1997, p. 255) critica a visão parsoniana de poder por não detectar os aspectos ocultos de controle que operam o poder nas sociedades modernas. Aspectos que controlam, inclusive quem está no poder. Para o autor poder é um elemento da ação. Em sentido amplo, é a capacidade transformadora da ação humana e está ligado à práxis quando se relaciona com as condições historicamente constituídas e historicamente mutáveis da existência material. Segundo Giddens, “o caráter ‘explicável’ do poder na tem nenhuma conexão lógica com o poder referente às ‘metas’ da coletividade”. Por outro lado, “poder é dominação, mas é ingênuo supor que a existência de poder implique logicamente na existência de conflito; e se o poder vem acompanhado de luta não é por falta de conexão lógica entre ambos, mas pela falta de coincidência dos interesses dos autores nas circunstâncias em que o poder é aplicado” (1997, p. 257-8).

⁸⁵ Esta produtividade do poder reconhece a existência do conflito por dois aspectos: primeiro, a existência do conflito implica em liberdade de ação por parte dos indivíduos; segundo, o resultado de uma relação de poder implica na construção de uma nova realidade social. Sem entrar no debate sobre “ganhos e perdas” para os envolvidos na relação social, é possível indicar a positividade do conceito sem abrir mão da sua negatividade como destrutivo, coercitivo, etc.

2.4 Repensando o poder nas redes de economia solidária: a crítica à Teoria Sistêmica pelo viés voluntarista

As leituras realizadas sobre a temática da economia solidária, a respeito das redes e da questão do poder, indicam que a problematização entre poder e solidariedade pode ser fundamentada a partir da observação das redes de economia solidária na medida em que problematizamos os fluxos de poder que tais iniciativas desencadeiam por meio de sua estrutura organizativa e dos seus dispositivos de funcionamento. Partindo da premissa que o poder é inerente à relação social e em se tratando de redes de economia solidária que se fundamentam pela lógica da solidariedade, nossas hipóteses procuram estabelecer uma relação entre poder e solidariedade, através da análise de como as redes organizam o poder, já que a prerrogativa da sua organização é a oposição a um modelo hierárquico e assimétrico de distribuição do poder.

O argumento de que o poder permeia as relações sociais, a ponto de se tornar um elemento estruturante dessa relação, incita um debate crítico com a teoria sistêmica que compreende o poder como mecanismo funcional da análise do funcionamento do sistema social. Nossa perspectiva teórica parte do pressuposto de que o poder necessita pôr em funcionamento um conjunto de dispositivos para se manifestar nestas relações. Michel Foucault (1926-1984), embora não tenha elaborado uma teoria política do poder⁸⁶, argumenta que este se fenomenaliza a partir de categorias operacionais como a disciplina e o biopoder, mas que recorrer a estas categorias não significa cair em uma visão “negativa” do poder. Neste sentido, utilizaremos a conceituação de poder em Foucault na sua

⁸⁶ Embora Foucault tenha manifestado em suas últimas obras que o poder não havia sido seu principal objeto de estudo (FOUCAULT, 1995a, p. 231), o tema foi amplamente tematizado em suas primeiras obras, constituindo-se uma importante ferramenta na análise da contemporaneidade. Na cronologia da obra de Foucault, os anos 70 são o auge das suas pesquisas sobre o tema do poder, embora o poder seja seu tema central (2002). No entanto, o poder começa a ser tematizado pelo autor ainda nos anos 60. Nas obras *História da loucura* (1961), *Nascimento da Clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966) Foucault testa o método genealógico procurando compreender a relação entre verdade e saber, interpretando a ciência moderna na sua capacidade de produção de discursos de verdade que se efetivaram em práticas de poder. Em *Arqueologia do Saber* (1969) o autor descobre o saber como uma peça-chave nas relações de poder, explicando que determinados saberes surgem condicionados à práticas de poder. As obras mais dedicadas à análise do poder são: *Vigiar e Punir* (1987) e *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1988) onde o autor introduz o conceito de sociedade disciplinar e analisa a produção do sujeito moderno a partir das novas tecnologias do poder.

perspectiva produtiva, na medida em que movimenta suas “máquinas”, “moldando corpos” e criando sujeitos disciplinados e dispostos a assumir e executar as estratégias do poder. Segundo o autor “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (1987, p. 118). Nesse processo, a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, enfim, corpos “dóceis”.

O conceito de poder de Foucault parte de uma tentativa de afastar-se da idéia de repressão e de lei para torná-lo “produtivo”. Neste sentido, a chave para entender o poder disciplinar é o seu enquadramento como um poder produtor de conhecimento: **poder-saber e saber-poder**. Para o autor, as relações sociais são permeadas pelo poder e isto significa aceitar a sua condição de produtor da realidade social, bem como argumentar a favor da sua descentralização para além do Estado e contra a compreensão de que é possuído por alguém. Por outro lado, se o poder está diluído na relação social, é imprescindível detectar as tecnologias e dispositivos com que opera na realidade ou, nas palavras de Foucault, detectar as “máquinas do poder” para compreender a sua dinâmica.

Ao apresentar o poder como diluído e disseminado na realidade social Foucault lançou a hipótese de que o poder é uma categoria estrutural das relações sociais independentemente do regime econômico, embora seus dispositivos tenham servido de sustentáculo do regime econômico capitalista na modernidade. Esta hipótese problematiza, entretanto, se é possível estabelecer que a realidade comporta experiências de sociabilidade que, mesmo tendo sua origem diretamente relacionada à contestação do sistema hegemônico, consigam dissolver a característica relacional do poder como algo que se exerce sobre alguém, ao mesmo tempo em que este sofre os resultados da ação do poder.

Neste sentido, o poder pode ser definido como capacidade de modificar, destruir e ao mesmo tempo construir a realidade, na medida em que coloca indivíduos ou grupos em relação. Numa passagem importante, Foucault afirma que “o termo poder designa relações entre parceiros (entendendo-se, por isto, não um sistema de jogo, mas apenas um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (1995, p. 240). Em suma, o poder em Foucault não mais é percebido como absoluto ou como capacidade de uma única pessoa sobre outra, mas um conjunto de dispositivos de controle sobre os indivíduos, buscando a sua sujeição. Sua estrutura interna comporta conceitos como: “redes de poder, objetivação, mecanismos de dominação, disciplinarização, normalização e práticas de sujeição” (DÍAZ, 1993, p. 5), não excluindo a violência nem o consenso, mas compreendendos mais como uma consequência do que como um princípio do poder.

Na obra *El Sujeto y el Poder* Foucault pergunta sobre a necessidade de uma teoria do poder. O autor argumenta, então, que o estabelecimento de uma teoria é uma necessidade para o trabalho analítico, mas “este trabalho analítico não pode levar a cabo sem uma conceitualização em processo. E esta conceitualização implica um pensamento crítico, uma constante verificação” (1991, p. 5). Com estas precauções, Foucault desenvolveu um conceito provisório de poder suficiente para limpar metodologicamente a questão com a ressalva de que o poder, que opera por tecnologias, é produto de uma realidade histórica específica, isto é, a racionalidade do poder indica uma processualidade interna.

E quanto concerne ao poder, é necessário primeiro distinguir o que se exerce sobre as coisas e da habilidade de modificá-las, usá-las, consumi-las, destruí-las, um poder que surge de atitudes diretamente inerentes ao corpo ou transmitidas por instrumentos exteriores. Digamos que aqui existe um problema de “capacidade”. Por outra parte, o que caracteriza o poder que estamos analisando, é que põe em jogo relações entre indivíduos – ou entre grupos. Para não deixarmos enganar: se falamos das estruturas ou dos mecanismos de poder, é somente na medida em que suponhamos que certas pessoas exercem poder sobre outras. Ao término, poder designa relações entre parceiros (casais) (e com isto não estou pensando em um jogo de soma zero, sem simplesmente e pelo momento, permanecendo nos termos mais gerais, em um conjunto de ações que induzem outras e se seguem de outras). (1991, p. 22-3).

Com esta conceitualização, Foucault propõe que a natureza específica do poder não é somente uma relação entre parceiros, individual ou coletiva, mas uma forma em que certas ações modificam outras. O poder *per se* não existe e não tem necessariamente o objetivo de buscar a aquiescência ou a violência, sendo este não o seu princípio, mas o seu resultado. O seu exercício consiste em orientar a conduta na direção de determinada consequência (1991, p. 30-1).

2.4.1 A microfísica do poder

A analítica das tecnologias de operação do poder tem como o objetivo central demonstrar, a partir dos dados empíricos, que o poder opera para além do alcance das tecnologias estatais e que produz realidades sociais nas redes de economia solidária. O pano de fundo desta construção exige a emergência da questão do poder para o seio das

relações sociais, ultrapassando a sua condição de categoria secundária na estrutura das relações sociais para tornar-se a categoria analítica chave na explicação das relações sociais. Seguindo esta linha, nossa perspectiva teórica parte do pressuposto de que o poder necessita pôr em funcionamento um conjunto de dispositivos para se manifestar nestas relações. Para Foucault, o poder é:

a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei e nas hegemonias sociais (1988, p. 89).

O ponto de partida de Foucault é o rompimento com as teorias da soberania jurídica – tanto na perspectiva liberal, quanto na marxista – que vêm, na Constituição, um *modus operandi* e na lei, a “manifestação fundamental do poder” (FOUCAULT, 1997, p 71; 2002, p. 40-44), isto é, apresenta o poder como algo que se possui e se negocia com alguém. Esta concepção, comum nas ciências sociais, compara o poder a uma regra, uma lei, uma proibição, que estabelece o limite do que é proibido e do que é permitido⁸⁷. Para o autor, é preciso compreendê-lo fora do modelo negativo e repressivo do *Leviatã* de Hobbes⁸⁸ e analisá-lo a partir da concepção positiva da tecnologia do poder, isto é, pelas “máquinas, técnicas, procedimentos, mecanismos e fenômenos que constituem efeitos específicos - e não gerais ou globais – do poder” (1979, p. 183). Sua constatação é que o poder, nas sociedades modernas, é exercido no

próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina. [...] De um lado, um sistema de direito tagarela e explícito, que seria o da soberania, e depois disciplinas obscuras e mudas que trabalhariam em profundidade, na sombra, e que construiriam o subsolo silencioso da grande mecânica do poder (FOUCAULT, 2002, p. 45).

⁸⁷ Foucault argumenta que esta noção jurídica do poder foi incisiva e extensamente elaborada pela etnologia que, nos seus estudos sobre diferentes sociedades, limitou-se a uma etnologia da proibição. O exemplo disto aparece nos estudos de Durkheim e Levi-Strauss onde o problema da proibição, especialmente da proibição do incesto, aparece com frequência. Sobre isto, ver Foucault (1981-2).

⁸⁸ Foucault crítica o conceito moderno de poder, chamado de modelo da soberania legitimado juridicamente expressa nas obras de *O Príncipe* de Maquiavel e *O Leviatã* de Hobbes. Também critica o conceito econômico de poder da teoria marxista que propõe um “economicismo na teoria do poder” (1979, p. 183) e por acreditar que o poder está centralizado e emana das estruturas econômicas da sociedade. Nesta visão, o poder é visto com o “papel de manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe” (2002, p. 174-175). Foucault reprova ambas as teorias, por despreverem o poder através de seus resultados e não naquilo que é o seu substancial, e estarem direcionadas pelo discurso científico a um fim específico de manutenção e legitimação de uma ordem estabelecida.

Para o autor, o que se percebe é que, na modernidade, o sistema de normalização disciplinar choca-se de forma cada vez mais contundente contra o sistema de soberania, sendo possível compreender a sociedade moderna como um período onde o direito cede lugar à técnica, bem como a lei à normalização, tornando o Estado e as leis as formas terminais do poder⁸⁹ (FOUCAULT, 1979, p. 187).

Na procura de uma resposta sobre a causa da substituição do poder soberano pelo poder disciplinar Foucault percebe que o sistema econômico em formação precisou estabelecer a disciplina para: 1) tornar menos custoso – econômica e politicamente – o exercício do poder; 2) maximizar seus efeitos; e 3) ampliar a docilidade e utilidade dos indivíduos submetidos ao sistema. O autor encontra a causa desta “mutação tecnológica” do poder no Ocidente, de maneira exemplar na obra *Panopticon* de Jeremy Bentham e no livro II de *O Capital* de Karl Marx. Foucault acredita que esta mudança de concepção do poder aconteceu na passagem do feudalismo para a monarquia e desta para o regime da burguesia, consolidando o regime capitalista. A monarquia, através de instituições jurídicas e judiciais, concentrou o poder na capacidade do soberano resolver os conflitos individuais, antes resolvidos pela guerra civil, isto é “o poder monárquico, o poder do Estado, está essencialmente representado no direito” (FOUCAULT, 1981-2, p. 2). No entanto, um importante acontecimento na modernidade que permite encontrar as causas desta “nova tecnologia do poder” é a ascensão econômica da burguesia que avança sensivelmente sobre o direito da monarquia garantindo o aumento de dispositivos que irão facilitar a comercialização e os intercâmbios econômicos. Segundo Foucault, esse fenômeno laiciza o poder, descolando-o para o sistema econômico para além do alcance estatal⁹⁰.

Desta forma, Foucault superou a idéia de que existe um centro de comando a partir do Estado e dos seus “aparelhos”, de onde se acreditava que emanaria todo o poder, e passou a analisar a malha do poder, diluído nas redes sociais, em micro-poderes descontínuos e dispersos que constituem o todo da sociedade pelas relações que estabelecem. A isto chamou de **microfísica do poder**, isto é, “relações de força que se entrecruzam, que remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem

⁸⁹ Na obra *Microfísica do Poder* (1979) Foucault alerta para não entender o surgimento da sociedade disciplinar em termos de substituição de uma sociedade de soberania e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania–disciplina–gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais.

⁹⁰ A interpretação foucaultiana do segundo volume de *O Capital* sugere que no sistema econômico capitalista não existe um tipo de poder, mas vários poderes e formas de dominação que operam localmente sujeitando indivíduos a partir de relações de exploração econômica. A análise da obra de Jeremy Bentham será detalhadamente exposta no seguimento do texto.

a se anular (FOUCAULT, 1997, p. 71). Em outras palavras, não existe “o poder”, mas um poder em relação, que

funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder. São sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e construídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Este poder difuso e disseminado relaciona os diferentes espaços de exercício do poder através da implementação – ou da tentativa de implementação – das estratégias dos atores. Assim, por um lado, o poder pode ser compreendido como capacidade de modificar as coisas e “que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais” (FOUCAULT, 1995, p. 240) e, por outro lado, como resultado de um sistema de relações funcionais que se enraízam no corpo social, armando uma trama cujos fios exercem reciprocamente a força de uns sobre os outros.

Neste ponto, percebemos uma aproximação entre a teorização de Foucault e a perspectiva voluntarista, na medida em que reconhece o poder como algo que modifica a realidade e atua sobre alguém podendo, notadamente, implicar em conflitos, resistências, coações, punições e disciplinamentos. Na obra *Microfísica do Poder* (1979) o autor pergunta pelas instâncias, freqüentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções por onde o poder atua. Sua conclusão é que “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é seu titular e, portanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p. 75). Por outro lado, o autor inova ao superar a teoria da **soma zero**, bastante presente nas teorias voluntaristas, onde o poder é visto como capacidade de atuar sobre alguém desprovido, neste caso, dos atributos do poder. Na obra *Vigiar e Punir* (1987) o autor esclarece que o poder, expresso na vigilância hierarquizada das disciplinas, não se detém como uma coisa não se transfere como uma propriedade, mas funciona como uma máquina (FOUCAULT, 1987, p. 148).

Para Foucault o poder não está num lugar e não é possuído por alguém, mas é agenciado por meio de dispositivos que são internalizados pelos atores em relação, fazendo emergir a própria realidade social. Desta forma, o poder não reside nos indivíduos, mas nas relações sociais de coação e dominação, como também na produção pela utilização do

saber para “moldar os corpos”. Abordar o poder desta forma exige uma inversão do objeto de análise⁹¹, estabelecendo as relações sociais como fenômeno do poder. Não se pode indicar a sua localização, mas apenas perceber o seu resultado, seus efeitos, pois o poder não é uma coisa, mas uma “multiplicidade de correlações de força” (FOUCAULT, 1988, p. 88) que não pertencem a nenhum sujeito particular, mas constituem a base da relação.

2.4.2 A analítica do poder

Uma vez desconstruído o modelo da soberania, Foucault desenvolve uma metodologia própria de análise do poder a partir do “como” do poder: “como do poder não no sentido de como se manifesta, mas como se exerce, como acontece quando os indivíduos exercem, como se diz, seu poder sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p. 242). O método da genealogia e da arqueologia⁹² (FOUCAULT, 1979; 1988) inaugurado por Foucault, permite descobrir como determinadas práticas surgem e se estabelecem, tornando-se manifestações objetivas do exercício do poder, permitindo desvendar o como da manifestação do poder. Segundo o autor, é preciso “escavar” tais práticas para compreendê-las e significá-las do ponto de vista teórico, através de uma inversão de hierarquia, estabelecendo a significação teórica a partir das práticas cotidianas,

⁹¹ Esta análise das relações de poder pressupõe o estabelecimento de alguns pressupostos: 1) “percepção do sistema das diferenciações que permitem agir sobre a ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 246-7), o que se expressa em diferenças jurídicas, econômicas, culturais, de habilidades e de competências; 2) descobrir os objetivos dos que agem sobre a ação dos outros como a manutenção de privilégios, acúmulo de lucros, etc.; 3) saber que estes objetivos se materializam por instrumentos como emprego eventual da força e das armas, mecanismos de controle e vigilância ou até mesmo efeitos de palavras e disparidades econômicas; 4) descobrir as formas de institucionalização do poder que podem ser percebidas nas estruturas jurídicas ou em simples hábitos ou modas que são instaurados nas práticas sociais; e 5) levar em consideração os graus de racionalização das relações de poder, que podem ser superficiais ou mais complexificados, isto é, o poder não pode ser compreendido como algo que se mantém ou se quebra, mas como algo que é elaborado, transformado e organizado.

⁹² Por arqueologia Foucault entende a exumação das regras de pensamento que limitavam os conceitos de uma determinada época. Genealogia é um termo cunhado por Nietzsche e amplamente utilizado por Foucault para descrever a história dos saberes, mostrando como estes se modificam quanto a sua concepção de verdade, “busca traçar a origem da linguagem que usamos e das leis pelas quais somos governados” (STRATHERN, 2003, p. 73). Em seus estudos sobre as prisões, a sexualidade, o manicômio, etc., Foucault verifica que existe um conjunto de saberes históricos que foram marginalizados pela tendência científica hegemônica da modernidade. Foucault recupera estes saberes para se opor ao que denomina como globalização e mostrar o projeto moderno somente se tornou viável pela marginalização destes saberes. Para o autor, recuperar estes saberes significa reinterpretar a sociedade por um outro viés. O primeiro passo, é desconstruir o modelo centralizador do poder compreendê-lo como que possuído pelos micro-sujeitos históricos. “Arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem. Isto para reconstruir o projeto de conjunto” (FOUCAULT, 2002, p. 16).

possibilitando o surgimento de novidades que antes não podiam ser observadas, mas que na verdade são fundamentais para a compreensão do como do exercício do poder.

Foucault experimentou o método da arqueologia e da genealogia na análise exposta na obra *Vigiar e Punir* (2005). Nesta obra, o autor narra o nascimento das prisões, em fins do século XVIII na Inglaterra, como uma nova forma de poder a partir do controle sobre os corpos dos indivíduos, modelados e sujeitados. Segundo o autor, o surgimento das prisões instituiu um novo mecanismo de controle dos corpos, substituindo corpos castigados e inúteis do ponto de vista produtivo, por corpos dóceis e produtivos. A concepção estrutural do presídio permite um sistema de vigilância e de controle burocrático que permite criar no detento novos modos de conduta. Deste modo, o método da genealogia e da arqueologia apresenta o nascimento de uma nova realidade social na Idade Moderna, baseada na disciplina, onde o corpo significa muito mais do que efeito biológico: é a superfície sobre a qual o poder-saber se exerce, presente na constituição e na manutenção do próprio poder.

No entanto, o método da genealogia e arqueologia deve observar algumas precauções metodológicas na análise do como do poder. A primeira destas precauções deve procurar captar o poder a partir das suas extremidades, em suas últimas ramificações, e não pelo seu centro de comando. Nas regiões periféricas onde “ele se prolonga, penetra em instituições, corporeifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material” (FOUCAULT, 1979, p. 182), a partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas, e depois examinar como estes mecanismos de poder foram – e ainda são – investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, deslocados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global (FOUCAULT, 1979, p. 182-184). A segunda precaução é não estudar o poder a partir das intenções e de quem o detém, mas a partir das práticas reais e efetivas, isto é, “estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais” (FOUCAULT, 1979, p. 182). Em terceiro lugar, é importante não compreender o poder como um fenômeno homogêneo de um indivíduo, grupo ou classe sobre outros, ou como algo que pode ser dividido entre os que o possuem e detêm e aqueles que não possuem.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem,” mas “como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado

aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem (1979, p. 183).

A quarta precaução é não fazer uma análise dedutiva do poder (partir do centro e ver como ele se prolonga), mas uma análise ascendente do poder, que parte dos mais longínquos espaços onde o poder se exerce.

As conclusões de Foucault apresentam o sujeito como resultado de práticas sociais mediadas por mecanismos de saber. Neste sentido, é fundamental pressupor que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder (MACHADO, 1979, p. XXI). O método da genealogia se estrutura em torno da idéia de que o poder emerge em um local e num tempo específico, sendo, portanto, necessário reconstruir a gênese do aparecimento do poder. Isto significa que saber e poder se implicam mutuamente, pois o estatuto do saber está dotado de um poder: o de produção de verdade sobre alguém. Desta forma, a constituição dos saberes de um determinado tempo está vinculado à capacidade de produção deste saber. Com isto, Foucault torna a verdade dependente do poder⁹³: “o poder institucionaliza a verdade” (1979, p. 186). No seio da relação triangular entre poder-verdade-direito, a verdade vira a norma, isto é, são discursos verdadeiros os que julgam e coagem. O exercício do poder é obrigado a estruturar e pôr em circulação um saber organizado em instrumentos de acumulação do saber, que são as técnicas de registro, procedimentos de inquérito, métodos de observação e aparelhos de verificação. Estes instrumentos de formação do saber organizam e estruturam as relações de poder através de uma economia dos discursos de poder que necessitam da verdade para funcionar (FOUCAULT, 2002, p. 28-9).

2.4.3 O Poder Produtivo

⁹³ Para Roberto Machado o poder, na acepção foucaultiana, é um conceito dotado de processualidade interna e que se constrói historicamente enquanto saber de si em um outro. É uma ação sobre a ação dos outros, que buscando circunscrever e delimitá-la, encontra seu espaço de atuação uma vez que “a verdade não existe fora do poder ou sem o poder” (1979, p. XII), é necessário o controle do discurso legitimador (a verdade) como *modus operandi* de manutenção do *status quo*. A Principal preocupação de Foucault é que “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade” (1979, p. XII).

Foucault propõe uma dimensão positiva⁹⁴ do poder procurando afastar a idéia comumente aceita de que a sua base conceitual está em correlação com a idéia de repressão, coerção, conflito, etc. Para isto, argumenta que o poder é caracterizado por uma dupla dimensionalidade: por um lado, extremamente repressivo, negativo e destruidor pelos mecanismos da proibição e normalização que põe em circulação; e de outro lado, uma dimensão positiva e produtiva, na medida em que a “mecânica” do poder atinge diretamente os corpos dos indivíduos, moldando-os através das instituições sociais. Para o poder é fundamental que cada indivíduo efetue ações que conformam e garantem a funcionalidade do sistema social. Embora Foucault recorra às categorias disciplina e biopoder, a perspectiva produtiva do poder está na sua capacidade de movimentar as máquinas que criam sujeitos que conformam a perspectiva de implementação da função do sistema.

Foucault (1991, p. 37-40) compreende as instituições sociais como formas de regulação social das relações de poder. Para observar as relações de poder nestes espaços o autor propõe os seguintes passos: 1) a diferenciação interna na instituição, procurando detectar as tecnologias que permitem a atuação de uns sobre os outros; 2) os objetivos perseguidos pelos seus integrantes na manutenção de privilégios e exercício de funções estratégicas; 3) os meios pelos quais se exerce o poder (armas, ameaças, saber, estrutura econômica, sistemas de vigilância e controle permanente); 4) a especificidade da instituição observada, isto é, sua história, estrutura e discurso; e 5) o grau de racionalização da instituição, que faz referência ao nível de elaboração alcançada pelos seus instrumentos internos, como efetividade e normalização.

Para que o poder deixe de ser visto somente como repressivo, é preciso que ele deixe de ser comparado à lei e seja procurado “em mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de mais poder” (FOUCAULT, 1979, p. 187), abandonando a pergunta a qual sistema jurídico os indivíduos se sujeitam, mas mostrando “como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos.” (FOUCAULT, 2002, p. 51). Neste sentido, tanto biopoder como poder disciplinar são categorias de análise chaves de interpretação do poder e a premissa

⁹⁴ Para Machado “a grande importância estratégica que as relações de Poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos desses termos qualquer juízo de valor moral ou político e pensamos unicamente na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber” (1979, p. XIX). Para evitar esta confusão, passaremos a utilizar a expressão poder produtivo em substituição da expressão poder positivo.

fundamental para entender estas categorias é o reconhecimento da sua capacidade de produzir conhecimento até torná-lo hegemônico.

Para Foucault, a modernidade inaugura uma nova forma de poder que molda e controla o corpo, estabelecendo controles sobre os indivíduos. A disciplinarização do corpo, inaugurada pela modernidade, será a superfície sobre a qual o poder-saber se exerce produzindo corpos dóceis e produtivos⁹⁵. Portanto, se, por um lado, a disciplina institui a força, a coação e o controle, por outro, irá produzir corpos produtivos úteis ao sistema social hegemônico, que transformam a realidade, amparados num regime jurídico e de verdade científica. Neste sentido, o autor procura delimitar o como do poder, localizando-o entre os limites das regras do direito que o delimitam formalmente e os efeitos de verdade que este poder produz, o que denomina de triângulo: poder, direito e verdade. O sucesso deste investimento dependerá da capacidade de abandonar as técnicas de suplício e punição do corpo, típicas da sociedade medieval, e buscar a legitimidade destas novas tecnologias através da internalização da disciplina e da auto-sujeição dos indivíduos a este “sistema” do poder.

2.4.4 O poder disciplinar

Na obra *História da Sexualidade* (1988), Foucault tematizou o poder como capacidade de disciplinamento, afirmando que a história não pode ser interpretada como a história das mentalidades, mas dos corpos⁹⁶. Foucault introduz o conceito de sociedade

⁹⁵ Para Machado “a grande importância estratégica que as relações de Poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos desses termos qualquer juízo de valor moral ou política e pensamos unicamente na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. Em suma, o Poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos” (1979, p. XIX-XX).

⁹⁶ Argumento também desenvolvido em *Microfísica do Poder* onde afirma que “este novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apoia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina” (1979, p. 187-8).

disciplinar (2005)⁹⁷ apresentando, como exemplo, o disciplinamento pelo poder panóptico que institui um poder “contínuo, disciplinar e anônimo que qualquer um pode acionar, desde que esteja em posição de fazê-lo, e qualquer um pode estar sujeito a seus mecanismos” (FOUCAULT, 1995, p. 207). Estas relações de poder são produto de várias redes de dominação e disciplinamento que se foram estabelecendo para a reprodução das práticas sociais do capitalismo vigente. Mais uma vez, a sociedade disciplinar é algo que escapa ao Estado e se institui em redes sociais, através de vários dispositivos, com a finalidade única de utilidade dos corpos.

Para Foucault (2005, p. 193) esta tecnologia do poder foi instituída por meio de três dispositivos disciplinares: 1) o **olhar hierárquico**: que consiste na capacidade de ir além das instituições fechadas e assegura a distribuição infinitesimal do poder. Não há um centro do poder, mas a engrenagem como um todo produz um poder essencialmente relacional que opera em rede; 2) a **sanção normalizadora**: pois a disciplina traz consigo uma forma específica de punição. A sanção, por sua vez, não visa nem a repressão nem a expiação, mas representa “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares na medida em que compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 1979, p. 154); e 3) o **exame**: que articula a sanção e a vigilância e “constitui o indivíduo como objeto para análise e posterior comparação” (FOUCAULT, 1979, p. 194), constituindo-se na a visibilidade dada para a diferenciação e a sanção serem possíveis. “Ele [o exame] manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e na objetivação dos que se sujeitam” (FOUCAULT, 2005, p.153).

Nestes termos, a disciplina torna-se a materialização do poder (que assim deixa de ser essencialmente jurídico) pelas seguintes características (FOUCAULT, 1979, p.105-7): em primeiro lugar, a disciplina refere-se a um tipo de organização do espaço, isto é, a distribuição dos indivíduos em um lugar, de acordo com suas combinações específicas, “isolando-os em um espaço fechado, esquadrinhado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes, segundo o objetivo específico que dele se exige” (MACHADO, 1979,

⁹⁷ Na segunda metade do século XVIII o Poder disciplinar foi acrescido de outra tecnologia do poder: o biopoder. Este não se dirige unicamente aos indivíduos, mas ao conjunto da população. “não intervém no indivíduo, no seu corpo, como faz o Poder disciplinar; ao contrário, intervém exatamente naqueles fenômenos coletivos que podem atingir a população e afetá-la” (FOUCAULT, 2005, p. 196). A disciplina é convertida em regulamentação. Regulamenta principalmente a vida para prevenir a morte. O biopoder consiste, então, em um elemento de controle sobre os corpos que contribui para o próprio desenvolvimento do capitalismo no século XVII, centrado na vida através de um micropoder sobre os corpos a partir do seu controle, vigilância e ordenação no espaço.

p. XVII); a segunda característica é o controle sobre o tempo destes indivíduos objetivando o aumento da produtividade com eficiência e eficácia; a terceira característica é a vigilância como forma primordial de controle pela instalação do “olhar invisível do Panopticon de Bentham” promovendo, também, a internalização da vigilância pelo autocontrole; por fim, o registro contínuo do conhecimento que sistematiza, anota e produz um saber com o objetivo de ampliar o controle, informando-o às hierarquias superiores da organização do poder.

Disciplina é, no fundo, o mecanismo de poder pelo qual alcançamos o controle no corpo social até os elementos mais tênues pelos quais chegamos a tocar os próprios átomos sociais; isto é, os indivíduos. Técnicas de individualização do poder. Como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu compartimento, suas atitudes, como intensificar seu rendimento, como multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no lugar onde seria mais útil (FOUCAULT, 1981-2, p. 3).

2.5 O poder “nas” redes de economia solidária

Conforme argumentamos acima, a análise do fenômeno do poder exige uma contextualização do próprio conceito, amplamente utilizado nas ciências sociais. Se, por um lado, esta seção se prendeu quase excessivamente à revisão bibliográfica sobre o tema, ela serviu para localizar as divergentes perspectivas sobre o tema e, principalmente, fundamentar a noção de poder e estabelecer as hipóteses do nosso estudo. Em outros termos, utilizamos aqui o conceito de poder produtivo e disciplinar para caracterizar as relações sociais em redes de economia solidária. Com efeito, a disciplina foi estabelecida como dispositivo de funcionamento do poder, permitindo a operação do conceito na realidade social.

O arcabouço teórico de Foucault é empreendido na análise da realidade social em questão na medida em que fornece suporte para a compreensão de como o poder disciplina os indivíduos nas suas relações, atuando com o caráter produtivo e ao mesmo tempo em que opera por coações, normalizações e punições. Isto quer dizer que a realidade é produzida pela dinâmica do poder a partir das divergências, conflitos, resistências, negociações e mesmo abstenções e silêncios. Estes dois atributos do poder são fundamentais para percepção do nosso objeto empírico. Com efeito, as redes atuam na perspectiva da articulação de diferentes atores para o seu empoderamento mútuo. Nesta

articulação o poder emerge de várias formas, seja no ato de subjugar, submeter e enquadrar seus integrantes nas circunferências da rede; seja na produção da realidade social, na medida em que coloca em circulação os interesses e estratégias destes atores. Definidos estes atributos, nos resta responder a questão de como as redes de economia solidária organizam e distribuem o poder, uma vez que seu princípio normativo é a solidariedade, a democracia e a simetria na distribuição do poder. Neste sentido, mais do que entender o poder “das” redes de economia solidária, nos interessa discutir o como do seu exercício e entender como o poder organiza as relações sociais nestas.

CAPÍTULO III – A AÇÃO DO PODER NAS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nas seções anteriores demonstramos que a realidade social é perpassada pela distribuição assimétrica do poder, estabelecendo a disciplina como um dos dispositivos que compõem a mecânica do poder. Esta tese leva Foucault a cunhar a expressão poder disciplinar. Esta característica interna do poder permitiu estabelecer a hipótese de que o poder disciplinar estrutura relações de poder assimétricas nas redes de economia solidária. O desafio desta parte do estudo é realizar o teste desta hipótese para comprovar ou rechaçar o arcabouço teórico que a sustenta, a partir da busca pelo poder disciplinar na realidade empírica observada.

A realização do teste das hipóteses será feita em três partes: na primeira caracterizaremos nosso objeto empírico reconstruindo sua trajetória, estrutura e formato organizacional; na segunda seção apresentaremos os dados coletados a partir dos métodos de coleta procurando confrontá-los com a hipótese estabelecida, enquanto na terceira seção apresentaremos alguns aspectos centrais que os dados ajudaram a comprovar.

3.1 Apresentação da realidade empírica: a Rede Ecovida de Agroecologia

Nossa realidade empírica de pesquisa é a Rede Ecovida de Agroecologia. Segundo Santos L. (2002)⁹⁸ a Rede Ecovida se estrutura a partir de núcleos regionais, também chamados de “nós”, que buscam promover a troca de informações e credibilidade

⁹⁸ Membro da coordenação ampliada da Rede e autor de vários textos e publicações de sistematização da experiência da Rede Ecovida de Agroecologia.

dos seus produtos. Estas ações, também chamadas de fluxos, constituem as atividades executadas pela rede com os objetivos de gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas que integram a rede para seu fortalecimento mútuo.

Nos documentos da Rede encontramos a seguinte caracterização (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002, P. 10):

A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia nos seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos pelos seus membros.

Seu propósito é lutar por “um novo modelo de agricultura e sociedade baseado nos princípios da solidariedade, da cooperação e do respeito ao meio ambiente” (Santos, L., 2003, p. 126). Para isto, estabeleceu os seguintes princípios: a) ter a agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável; b) garantir a qualidade do processo através da certificação participativa; c) trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações; d) ser regida por normativa própria de funcionamento e de produção; e d) trabalhar na construção do comércio justo e solidário.

Os objetivos da Rede Ecovida são: a) desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas; b) incentivar o trabalho associativo na produção e no consumo de alimentos ecológicos; c) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; d) aproximar, de forma solidária agricultores e consumidores; e) ter uma marca-selo (Anexo 7) que expresse o processo, o compromisso e a qualidade; e f) fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular (SANTOS, L., 2003, p. 126).

A Rede Ecovida é composta por agricultores familiares agroecologistas, técnicos de organizações de apoio aos agricultores, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e consumidores organizados em associações ou cooperativas. Atualmente a Rede articula 21 núcleos espalhados pelos Estados do Paraná (seis núcleos), Santa Catarina (sete núcleos) e Rio Grande do Sul (oito núcleos), em 170 municípios, reunindo 32 organizações de apoio e

200 grupos em aproximadamente 2.000 famílias, além de promover cerca de 133 feiras semanais nos três Estados⁹⁹.

Um aspecto importante para compreensão do surgimento da Rede Ecovida é o contexto da agricultura, principalmente da agricultura familiar na segunda metade do século passado até os nossos dias. A Rede é uma entre inúmeras instituições que surgiram com o propósito de fortalecer os agricultores familiares em reação ao modelo de agricultura proposto pela “Revolução Verde” que surgiu com a promessa de melhorar a renda dos agricultores e acabar com a fome no mundo. No entanto, para estas instituições, a “Revolução Verde” contribuiu para o aumento das desigualdades, a concentração da renda, o êxodo rural, a monocultura, a perda da diversidade genética e o desequilíbrio ambiental. Com este pano de fundo, há mais de 20 anos instituições como a Rede Ecovida vêm se desenvolvendo no Sul do Brasil experiências com base na agroecologia¹⁰⁰.

O contexto brasileiro da segunda metade os anos 80 e início dos anos 90 deflagra o surgimento de inúmeras organizações da sociedade civil entre redes temáticas, fóruns de ONGs (Organizações Não-Governamentais), associações e redes. Após a Rio92, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento tornou-se permanente e passou a atuar em várias áreas temáticas, destacando-se a Rede Mulher, a Rede Anti-Nuclear, a Rede Mata Atlântica, a Rede Brasileira de Educação Ambiental, a Rede de Reforma Urbana e a Rede PTA/Agricultura Sustentável. Esta última, integrou 16 ONGs filiadas em todo o território nacional. Sete anos depois da Rio92 as entidades que integravam a Rede PTA/Agricultura Sustentável organizaram a Rede Ecovida no Sul do Brasil¹⁰¹. Nas palavras de dois técnicos vinculados co-fundadores:

⁹⁹ Em outras publicações, encontramos números diferentes: Em VIEIRA (2005, p. 51): 21 núcleos, 32 organizações de apoio, 3.500 famílias e 120 feiras; No folder da Rede: 21 núcleos, 270 grupos, 32 organizações de apoio, 2.400 famílias e 133 feiras. No sítio digital da Rede <www.ecovida.org.br>: 21 núcleos regionais, em de 170 municípios, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores e mais de 100 feiras livres ecológicas.

¹⁰⁰ Definição encontrada nos documentos da Rede: Entende-se por Agroecologia é todo o processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores e agricultoras desenvolvem suas atividades protegendo o ambiente e sem depender dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais. A agroecologia visa qualidade de vida e não somente as sobras financeiras. É a base para o desenvolvimento sustentável que inclui os aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos adequados, onde os trabalhadores e trabalhadoras assumem o papel principal e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada (SANTO, L., 2003).

¹⁰¹ Algumas delas: Centro Ecológico (Ipê e Torres no RS), CETAP (Passo Fundo, RS), CAPA (São Lourenço, Santa Cruz e Erechim, RS), CEPAGRI (Caçador, SC), Centro Vianeí (Lages, SC), Assessorar (Francisco Beltrão, PR). Também teve destaque o posicionamento da Cooperativa Colméia (Porto Alegre, RS).

no ano de formação da rede Ecovida a gente vinculou à Rede PTA. A Rede PTA pode ser considerada como um primeiro passo para a formação da Rede Ecovida, só que ela era uma rede de ONGs, então essa entidade em que eu trabalhava se vinculou com a Rede PTA e passou a atuar em rede, na Rede TA-Sul com as ONGs do sul do Brasil e a partir disso eu comecei a me integrar nas discussões da Rede Ecovida quando foram chamadas todas as entidades da Rede TA-Sul (E II 3 b).

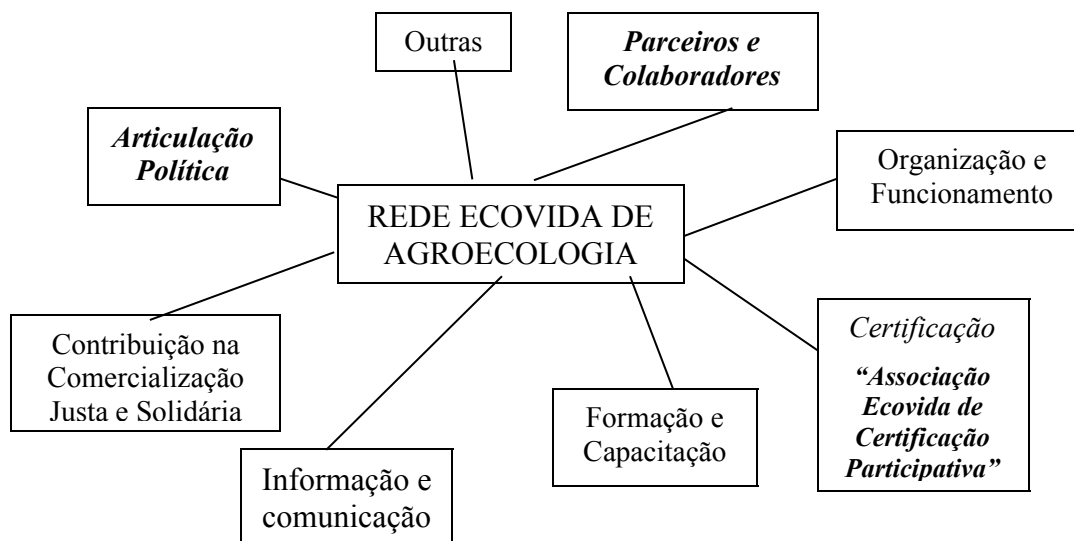
A rede surgiu quase como que uma necessidade a mais do trabalho que vinha fervilhando em todas as organizações da região sul e tem lá um embrião de outras discussões de articulação como a Rede TA-Sul, que era uma rede de ONGs do meio rural que trabalhavam com agroecologia e outras redes e outros debates, estaduais também. Então dá para dizer que se tornou um fruto não sei se previsto ou não, mas um fruto desejado e um fruto interessante porque articula tudo o que acontece na agroecologia neste espaço geográfico da região sul. Seja de movimento social, seja de ONGs, seja de agricultores. A gente visualizou sempre apostou com muita firmeza na rede Ecovida entendendo este ser um espaço de consolidação da agroecologia na região Sul do Brasil (E II 3 a).

Nas palavras dos agricultores o surgimento da Rede Ecovida está estreitamente relacionado à necessidade de certificação de origem da produção como garantia de qualidade e diferenciação da produção ecológica da produção “convencional”, conforme constatamos na fala de um agricultor:

Olha, a questão da Rede Ecovida surgiu num debate na região aqui que sempre a gente tinha aquele debate que se fazia, bom, quem certifica, como é que vai ser certificado um produto que a gente considera agroecológico. Então, num primeiro momento todo mundo trabalha que tem que ser um produto certificado. Então, se não tem certificação nenhuma, não tem selo nenhum, pode ser produto de qualquer lado (E I 7).

Esta afirmação de um agricultor, bem como as inferências anteriores de técnicos mostram duas características importantes: primeiro, a abertura das ONGs que compunham a Rede TA-Sul em constituir uma rede com a participação dos agricultores. Em segundo lugar, a Rede Ecovida a ratificação da idéia de que Rede Ecovida surgiu com o propósito de promover a agroecologia a partir do debate da certificação, uma exigência diante da expansão do mercado de produtos orgânicos no Brasil e da abertura de novos espaços de

comercialização da produção ecológica. Abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Rede Ecovida:



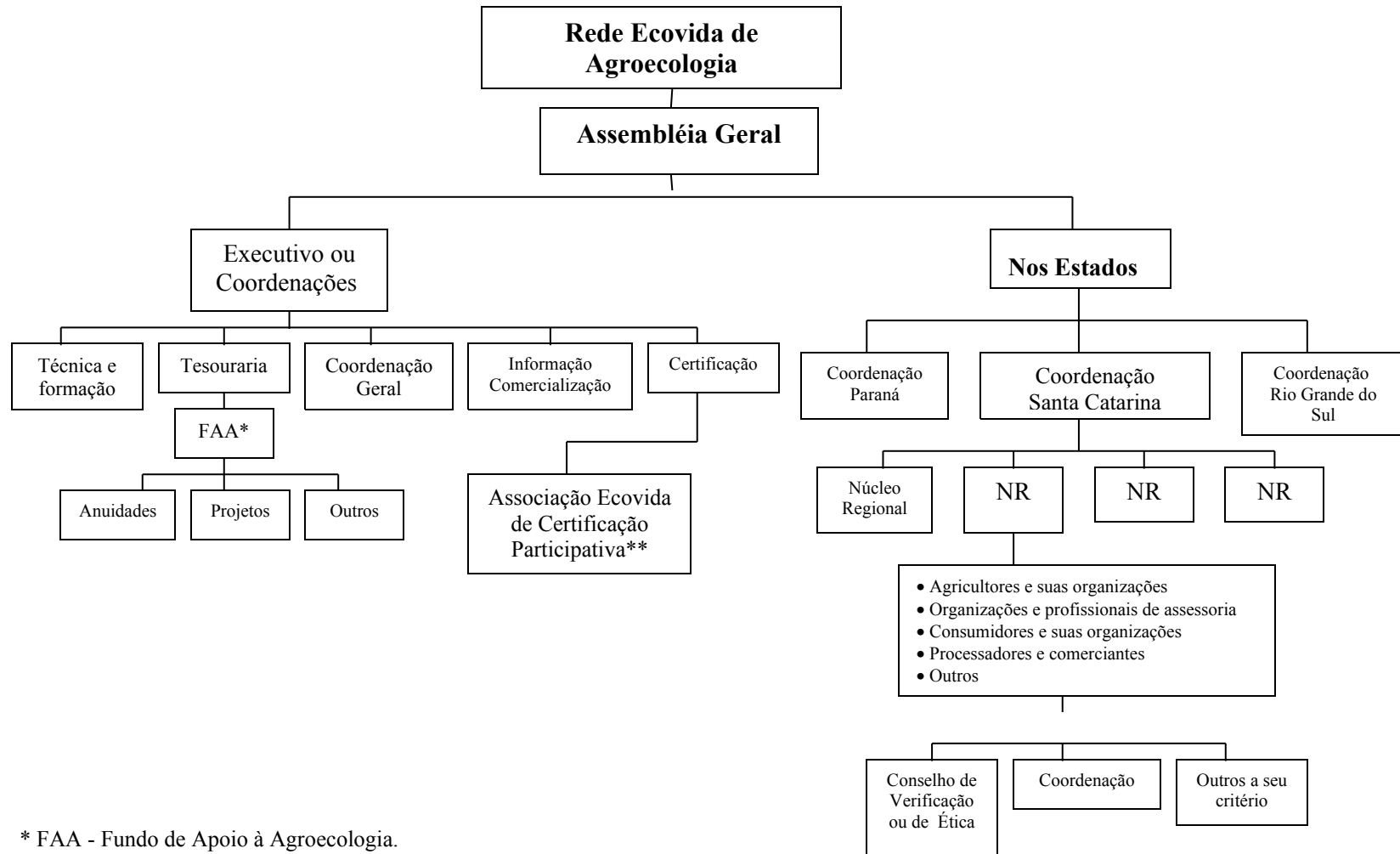
Fonte: Organização e Funcionamento da Rede Ecovida, 2002b.

Para se associar à Rede Ecovida o interessado deverá observar alguns critérios: 1) manifestar concordância com os princípios da Rede; 2) estar associado a um grupo. Para isso, deve preencher uma ficha cadastral que será entregue ao grupo, onde pretende desenvolver suas ações. Este cadastro será submetido ao núcleo local, que efetiva ou não a associação com obrigatoriedade de presença de 2/3 (dois terços) dos atuais integrantes do núcleo; 3) que o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e transporte seja acompanhado tecnicamente por pessoas e/ou por entidade(s) de apoio associada à Rede; 4) obrigatoriedade da participação em atividades de formação em agroecologia promovidos ou indicados pela Rede¹⁰²; 5) comprometer-se a pagar, no ato da associação e anualmente, o valor integral da anuidade da Rede¹⁰³.

¹⁰² Este critério é facultativo aos associados consumidores.

¹⁰³ Tabela de anuidades em reais (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p. 13): organizações de agricultores (valor por família associada) R\$12,00; associados membros individuais, R\$ 24,00; Associações de consumidores, R\$ 36,00, processadores e comerciantes de cunho privado, R\$ 48,00; e outras organizações, R\$ 36,00.

3.1.1 Estrutura e Composição da Rede (Organograma)



* FAA - Fundo de Apoio à Agroecologia.

** Organograma da Associação em anexo

Fonte: REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p. 7.

Este organograma mostra que a estrutura organizacional da Rede Ecovida tem na sua base os núcleos regionais que se articulam para facilitar o intercâmbio de informações, viabilizar o processo de certificação participativa e facilitar a comunicação e o encontro dos participantes¹⁰⁴. O núcleo sugere a definição de uma entidade responsável que se torna a referência para contato e troca de informações com as organizações locais e com as outras instâncias da Rede.

Os núcleos serão a referência e o corpo efetivo da rede em cada região. Têm a função de agilizar o trabalho de acordo com dinâmica e atividades próprias (regimento), manter e disponibilizar as informações necessárias à rede, manter atualizados os cadastros dos integrantes, indicar e aprovar a adesão de novos membros, colher e analisar as informações referentes à certificação dos membros do núcleo, recolher anuidades, etc. [...] É indicada a formação de um corpo de verificação ou conselho de ética dentro de cada núcleo (composto também por consumidores, quando houver associados no núcleo), sendo facultativa a criação de outras estruturas. Recomenda-se também que uma entidade ou pessoa assuma a coordenação do núcleo a fim de facilitar o acesso às informações. Ambos serão indicados e terão mandatos definidos pelos próprios núcleos (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p. 8).

Nestes núcleos, cada grupo de agricultores possui uma Comissão de Ética, formada por três membros (agricultores e/ou técnicos do grupo), com mandato de dois anos, escolhido na assembléia ou reunião do grupo. Suas atribuições são:

- a) fazer cumprir as normas técnicas de produção ecológica de alimentos da Rede;
- b) acompanhar os sistemas de produção agroecológica dos membros do seu grupo;
- c) aprovar ou não os procedimentos dos membros do grupo; d) definir os padrões de qualidade dos alimentos; e) contribuir na superação de problemas e eventuais distorções de menor gravidade (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p. 8-9).

Outra instância importante na Rede é Plenária ou Coordenação Ampliada que, na sua composição, deverá contemplar a paridade entre os Estados que compõem a Rede. As coordenações serão compostas por um coordenador geral, um coordenador de certificação, um coordenador técnico e de formação; um coordenador de informação e comercialização e coordenador tesoureiro, todos com mandato de dois anos. Além disto, cada Estado terá um coordenador Estadual. É atribuição desta coordenação: “fomentar a Rede Ecovida na sua esfera de ação, provocar, elaborar e propor qualquer assunto que vise à melhoria do funcionamento da rede e avaliar e cobrar a atuação dos núcleos regionais” (REDE

¹⁰⁴ O documento sugere que o núcleo se reúna pelo menos duas vezes por ano, ou quando houver necessidade.

ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p. 8). Neste quadro, cabe ao coordenador geral a “dedicação e a responsabilidade pelas atividades diárias da rede e pelas elaborações propositivas da mesma. Algumas tratativas poderão se dar diretamente entre coordenação geral e núcleos regionais” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p. 8-9). Além disto, a instância Plenária ou Coordenação Ampliada é composta por dois ou três representantes de cada um dos 18 núcleos regionais e tem a função de preparar o Encontro Ampliado, encaminhar as decisões deste e deliberar sobre os pontos que, por qualquer motivo, não tenham sido abordados no Encontro Ampliado ou que se mostrem de caráter urgente.

Por fim, a instância máxima da Rede Ecovida de Agroecologia é o Encontro Ampliado – ou Assembléia Geral – que se reúne uma vez ao ano ou extraordinariamente, conforme necessidade. A assembléia é a instância máxima de decisão, responsável pela discussão de todos os documentos referentes ao funcionamento e ao processo de certificação da Rede e a criação, subdivisão ou dissolução de um núcleo regional. Sua grande tarefa é discutir os rumos da Rede no período seguinte. Nos termos do documento da Rede

a composição do quórum, para o Encontro Ampliado, para fins de deliberação, será feita por indicação de delegados representantes dos Núcleos com base no número de membros do Núcleo. A indicação de delegados dos Núcleos obedecerá a seguinte proporção de associados: para cada 10 associados o Núcleo poderá indicar um (01) delegado, até no máximo de cinco delegados. Nos encontros buscar-se-á sempre o **consenso** nos assuntos. Caso isto não ocorra, deverá ser avaliado se o assunto merece discussão mais aprofundada nas regiões ou votação imediata. Em caso de votação a decisão será por, no mínimo, 2/3 dos votos dos delegados presentes e que estejam em condições de votar. O regime de urgência deverá vir indicado pela coordenação ampliada (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000, p 9-10, grifos no texto original).

Esta explicação do funcionamento das instâncias, ilustrado acima pelos critérios de formação do quórum para instalação da assembléia ordinária, mostra que embora a Rede esteja estruturada sobre instâncias, representatividade e regras bem definidas de quem pode e quem não pode participar, sua dinâmica prioriza o consenso em torno das questões discutidas. A votação é sempre a segunda opção.

3.1.2 A Certificação Participativa em Rede

Embora a rede tenha surgido em torno do debate da certificação, é importante destacar que a certificação é apenas uma das atividades desenvolvidas pela Rede, sendo que “determinada organização pode estar na rede e não ser certificada, mas nunca o contrário (SANTOS, L., 2003, p. 129). A seguir, segue uma rápida exposição da organização desta ação que, aliás, possui formalização jurídica e estatutária própria. Para fins de certificação a Associação Ecovida de Certificação Participativa é a personalidade jurídica responsável. Esta associação tem condições de “certificar” a produção agroecológica e seu raio de atuação abrange os mesmos Estado que a Rede Ecovida¹⁰⁵. As palavras a seguir ilustram a importância da certificação para o surgimento da Rede, na visão dos técnicos que acompanham a Rede:

Então, foi a discussão da legislação, e a rede começou a se formar como uma idéia de certificação alternativa, né, em rede, mais horizontal, porque o modelo de certificação ele é muito, no nosso entendimento, da certificação convencional é uma coisa de cima para baixo. Tu tem alguém que é credenciado, e tu paga alguém e diz que teu produto é bom. Então a idéia de se formar uma rede e se trata deste termo rede porque não se pretende, não se pretendia ter uma hierarquia do processo, ou seja, cada nó desta rede tem um grau de importância na sustentação do conjunto, né. Então cada ponto, cada núcleo, cada instituição é um nó da rede, pra ela se sustentar, para ser uma rede forte precisa ter os núcleos fortes [...] E a rede, ela se constitui por um interesse bem mais amplo da agricultura familiar, do desenvolvimento da agroecologia como um aspecto importante da sustentabilidade (E II 3 c).

A Certificação Participativa em Rede da Rede Ecovida também está estruturada em alguns critérios: 1) o agricultor deve fazer parte de uma organização (grupo, associação ou cooperativa) que integra a rede; 2) esta organização deve ser acompanhada tecnicamente por pessoa ou organização ligada, também ligada à Rede; 3) se houver interesse no certificado “Ecovida” e utilizar o selo nos seus produtos, o interessado preenche um formulário com as informações da sua propriedade; 4) esse formulário é analisado pelo Conselho de Ética do núcleo; 5) o passo seguinte é a visita de vistoria do Conselho de Ética com a presença de um representante do núcleo de ética local; 6) é feita

¹⁰⁵ Segundo documento da Rede “a composição da Associação de Cerificação obedece a Instrução Normativa nº 07 de 17 de maio de 1999 e para fins de controle final da qualidade do processo agroecológico desenvolvido, a Associação de Certificação Participativa dispõe de Comissão Técnica, Conselho de Certificação e Conselho de Ética ou de Recursos, além das demais instâncias que se fazem necessárias para o bom andamento dos trabalhos por ela realizados” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2000b, p. 10).

uma auto-avaliação em relação às normas da Rede; 7) em seguida será realizado um diagnóstico e o posterior encaminhamento das mudanças necessárias para adequação, se for o caso; 8) os conselheiros e o representante da assessoria elaboram um relatório, aprovando ou não, a certificação para aquela Associação; 9) o último passo é a emissão do certificado. As visitas de vistoria para renovação do selo são anuais (SANTOS, L., 2003, p. 130-1).

É importante destacar que o modelo de certificação participativa surgiu em oposição ao modelo “convencional” de certificação, caracterizado como modelo vertical, por concentrar o poder na empresa certificadora que estabelece os critérios, faz as vistorias e confere o selo, se a propriedade estiver dentro das normas exigidas. Assim, o modelo de Certificação Participativa em Rede da Rede Ecovida propõe uma relação horizontal entre agricultores, técnicos ligados às organizações de apoio e consumidores. E é esta “comunidade” que vai averiguar a proposta de ingresso na Rede e acesso ao selo (SANTOS, L., 2002). O quadro a seguir ajuda a visualizar as etapas e características do processo de certificação participativa desenvolvida pela Rede Ecovida:

Quadro 1. Etapas do Processo de Certificação.

Espaço – abrangência	Público de Trabalho	Mecanismos de Controle	Denominação Fase
1. Propriedade ↓	Agricultores	Curso(s), normas, acompanhamento, croquis, planos de conversão, etc.	Formação, informação e compromisso.
2. Organização ↓	Grupos, Associações, Cooperativas	Comissão de ética, visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, intercâmbios, suspensões.	Autofiscalização e auto-regulação.
3. Núcleos Regionais ↓	Organizações que compõem a Rede em certa região	Conselho de Ética, formação periódica, participação de consumidores, suspensões, representatividade.	Responsabilidade mútua e “olhar externo”
4. Associação Ecovida	Conselhos e Comissões	Conselho de Certificação; Conselho de Ética e Comissão Técnica	Legal

Fonte: SANTOS, L., 2003, p. 130.

É possível dizer que com o estímulo das entidades de apoio à comercialização dos produtos ecológicos surgiu o problema da certificação de origem dos produtos. Isto levou a um debate entre dois modelos propostos para a certificação: o modelo europeu proposto pela IFOAM¹⁰⁶ e pelo sistema ISO¹⁰⁷ – ambos com “auditores externos” –; e o modelo de certificação comunitária, a exemplo da Rede Ecovida, que dispensa a figura do “Fiscal Inspetor” e delega o “olhar externo” aos outros associados do núcleo que passam a exercer o poder de conferir a certificação ou interromper a utilização do selo.

No Brasil, os debates sobre a certificação tiveram início em 1994 por iniciativa do Ministério da Agricultura, que apresentou uma proposta de regulamentação da certificação de produtos orgânicos no Brasil. A proposta foi contestada por um grande número de ONGs, o que criou uma polarização entre o modelo da IFOAM e os que defendiam um sistema solidário de geração de credibilidade. Estes debates ocasionaram a Instrução Normativa nº 007, de maio de 1999, que no item 9.2 afirma que “as certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região em que atuam, desde que sejam observadas as exigências legais” (BRASIL, 1999). É neste texto da IN 007 que a Rede ampara seu formato organizativo.

No mesmo período da IN/1999, em Santa Catarina, o Estado pressionava as organizações para criar um comitê central responsável pela coordenação do processo de estruturação da certificação de produtos orgânicos, o que também provocou a reação das entidades locais do movimento orgânico. Foi nesta perspectiva que as entidades de Santa Catarina começaram a discutir a criação de uma rede que trocasse informações e fizesse frente ao processo iniciado pelo Governo do Estado e ao avanço de modelos verticalizados de certificação. Com este espírito, em 1999 constituíram a Rede Ecovida que, em 2000, já contou com a integração das “entidades parceiras” dos Estados do Paraná e Santa Catarina, estendendo a rede aos três Estados do Sul do Brasil.

A IN 007/99 previu a criação do Colegiado Nacional e dos Colegiados Estaduais da Produção Orgânica responsabilizados pelo credenciamento dos organismos certificadores, acompanhamento e fiscalização da produção orgânica. Segundo depoimentos de técnicos que acompanham a Rede Ecovida, este colegiado nacional, fortemente influenciado pelo colegiado paulista, articulou, em 2002, a IN 006. Esta Instrução Normativa previa um processo de credenciamento altamente burocratizado porque misturava normas da IFOAM

¹⁰⁶ Sigla em Inglês para Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica.

¹⁰⁷ Sigla em Inglês para Organização Internacional para Normalização.

com exigências do sistema ISO. Em reação à IN 006 foi organizado, em julho de 2002, o primeiro ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), que deu origem ao GAO (Grupo de Agricultura Orgânica). Este grupo atuou como um braço operativo do ENA, com o propósito de grupo de trabalho de elaboração e impediu a implementação da IN 006 e ainda propôs a base do texto da Lei 10.831, sancionada em 23 de dezembro de 2003¹⁰⁸. Hoje o grupo trabalha na regulamentação desta lei. No entanto, o trabalho do GAO também foi marcado por desentendimentos internos. Um deles foi quanto à certificação de todos os integrantes da organização ou apenas daqueles que têm interesse em acessar o selo. A Rede Ecovida defende que a certificação não seja obrigatória, enquanto a maioria dos membros do GAO entende que as Certificadoras, no caso a Rede, deveriam tornar obrigatória a certificação de todos os membros das organizações certificadoras.

3.2 A emergência do poder disciplinar na Rede Ecovida

Feita a apresentação da realidade empírica pesquisada, passamos à análise das informações obtidas à luz das hipóteses deste estudo. Analisaremos o poder a partir da sua característica como produtor da realidade social, adotando os passos indicados por Foucault para realizar uma análise das relações de poder. São eles: 1) a diferenciação interna dos membros de determinada instituição. No nosso caso, os agricultores, consumidores e técnicos que integram a Rede Ecovida; 2) os objetivos perseguidos pelos integrantes, seus privilégios e funções estratégicas relacionadas com a representatividade, os conflitos entre os núcleos da rede, as estratégias dos diferentes atores em torno da agroecologia e da certificação de produtos ecológicos e as divergências e conflitos entre dois atores fundamentais da Rede: os agricultores e os técnicos; 3) os meios para o exercício do poder na Rede Ecovida: a adaptação às normas da Rede, a burocracia e o controle das informações, bem como o acesso às ferramentas de comunicação; 4) A

¹⁰⁸ Lei que trata da regulamentação da certificação de produtos orgânicos no Brasil. Segundo avaliação de técnicos que acompanham a Rede a lei significa um avanço por estabelecer normas e critérios para a certificação. Por outro lado, acusam o *lobby* das grandes certificadoras por descaracterizar a dimensão participativa da certificação e praticamente impedir a Rede Ecovida de certificar, embora a lei permita que a Rede possa fazer a “avaliação de conformidade”, isto é, atestar a procedência do produto. A certificação teria de ser feita por uma certificadora enquanto a Rede Ecovida funciona como associação. Esta situação gerada pela Lei 10.831 não permite, segundo os técnicos, o efetivo envolvimento dos agricultores e impede a sua inclusão no acesso ao mercado dos produtos ecológicos pelo alto custo da contratação de uma certificadora.

especificidade da instituição, isto é, sua história, sua estrutura e seu discurso; e 5) o grau de racionalização expresso na elaboração interna, na efetividade da rede e na normalização encontrada nas suas práticas.

De partida, é possível afirmar que os dados coletados indicam a existência de conflitos na Rede. Um destes conflitos marca a relação entre os agricultores – que vêem a Rede como articulação que contribui na sua viabilização econômica e querem a certificação para ampliar mercados (mesmo que isto demande algum grau de burocratização com a certificação “técnica” da produção) – e os técnicos – que querem preservar a identidade política da rede como reação ao modelo “tradicional” de certificação e como ferramenta de expansão da agroecologia. Na opinião dos técnicos, qualquer modelo de certificação implica em algum grau de burocratização e verticalização, o que descaracterizaria a Rede Ecovida enquanto movimento social.

Quanto à disciplina interessa-nos, primeiramente, o detalhamento das suas quatro características básicas: 1) o tipo de organização dos indivíduos no espaço, isto é, como a rede é um recurso de organização (o que Foucault chama de esquadramento) que permite algum grau de controle sobre os indivíduos; 2) o controle sobre o tempo, que aparece basicamente nos prazos fixados para a “transição agroecológica”; 3) a vigilância que a rede exerce sobre os indivíduos, uma vez que os grupos têm o poder de se autofiscalizarem, e o núcleo local tem o papel de fiscalizar ou aplicar a penalidade prevista, o que indica um alto grau de internalização da disciplina; e, por fim; 4) o registro contínuo do conhecimento em documentos internos, sistematizações e relatórios que orientam e padronizam os procedimentos burocráticos da Rede.

Detalhadas as características da disciplina, passaremos à análise dos seus dispositivos de funcionamento: 1) o olhar hierárquico, isto é, como as instâncias “inferiores” percebem as instâncias máximas de decisão da Rede Ecovida; 2) a sanção normalizadora que se efetiva em práticas de punição como a suspensão temporária (“gancho”), perda do selo e exclusão da Rede; e 3) o exame, onde o grupo se sujeita à vistoria do núcleo para verificação do cumprimento das exigências da rede e averiguar sobre a condição para concessão do selo ou da integração à Rede.

3.2.1 A materialização do poder

3.2.1.1 A diferenciação interna dos integrantes da Rede Ecovida

Conforme demonstramos na apresentação do objeto empírico, a Rede Ecovida, embora estabeleça relações com comerciantes, é formada basicamente por três atores: agricultores, técnicos e consumidores. Esta diversidade está justificada em um dos princípios de organização da certificação: enquanto a certificação convencional prioriza a isenção dos auditores, a certificação participativa acredita que a aproximação entre agricultores, consumidores e técnicos gera credibilidade pela confiança mútua¹⁰⁹.

Todos os núcleos fazem este processo e é assim que a **REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA** constrói a certificação, de forma **participativa**. Na certificação participativa a obtenção das informações, a verificação do cumprimento das normas e o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos são realizados com o envolvimento dos agricultores e suas organizações, dos técnicos, das organizações de assessoria locais e regionais e dos consumidores (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 9, grifos no texto original).

Conforme informamos na introdução deste estudo, os núcleos escolhidos para a coleta dos dados não contavam com organizações de consumidores atuantes, o que impediu a obtenção de informações para tecer uma comparação e diferenciação mais qualificada entre os segmentos da Rede. Por isto, a análise que segue confronta apenas o segmento dos agricultores e dos técnicos. Embora os dados coletados a partir das entrevistas de consumidores, não sejam utilizados neste estudo pela priorização da análise da relação entre agricultores e técnicos, é importante registrar que a Rede Ecovida pretende ampliar o controle sobre a certificação para além da relação técnico-agricultor, inserindo o consumidor como segmento que tem a tarefa de atestar, principalmente do ponto de vista público, a credibilidade e a conformidade dos produtos com os critérios da produção orgânica. Uma orientação importante está em um dos cadernos de formação da Rede:

¹⁰⁹ A partir da observação nos encontros (O III), conforme mencionamos acima, constatamos que embora a Rede não desenvolva somente a ação da certificação, sua lógica organizativa está bastante direcionada ao processo de geração de credibilidade da produção agroecológica.

As organizações membros da Rede devem se empenhar no esclarecimento perante os consumidores sobre o processo de certificação participativa, bem como o que o selo da Rede simboliza; deixando claro, também, a diferença entre fazer parte da Ecovida e ser certificado pela mesma (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 12).

Analisando os depoimentos e os documentos da Rede, percebemos que cada um destes autores parece ter uma função bem definida. Os agricultores estão na esfera da produção, os técnicos no acompanhamento técnico da produção e na animação dos núcleos, enquanto os consumidores são um elo indispensável para a geração de credibilidade da produção. Há indícios de que há um esforço por parte dos técnicos e dos agricultores para convencer os consumidores urbanos que adquirem produtos da Rede nas feiras e nos mercados locais, de que não é um selo que garante a procedência do produto (como propõe o sistema “convencional” de certificação), mas o conhecimento de como é produzido aquele alimento: “é através da proximidade com o consumidor que nós construímos a credibilidade do produto ecológico, pois comercializamos aquilo que comemos: um alimento saudável” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 9).

Esta diferenciação interna nos direciona, por outro lado, à compreensão desta relação sob outra ótica, isto é, entender como a diferenciação interna organiza relações de poder nas ações da Rede. Esta pergunta segue o parâmetro de que a diferenciação interna de um determinado sistema social constitui a base da ação de uns sobre os outros (FOUCAULT, 1991, p. 37). O acesso de cada um dos atores acima mencionados a recursos de poder como ferramentas de comunicação (telefone, fax, Internet, entre outros), suas condições econômicas, o acesso a leis e normativas, bem como a habilidades e a competência técnica, criam as condições de exercício de poder ou de incidir sobre a ação de outros.

3.2.1.2 Os objetivos perseguidos por estes integrantes, seus privilégios e funções estratégicas

Num primeiro momento os atores que conformam a Rede Ecovida parecem constituir um grupo bastante homogêneo, mas sua distinção interna nos leva a perguntar sobre os interesses de cada um destes segmentos. Com efeito, a Rede articula

consumidores, agricultores e técnicos em torno de um objetivo comum: desenvolver a agroecologia e possibilitar um processo de certificação da produção, ancorado nos princípios da produção ecológica. No entanto, vale perguntar se há interesses e estratégias divergentes entre estes atores a ponto de qualificar uma relação de poder de uns sobre outros. Percebe-se uma diferença em torno dos temas da agroecologia e da certificação de produtos ecológicos. Para os agricultores pesquisados a expectativa da sua participação na Rede Ecovida gira em torno da constituição de uma rede para ampliar o mercado dos seus produtos (por isto a importância da certificação que permite a comercialização para além das feiras e do dito “mercado direto”), mesmo que isto implique em uma maior burocratização do processo.

Para os técnicos o estratégico parece ser o desenvolvimento da agroecologia, sendo a certificação apenas uma das ações para impedir o “*agrobusiness* orgânico” que se transformou em um nicho de mercado para grandes empresas que não compreendem a produção orgânica como processo social, em conformidade com os princípios da economia solidária. Neste sentido, a Rede pauta a discussão da certificação procurando evitar a exigência de qualquer forma de hierarquização ou verticalização que comprometa os princípios da agroecologia. O problema é que a partir da Lei 10.831 a Rede Ecovida não faz mais Certificação (Participativa e em Rede) porque ela própria não tem qualificação formal para ser uma certificadora¹¹⁰. Ela somente gera credibilidade, não certifica. O debate gira em torno da questão do abandono do termo “certificação” ou a qualificação da certificação participativa para tornar-se um tipo de “avaliação de conformidade”. Por isto, os técnicos argumentam que Rede deve ter um caráter de movimento, não somente estar presa a questões legais:

Só que depois foram surgindo uma série de questões sobre o que é certificação e o que não é, o que é avaliação de conformidade. Isto fez com que a gente tivesse que redesenhar algumas questões para que a gente não fizesse com que a lei comprometesse o nosso processo. A tendência da lei é burocratizar, é obrigar a documentação, obrigar uma série de registros que comprometem o processo participativo (E II 3 b).

¹¹⁰ Sobre este ponto é importante informar a Rede Ecovida criou, em assembléia geral, a Associação Ecovida de Certificação Participativa (AECPP), mas esta Associação ainda não entrou em funcionamento. Na observação das atividades da Rede constatamos que não há um convencimento por parte dos seus integrantes sobre o funcionamento da certificadora. O debate ressurgiu, mas o “acionamento” da AECPP é indicado apenas como um dos caminhos diante do impasse da certificação.

Esta divergência quanto à estratégia central da Rede gera alguns conflitos. Neste sentido, há indícios na realidade empírica de que para os técnicos a Rede Ecovida é uma instituição de disciplinarização para a “conversão agroecológica”, valendo-se do interesse do agricultor pela certificação para comprometê-lo a ampliar a agroecologização da propriedade até chegar a “100% ecológica”. Neste sentido, acionar a AIECP poderia levar a um “esvaziamento” da Rede Ecovida. O tema da agroecologização está bastante presente na fala de agricultores:

É um trabalho que a gente conscientiza né. Por que tem encontrado também dificuldades de famílias que rumam para a agroecologia e quando chegam num processo, digamos assim, tu entra. No início parece que embala que vai embora né e quando chega vai dando passos, vai ter que deixando de fazer algumas coisas que tu vem fazendo, muitas delas caem fora. Isso é um grande problema que tem e várias regiões também. ***E quando chega a hora de converter.*** De converter 100% da propriedade ele cai fora. E a gente trabalha na região aqui é o seguinte: é a questão da propriedade ecológica e não o produto. Por que daí seria muito simples né, eu tiro um canto lá de área e faço 100% ecológica, mas o conjunto da propriedade não funciona (E I 7)¹¹¹.

Você acha que vai ter resistência dos agricultores para isso? porque os técnicos parece que estão... Eles estão acelerando, e claro em certas partes não seria difícil né, um pouco é essa questão aí longe de ter implantado as normas né, mas vejo o outro lado da questão da preservação do solo a questão mais orgânica é o processo lento né, que esta se avançando só que eu vejo lá por mim que é um pouco demorado é eu to trabalhando a três, quatro anos e a gente ainda esta apanhando em certas coisas, principalmente na questão das pragas (E II 1 a). ***E na hora de botar o selo não pode...*** Não pode. Tu sempre tem que trabalhar na questão prevenção né. Tu não pode deixar quando deu problema não adianta mais quer fazer porque daí tu tem que usar químico daí tu ta fora né, tu sabe que isso tu não pode mais usar é aí você vai ter que perder produção né, no caso, e isso é um pouco que dificulta, né (E II 1 a).

Estes depoimentos ilustram que a disciplinarização proposta pelos técnicos e imposta pelas normas da Rede se depara com a resistência dos agricultores que criticam o excesso de rigidez do processo de conversão e questionam o critério de que a Rede certifica somente a propriedade e não um produto específico. Para os técnicos, estes critérios estão amparados na preocupação de que se estas normas não fossem estabelecidas

¹¹¹ O texto em destaque itálico e negrito identifica a inferência do entrevistador.

haveria uma generalização de propriedades que misturariam produção ecológica e agricultura convencional. Procurando entender este conflito percebemos que sua origem pode estar relacionada ao processo histórico de estruturação da Rede. Conforme expusemos anteriormente, a Rede Ecovida surgiu da articulação de ONGs na Rede TA-Sul e não há registros quanto à participação de organizações de agricultores na constituição do organograma da Rede, tampouco das normas que regem seu funcionamento. Esta situação parece ter contribuído na formulação de normas voltadas mais para os interesses dos técnicos. Além disto, o tópico a seguir pode ajudar a compreender como a diferenciação de interesses implica na ação de uns sobre a ação de outros.

3.2.1.3 Meios de exercício do poder

A divergência entre agricultores e técnicos nos instiga a perguntar pela capacidade de um ou de outro segmento ter acesso a recursos de poder. Sobre este ponto, vale, inicialmente, uma pergunta: quais são os meios que dão origem às relações de Poder? Foucault (1991) lembra que o poder pode ser exercido pela capacidade de argumentação, o conhecimento de leis, acesso a recursos econômicos e domínio dos processos burocráticos. Neste sentido, percebemos que a Rede possui alguns encontros onde planeja suas ações e se observarmos o seu formato organizacional, poderemos concluir que os espaços de planejamento são locais privilegiados de relação entre os atores. A partir desta constatação investigamos se o conflito entre agricultores e técnicos pode ser justificado pelo modelo organizacional da Rede que estrutura os recursos de poder em ferramentas que praticamente só podem ser acessadas pelos técnicos.

3.2.1.3.1 Capacidade de argumentação

Através da técnica da observação (O IV) constatamos a seguinte situação em uma reunião da Coordenação Ampliada: a metodologia de discussão dos assuntos da pauta foi a partir de cinco pequenos grupos. Em todos os grupos participaram técnicos. A relatoria das

discussões no grupo foi realizada na sua ampla maioria por técnicos. Em apenas um grupo o agricultor expôs o relato das conclusões do grupo, mas foi seguidamente interrompido por um técnico, que acabou ocupando a maior parte do tempo na exposição do relatório. Além disto, toda a coordenação das mesas de trabalho foi feita por técnicos que também ocupavam os primeiros lugares e se revezavam nas falas, monopolizando as intervenções do plenário. Esta realidade foi corroborada nas falas de agricultores durante as entrevistas:

Não é só a minha posição, mas lá do grupo, né. Nós achamos que é fundamental que o agricultor participe, por mais que boas intenções que tenha o técnico ele não consegue expressar, no meu ponto de vista, não consegue expressar as necessidades e as demandas do agricultor [...]. Então, se tem um técnico representando todo o conjunto já não vai, pois o que tem bastante são reuniões de planejamento. Isso, que, na maioria das reuniões que eu fui da Rede Ecovida, eu acho que são duas ou mais, a gente acaba ficando quieto lá. É dois ou três que ficam falando (E I 4).

Ah! No caso assim, uma vez eu presenciei lá em Francisco Beltrão, né. Lá 90% eram técnicos. Então foi debatido isto porque ficou uma questão muito direcionado à parte técnica. E eu questionei: qual é o papel nosso? É a questão da produção. A rede, ela trabalha em cima da produção, né. E aí foi debatido que tinha poucos agricultores que participavam. Na questão da presença e na questão de falação ali. Mas isso era porque não se dominava tanto o assunto. Hoje a gente vê que a gente não fala porque não domina. A gente as vezes entende, mas não fala, né. Mas no começo eu lembro que muitas vezes questionavam que os técnicos influenciavam muito. Assim, falavam, falavam e no fim até atrapalhavam. Daí isto foi questionado né (E II 1 a).

Estes depoimentos demonstram que a capacidade argumentativa dos técnicos influencia na hegemonização de que a estratégia da Rede Ecovida deve se concentrar na agroecologização das propriedades. Esta condição está bastante associada à pauta dos debates da Rede que exigem inferências técnicas, principalmente de atualização de informação sobre o andamento do debate da certificação de produtos orgânicos no Brasil, que somente estão ao alcance dos técnicos. É importante frisar que o espaço para participação dos agricultores nestes debates é aberto e há uma predisposição dos técnicos em ouvir as manifestações dos agricultores, mas poucos conseguem intervir.

E vocês tem tido espaço para falar disto nas assembléias? Sim, tem espaço. Ali claro que a questão é que o técnico as vezes interfere

demais. Nós já discutimos isto várias vezes. Mas o agricultor tem participado também. Eu vejo no núcleo do pessoal de Concórdia ali, o pessoal que entende, que acompanhou desde o começo. Eles sabem, né, se defendem bem e tal, né. Tem a posição firme: olha eu acho que é isso ali! Como eu poderia dizer, tem mais rapidez na hora de conversar, falar e tal (E II 1 a).

Como a estrutura da Rede Ecovida gira em torno de reuniões de planejamento, percebemos nos depoimentos que os técnicos são os atores que mais têm condições de acessar recursos de poder como disponibilidade de participação e a capacidade argumentativa. O resultado deste formato organizacional é o desinteresse dos agricultores devido à linguagem excessivamente técnica que os técnicos impõem.

O papel deles [dos técnicos], sinceramente, eu vejo que, eu vejo aqui também, eu vou cita o exemplo do [nome de um técnico]. Então, eu não tenho nada pessoal contra ele, mas o que eu vejo é que ele domina muito as reuniões. O cara tem que ter mais assim, mais uma sensibilidade de, como. Até, agora não é mais ele o coordenador, mas ele quando era coordenador, mesmo não sendo, sempre vai sobressair sobre os outros. Daí fica aquela coisa, só em torno dele a reunião quase. *E quem fala mais ajuda a definir mais?* E o pessoal um pouco, claro, o problema os próprios agricultores falta também aquela coragem de repente colocar as coisas. Não porque não tenham capacidade. Ficam ali meio inibido daí o outro fala e fica por isso mesmo (E I 10)¹¹².

Estas informações ilustram que o conhecimento gera capacidade de modificar a ação de outrem, isto é, que os técnicos acionam recursos de poder que lhe permitem o controle das definições quanto à estratégia de ação da Rede. Isto confere ao técnico a capacidade de intervir incisivamente na viabilização de espaços de comercialização, no acionamento da AECF, na busca de recursos econômicos para realizar as atividades de Rede, entre outros. Além disto, é importante destacar que este poder tem uma base material que é a infra-estrutura disponível ao técnico vinculado às organizações que integram a Rede e lhe permitem o acesso à informação, viagens de intercâmbio e manuseio de ferramentas de comunicação como Internet. Outro aspecto que estas informações permitem concluir, é que é possível identificar a dimensão relacional do poder, isto é, algo que aparece quando atores sociais são postos em relação. A capacidade de uns atuarem sobre

¹¹² Para preservar os entrevistados não citaremos nomes de pessoas na transcrição das entrevistas.

outros pelo acesso às ferramentas que permitem esta capacidade é apenas o resultado do poder.

3.2.1.3.2 Acesso a recursos econômicos

Conforme introduzimos acima, a estrutura econômica dos técnicos que são liberados por organizações (geralmente ONGs) para o trabalho junto aos agricultores constitui um importante recurso de poder. O trabalho consiste basicamente na assessoria técnica à produção e na animação dos núcleos.

a Rede Ecovida ela pode estar de um jeito, quem sabe dentro da economia solidária a rede tem que ter uma certa estrutura, uma certa organização diferente. Então, eu acharia que da estrutura da rede ecovida ela deveria, eles estão tentando, né, fazer com que haja mais participação das pessoas dentro das instâncias da rede ecovida, né. O problema é que, a gente vê por nós aqui como agricultor ele não tem quase tempo para sair para participar. Então, essa é uma grande dificuldade para nós, né. [...] Os técnicos participam, mas veja o que acontece, a maioria das pessoas que participam são técnicos, dentro das instâncias, né, talvez porque eles tenham mais disponibilidade de tempo para ir né (E I 4).

E os coordenadores dos núcleos são geralmente técnicos? Sim, no caso o nosso é. Uma que até em função disso era prá ser outros. Mas uma questão assim, até foi levantada no núcleo que como o coordenador geralmente é um técnico e tá liberado ele tem essa facilidade de deslocamento e tal. Ele tem que sair um dia então ele tem esta facilidade e a propriedade não sente falta né. Este seria um dos fatores que foi influenciado para que seria um técnico (E II 1 a).

Neste ponto reside um aspecto muito importante na identificação do poder na Rede Ecovida: a diferenciação interna dos atores, comparada com a definição da estratégia de ação, permite visualizar que as principais ações da Rede fatalmente serão realizadas por técnicos que possuem capacidade argumentativa e a infra-estrutura necessária para desenvolver as ações. Com efeito, o agricultor está na esfera da produção que, por sua vez, exige dele um envolvimento permanente e a conseqüente impossibilidade de dedicação às

ações da Rede pela demanda de trabalho na propriedade. Esta condição dos agricultores é agravada pela postura de alguns técnicos, conforme eles próprios reconhecem:

Nós também temos vícios, que vem, que são originários das redes antigas, são originários da postura de organizações, de pessoas, e a gente vai construindo gradativamente esta relação, pouco do envolvimento do agricultor que por sua vez vive, sobrevive e trabalha a sua propriedade numa condição de no seu sustento e numa condição de comunicação, numa condição peculiar toda de deslocamento, né. Então, assim, as principais dificuldades é exatamente a sua liberação, a sua comunicação e o seu deslocamento. É confrontado com organizações que tem estrutura, que tem, enfim, estão bem situados no ponto de vista geográfico e bem relacionadas e com pessoas liberadas para o trabalho (E II 1 a).

Este acesso aos recursos do poder demonstra com precisão a capacidade do segmento dos técnicos em atuar sobre os agricultores. Com efeito, a materialidade do poder repousa sobre a condição econômica dos técnicos e é possível afirmar que esta assimetria econômica implica, necessariamente, na disparidade de distribuição do poder. Por outro lado, é importante lembrar que a base material é apenas um dos dispositivos do poder e o acesso a determinadas condições não implica fatalmente em capacidade de ação sobre outrem, mas, conforme mostram os depoimentos e observações, percebemos que na Rede Ecovida a sua estrutura organizativa permite converter o acesso dos técnicos a recursos econômicos em capacidade de ação sobre a ação dos agricultores, na medida em que a participação de ambos na Rede os coloca em relação e define os parâmetros da sua ação¹¹³.

3.2.1.3.3 Representação

As divergências e conflitos entre dois atores fundamentais da Rede, os agricultores e os técnicos, atingem o “ponto de ebulição” na questão da representatividade. Com efeito, a Rede Ecovida oportuniza espaços de participação para todos os membros na assembléia anual dos associados, mas no intervalo das assembléias as “instâncias-meio” adquirem um *status* importante para o curso das ações. Nestas instâncias surge a figura do “representante” ou “delegado”. É neste ponto que mais uma vez os técnicos se sobressaem:

¹¹³ Um importante estudo sobre a impossível simetria entre agricultores e técnicos ecologistas pode ser encontrada na pesquisa de OLIVEIRA (2004).

Mas tem núcleos que participam mais, né. Eu vejo que alguns agricultores se envolvem bastante... É, isso dá para ver bem os núcleos, acho que ali de Santa Catarina, do Paraná, o Litoral, né. Mas, a maioria dos núcleos, pelo menos aqui do Rio Grande do Sul só vai técnico: aí Santa Cruz vai técnico, no núcleo de Paraí e Pelotas vai o CAPA, no CETAP lá de Passo Fundo vai técnico, Erechim sempre também e da Serra também tem. Até vai agricultor junto, mas a maioria dos núcleos mandam representantes que são técnicos, agrônomos que vão, né. E sempre os mesmos quase, né, isso que é o, são sempre as mesmas caras. Esse que é o problema (E I 4).

O problema da representatividade pode ser percebido na esfera institucional da Rede Ecovida. A morfologia de rede prevê a diluição do poder entre seus integrantes na medida em que elimina “espaços” e “lugares” onde o poder poderia ser exercido de forma verticalizada. Esta situação faz emergir o problema da representatividade porque a dinâmica interna de rede – bem como a sua participação em ações da sociedade – parece exigir a “eleição” de representantes que, ao menos esporadicamente, “falam” em seu nome nos espaços internos e também externos (sociais), onde a rede participa. A Rede Ecovida também convive com este dilema. Nas palavras de um técnico, “uma das dificuldades é definir o que é rede e quem representa a Rede” (E II 3 c). Segundo este mesmo técnico, esta dificuldade é agravada pelo fato da Rede Ecovida não possuir uma personalidade jurídica consolidada, enquanto a maioria dos seus integrantes estão vinculados a organizações com atuação reconhecida e consolidada. Esta situação faz com que facilmente as instituições-membro representem a Rede e sejam, para muitos atores “externos”, os interlocutores referenciais da Rede Ecovida. Esta representação faz surgir conflitos reconhecendo, inclusive, que a representação significa poder, no caso de se expressar em nome da Rede:

Uma organização desta natureza, que envolve muita gente, muitas organizações não tem como tu fazer um negócio tão tranquilo assim. Mas eu vejo isso como um processo natural. E tem conflitos, né. Alguns conflitos se dão às vezes até na disputa de poder, né, ou de espaços de trabalho, ou de representação da rede, que ninguém representa a rede assim, não tem um representante da rede. Mas é normal, se tem um convite pra Rede pra participar de algum evento alguém vai ter que ir. Alguém ligado a um núcleo ou alguma instituição e tal. Então às vezes isso começa a acontecer algumas reações de que algumas pessoas têm mais espaços e assim oh,

quando tu participa de um determinado evento pra Rede tu ta representando a Rede, mas pra quem te convida pro evento tu é uma pessoa que faz parte de uma instituição. Então tu passa a ser referência e isso as vezes gera um conflito e as vezes um pouco de oportunismo de alguns, né. Normal (E II 3 c).

O depoimento acima ilustra que representatividade é sinônimo de poder, uma vez que permite o acesso a informações e espaços a ponto de gerar conflitos entre os seus integrantes. Com efeito, a morfologia multicêntrica de rede parece ser um obstáculo diante da exigência da representatividade. Poder-se-ia perguntar, inclusive, se a dinâmica organizacional da Rede Ecovida consegue conviver com a necessidade objetiva da representação, dado o seu tamanho e relação com outros atores sociais. No entanto, este não é o objetivo deste estudo. Interessa-nos demonstrar que a exigência de representatividade faz emergir a questão do poder, isto é, falar em nome de outrem significa concentração de poder, delegação para argumentar e dirigir, mesmo que esta condição não se expresse em um cargo ou mandato, legitimado institucionalmente. No caso da Rede Ecovida, esta possibilidade de representação está na capacidade argumentativa e no acesso aos recursos econômicos, além dos aspectos que mencionaremos na seqüência deste estudo.

3.2.1.3.4 O domínio de processos burocráticos

A noção de poder é inerente ao conceito de burocracia. A sua existência em maior ou menor nível faz emergir a questão do poder pela capacidade de controle da ação dos que lhe são submetidos e subordinados. A preocupação com a crescente burocratização que a certificação traz aparece na observação feita por um técnico, num encontro ampliado da Rede:

Eu lembro uma vez quando o Valdemar trouxe a papelada que precisava ter para alguém se credenciar como certificadora e tinha uma sala um pouco maior do que esta e ele ocupou um pouco mais do que a metade com os papéis que eram necessários, isso da certificadora. Por parte dos agricultores era outra boa quantidade de papéis.. Isto mostra que do jeito que está a certificação ela não é apropriada para a inclusão social dos agricultores mais

desfavorecidos. E essa foi a grande luta da Rede Ecovida no sentido de desconstruir toda essa lógica de burocratização e construir uma outra forma de empoderar os pequenos agricultores, para quem não sabe ler e quem não sabe escrever, prá quem só sabe assinar o nome ou porque não gosta de preencher documentos e tal (O IV).

Este depoimento ilustra que para os integrantes da Rede Ecovida a burocratização está estreitamente vinculada à verticalização do seu funcionamento e à conseqüente distribuição assimétrica do poder. Este argumento é utilizado de forma recorrente pelos técnicos e não é incomum encontrar opiniões de que a Rede deva abandonar a certificação e dedicar-se ao desenvolvimento da agroecologia e ao fortalecimento dos mercados locais, principalmente das feiras, onde a credibilidade é gerada pela relação “face-a-face” com o consumidor. Na fala de outro técnico: “o grau de responsabilidade é muito grande. Podemos, inclusive, comprometer o funcionamento da rede. É a primeira vez, em 15 anos de agroecologia, que o ‘caboclo’ será enquadrado legalmente” (O IV). A maior preocupação é com a verticalização que a burocratização da certificação poderá causar:

Ela nos exige uma organização vertical, e nós temos como opção a horizontalidade da articulação. E, essa horizontalidade é que gera o debate e cobra os tensionamentos nos nós da rede. E a verticalidade, ela meio que força a resolver isso. Há uma pressão externa de certificadoras verticais por auditoria, de que o processo seja verticalizado o máximo possível, e nós entendemos que não é por aí, então a nossa credibilidade, o nosso espaço gera agora numa forma diferenciada de fazer isso. É de fazer, e principalmente de provar a agroecologia (E II 3 a).

No entanto, mesmo no atual formato organizativo, calcado na horizontalidade e com o mínimo de procedimentos burocráticos possíveis, os técnicos reconhecem o seu papel de suporte às questões burocráticas referentes à organização do núcleo, mesmo que isto não exija um grande volume de documentos. Na opinião dos próprios técnicos: “o papel do técnico é dar aquela sustentação, né, aquele suporte e ser a fortaleza dentro do núcleo, onde você tem suporte burocrático e logístico pra operacionalização do núcleo. Eu acho que fica um pouco mais nesse papel” (E II 3 a).

Situação reconhecida e legitimada pelos agricultores:

Eles [os técnicos] ajudam nesta questão legal assim porque no caso o agricultor não pode participar porque ele não recebe para isto. Ele recebe uma diária, no caso quando ele participa, mas ele não é remunerado para isto, como os técnicos. Eles têm, assim, como fazer essa parte legal (E II 1 a).

Estas duas intervenções demonstram que o domínio de processos burocráticos significa capacidade de exercício de poder. Além disto, parece haver um equívoco na compreensão dos técnicos de que a burocracia implica necessariamente em verticalização e descaracterização da Rede. Dito de outra forma, burocracia e verticalização podem não estar umbilicalmente relacionados. Com efeito, a burocracia exige a diferenciação entre níveis no organograma institucional, prática comprovada na Rede, mas não significa que a organização burocrática possa ser extinta, mesmo em se tratando de uma rede “horizontal”. Em outros termos, não há evidências de que mesmo o abandono da certificação estabeleça relações horizontais e simétricas entre os integrantes da Rede Ecovida porque os dados mostram que burocracia que permite a funcionalidade da Rede é organizada pelos que estão em condições, inclusive materiais, de fazê-la. Neste sentido, podemos concluir que a relação entre organização burocrática e capacidade de controle não é explicada necessariamente pela verticalidade da relação entre agricultores e técnicos, mas pela capacidade de acesso a determinadas ferramentas de controle burocrático. Além disto, a burocracia está para além da hierarquia e não há indícios de que a organização em rede dissolva a burocracia e elimine a capacidade de controle de uns sobre outros.

3.2.1.3.5 Acesso à informação

Em uma rede que se organiza a partir da troca de intercâmbios e processos organizativos pretensamente horizontais, a informação passa a ser uma importante ferramenta para organização dos fluxos e também de exercício do poder. No caso da Rede Ecovida, a informação é importante como correia de transmissão das questões discutidas nas instâncias da Rede. Além disto, ela propicia intercâmbios entre os agricultores e técnicos, o acúmulo em torno de temas específicos e a troca de experiências na área técnica. No entanto, algumas falas de agricultores denunciam que as informações estão concentradas e muitas vezes não chegam até os agricultores “lá da ponta”:

E como é que vocês recebem as informações do que a rede define?

Tem o pessoal, tem o e-mail, tem dois integrantes da rede que tem passado muito, outros grupos têm passado via e-mail essas informações. ***Mas, nem todos os agricultores tem e-mail ainda, né?*** Não, não. Esse ficaria para dois e-mails só, esses integrantes desse grupo só dois tem acesso. Para repassar as informações, se não tiver esses dois que acessem lá, o grupo fica, todo o resto não tem acesso, na verdade (E I 6).

Tu achas que as informações chegam bem até o núcleo? Até o núcleo chega, mas não chega muito bem até nos grupos. Eu acho que ali precisaria ter uma integração. Dali pra frente é o problema (E I 3).

Estes depoimentos mostram que alguns dos instrumentos utilizados pela Rede para circulação da informação – principalmente o E-mail – não está acessível a todos os agricultores, mas disponível à totalidade das organizações às quais estão vinculados os técnicos. Segundo a opinião de um técnico, a dificuldade de circulação das informações é, novamente, explicada pela postura de alguns técnicos:

[...] tu achas que isto vem do que, estes ruídos de comunicação? É exatamente por esta, bom, é uma coisa, é o vício do liberado que tá aí numa organização e que tem acesso a tecnologia de comunicação. Que tem telefone, Internet, que tem uma sede a disposição. E, outra é o agricultor, que tá lá, que é quem tem de fato a capacidade de intervir, demandar trabalho e demandar debate pela agroecologia, mas ele tá tendo de tocar a sua propriedade né, o seu grupo, fazer a discussão local, e tem dificuldade de acesso a comunicação, ele não tem computador, é, ainda o acesso ao telefone não é uma coisa tranqüila, então, isto tem sido um pouco o limite para a gente, limita um pouco. Por outro lado nós carregamos alguns vícios, temos trajetória, temos pessoas, nós temos vontades próprias e queremos ver as coisas acontecer, e temos, então, muitas vezes a gente tem que parar, refletir e fazer um pouco o revés da discussão para tentar levar ela de forma igualitária, de forma abrangente dentro da rede, para não criar ícones dentro dos grupos mais consolidados, ou pessoas mais consolidadas, o que gera poder né, o que empodera, para que de fato fazer um crescimento é um pouco mais participativo e abrangente no conjunto (E II 3 a).

O que na tua opinião dificulta a comunicação na Rede? O que poderia ser melhor? Ah! Hoje tem a questão dos e-mails... é uma coisa nova e tal, mas nem todos os agricultores tem acesso à Internet. É talvez a maneira mais rápida para tu pegar a informação,

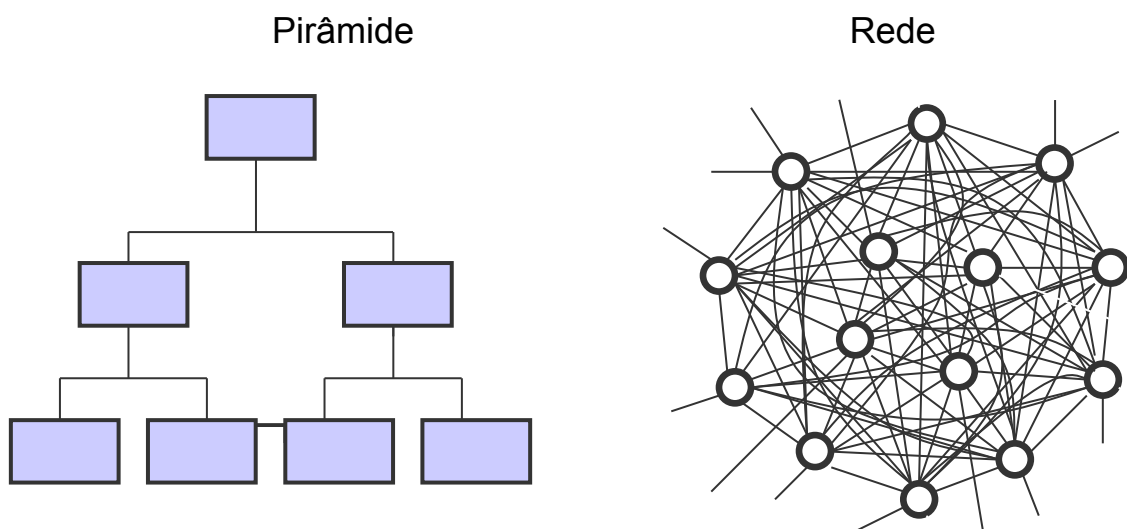
porque através de folhetos e *folders* talvez demora um pouco mais. Mas é só na cidade que tem, né (E II 1 a).

Estes depoimentos permitem ampliar a noção de que o poder se materializa por dispositivos sutis que não são facilmente percebidos na realidade social. Já demonstramos anteriormente que o poder não pode ser entendido a partir de um local ou necessariamente por um mandato, mas pela capacidade de acesso aos dispositivos que permitem incidir sobre a ação de outrem a partir do momento em que determinados atores são postos em relação em uma instituição ou realidade social específica. Além disto, o tema da informação é amplamente analisado pelas teorias sistêmicas do poder que ancoram a possibilidade simétrica de sua distribuição na condição da informação como generalização do código, o que implica no funcionamento harmônico do sistema. No entanto, percebemos que na Rede Ecovida esta qualidade da informação não implica em simetria. Pelo contrário, o acesso à informação significa antes a capacidade de concentrar o poder. Neste sentido, há indícios de que as ferramentas de informação não estão disponibilizadas de forma abrangente. Tal situação se agrava quando o sistema (ou subsistema) analisado é uma rede que depende estruturalmente da informação para conectar e estabelecer fluxos de comunicação. Isto demonstra que ter informação na rede garante a capacidade de conectar ou desconectar, o que não significa a capacidade de excluir ou incluir novos núcleos, mas de oportunizar-lhes o espaço de inferência e proposição do conteúdo dos fluxos que criam a rede e estabelecem a sua dinâmica.

3.2.1.4 A especificidade da instituição

Segundo Foucault (1991, p. 39), a especificidade da instituição, isto é, sua história, estrutura e discurso, é um aspecto fundamental para a análise do exercício do poder. Para o autor, a forma de institucionalização do poder mescla predisposições tradicionais e estruturas legais com costumes e tradições, enraizando-se tanto em instituições formais, constituídas em um “lugar” e com objetivo específico, quanto em instituições baseadas na tradição e nos costumes. Deste modo, percebemos que o poder está estreitamente vinculado à instituição social no que tange à forma de institucionalização, vigilância e controle nos seus espaços internos. Já demonstramos acima - na apresentação da realidade

empírica - que a Rede Ecovida é regida por um organograma que indica um considerável grau de verticalização, embora o princípio da organização em rede seja a horizontalidade e a descentralização. No entanto, aquele organograma nos indica que a dinâmica da Rede Ecovida depende de “instâncias superiores” que definem seus rumos (Assembléia Geral) e as que são responsáveis pela animação, organização e eventuais punições (núcleos locais). A seguir, apresentamos um desenho que procura traduzir a diferença entre o modelo piramidal, marcado pela verticalização do processo decisório, e o modelo de organização em rede, caracterizado pela horizontalidade e não centralidade:



Fonte: MARTINHO, 2003.

Se compararmos estes dois modelos de organização, perceberemos que no modelo piramidal, adotado pela Rede Ecovida, as funções estão definidas com precisão, enquanto no formato de rede há espaço para a multiliderança (MARTINHO, 2001; 2003). A justificativa dos fundadores da Rede Ecovida para a escolha do formato piramidal é que o exercício das funções em cada um dos espaços e funções do organograma é feito de forma coletiva e todos os membros da rede têm o poder de interferir, direta ou indiretamente, no seu funcionamento. Por outro lado, a organização dos indivíduos em funções específicas é, por si só, um indicativo do exercício de poder, na medida em que os posiciona em lugares que lhes permitem o exercício do poder.

Esta estratégia de reunir indivíduos em um organograma funcional é corroborada pelos depoimentos colhidos quanto à história da Rede Ecovida, isto é, a Rede surgiu com a

idéia de “articular” e “ligar” os grupos e organizações que trabalhavam sob os princípios da agroecologia nos três Estados do sul do Brasil.

Como é que surgiu a idéia da Rede Ecovida para vocês? Na região tem vários grupos que trabalham com agroecológico, mas que não havia uma ligação nenhuma entre eles né, e aí o CETAP como entidade de apoio e o CAPA, entidade que assessora estes grupos nesta região como eu já vi em outras regiões o processo de discussão de ter uma rede participativa de certificação né, trouxeram prá dentro da região também este debate no que, digamos assim, prá também visualizar se por parte dos agricultores tinha interesse em ter uma coisa maior, mas conjunta, uma coisa mais sólida. E foi encarado pelos agricultores, né, todos eles então vinham participar (E II 1 c).

Este depoimento mostra que, embora o surgimento da Rede Ecovida, principalmente para os agricultores, esteja associado à oportunidade de acesso à certificação da produção orgânica, percebe-se que a sua origem está estreitamente vinculada ao discurso da agroecologia. Além disto, é possível perceber que a certificação foi importante para garantir o avanço da proposta da agroecologia porque estabeleceu como uma das principais normas da Rede a agroecologização da propriedade, tema que aparece constantemente sob o discurso da “propriedade 100% ecológica”. A possibilidade de utilização do selo é um benefício obtido pelo cumprimento desta norma, conforme indica a fala de um técnico:

Bom, hoje nós estamos num momento de consolidação de um processo, num momento de coroação, eu diria assim, de todo um processo que vem se construindo nesses anos, que na verdade tem origem muito anterior a criação da própria rede Ecovida, é, aonde nosso principal desafio é de fato é conseguir dar vazão a nossa proposta, né (E II 3 a).

No entanto, os agricultores contestam esta conclusão quando argumentam que, na prática, a norma da conversão para propriedade “100% ecológica” encontra muitas dificuldades:

Como você vê a idéia de propriedade 100% ecológica da Rede? Na verdade se faz a discussão e a gente percebe que tem uma coisa ali que não tá fechando. Não tá batendo. Por que se até se sabe que a gente tem que partir pro ecológico. Não é que partir, mas tu tem

praticamente por obrigação. Só que tu vê que não tá acontecendo isso. Nem na tua propriedade, nem no grupo. Claro, tem umas famílias que tão conseguindo avançar mais, só que por outro lado tem famílias que de repente tão até regredindo (E I 10).

A partir deste argumento é possível concluir que o discurso da agroecologia e da propriedade “100% agroecológica” implica, na prática, em disciplina para a conversão da propriedade, evidenciando que determinados discursos exercem poder sobre os indivíduos na instituição Rede Ecovida. Por outro lado, estes dados parecem corroborar a tese de Foucault (1979; 1987) que saber e poder se implicam mutuamente e de que o poder necessita de um determinado volume de saber para agir e se converter em norma que oriente a ação dos indivíduos perpassados pelo poder. Com efeito, a idéia de agroecologização parece ter encontrado na Rede Ecovida a institucionalização de um discurso. Este discurso, por sua vez, produz um conjunto de normas que disciplinam e organizam os indivíduos no espaço da Rede.

3.2.1.5 Grau de racionalização da instituição

O quinto aspecto relevante para a análise do poder é o grau de racionalização da instituição, isto é, a medida da efetividade dos instrumentos e, de novo, a proposição do possível custo (político e econômico) da ação do poder (FOUCAULT, 1991, p. 39). O grau de efetividade pode ser mensurado pela apropriação e legitimidade da Rede nos discursos produzidos por seus integrantes. Para averiguar esta questão analisamos as inferências dos agricultores que ingressaram na rede a convite das organizações de apoio. Considerando as resistências em diversos aspectos – conforme demonstramos anteriormente –, percebemos que a instituição Rede Ecovida possui um elevado grau de legitimidade entre os agricultores:

Eu acho que de todos os grupos, né, a razão de entrar dentro da rede ecovida era talvez para correr atrás de um selo de agroecologia, um selo, né, de do processo de certificação, né. Eu diria que hoje, talvez, esse não seja o principal objetivo, é um dos objetivos também, mas não seja o principal, acho que um dos principais é fazer com que a sociedade e o governo também nesta questão da certificação, né, que eu acho que o produto ecológico na verdade não precisaria ser

certificado, né, mas o convencional sim, teria que ter lá foi usado isso, isso e isso, e o produto ecológico não teria a necessidade de certificação (E I 4).

Mas e por que vocês resolveram participar de Rede Ecovida? É que a gente aqui, no caso, a Rede Ecovida é que representa a agroecologia, na nossa visão aqui nos três estados do Sul (E I 10).

A Rede Ecovida é uma ferramenta, digamos assim, para a questão da agroecologia que ela não é de questão só financeira né, é uma questão mais participativa mesma, a questão para o envolvimento, para questão da criação de consciência das pessoas (E I 7).

Esta “apropriação” da proposta indica um baixo custo da ação do poder porque os integrantes estão sensivelmente apropriados do discurso da Rede. O aspecto fundamental deste critério de análise da ação do poder é que seu grau de racionalização está mais na sua produtividade e eficiência do que na sua capacidade repressiva. Portanto, o que parece ser um indicativo de ausência de relações de poder é, na verdade, um dos seus principais efeitos. A avaliação de um técnico ilustra esta situação:

Então, nós temos núcleos que também não, é, há uma diferenciação da organização interna dos 21 grupos internos da rede. Mas, todos estão se empoderando do debate, estão crescendo, estão com domínio de normas, de pressupostos básicos de critérios (E II 3 a).

Em outros termos, o baixo custo do exercício do poder demonstra que a instituição Rede Ecovida conseguiu, em sua recente história, um considerável grau de racionalização, a ponto de ser referência de articulação do conjunto das ações em agroecologia no sul do Brasil. Conforme demonstramos anteriormente, há várias evidências de punições, mas que, na prática, não representam a totalidade da ação do poder na Rede Ecovida, isto é, o grau de racionalização indica a efetividade do poder e a sua capacidade de produzir a realidade social a partir da internalização dos dispositivos pelos seus integrantes. Este aspecto corrobora o argumento de Foucault de que o poder não é necessariamente exercido pelos indivíduos, mas perpassa e produz a relação social tornando-a resultado ou efeito do poder.

3.2.2 Os dispositivos do poder

3.2.2.1 Organização dos indivíduos no espaço

A disciplina distribui e organiza os indivíduos no espaço pelas seguintes técnicas: ela exige uma cerca, isto é, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado sobre si mesmo; quadricula e divide os indivíduos em tantas parcelas quantas forem necessárias para garantir o controle sobre suas ações; localiza os indivíduos de acordo com funções e; ao mesmo tempo em que individualiza, a disciplina distribui os indivíduos numa rede de relações em que as diferentes funções se cruzam num organograma operacional “onde a linha se encontra com a coluna”, permitindo a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório (FOUCAULT, 1979).

Embora Foucault tenha postulado a tese de que a disciplina organiza e distribui os indivíduos no espaço a partir de exemplos das disciplinas introduzidas na época clássica em instituições como escolas, hospitais e quartéis, percebemos que estas técnicas de disciplinarização também podem ser encontradas na Rede Ecovida, embora de maneira sensivelmente diferenciada. Em primeiro lugar, a Rede Ecovida também é um tipo de organização dos indivíduos no espaço, isto é, um recurso de organização e de esquadramento que permite algum grau de controle sobre seus membros. A Rede Ecovida estabelece uma circunferência bem definida e limites bastante precisos na medida em que exige um processo de adesão (Anexos 4, 5 e 6) e comprometimento na observação das suas normas. Além disto, ela divide os seus membros por uma funcionalidade individual, ao mesmo tempo em que sua estrutura organizacional os coloca em relação nos espaços/encontros que ela propicia. Os argumentos seguintes de um técnico e de um agricultor ajudam a comprovar isto:

A rede permite que núcleos tenham processos diferenciados de transição, mas todos eles obedecem as normas da rede como um todo? Sim pra adquirir o selo o grupo tem que estar seguindo as normas da rede e o núcleo tem que dar o aval para a Rede. Por isso que tu tem dentro da proposta a transição que é como é que está a propriedade, como o é que tu qué modificá ela no processo e quais as metas que tu qué atingir. Isto é interessante do ponto de vista das normas da Rede (E II 3 c).

Eu acho que se não fosse pela rede bastante coisa não era viável, porque com a rede a gente tem uma ética e a gente tem que seguir aquela ética, e se não fosse a rede muitas pessoas, talvez algumas famílias não teriam seguido essa ética que tem na rede. E, então acho que é importante ter uma rede que coordena todas as idéias e todos os encaminhamentos, né (E I 3).

Recorrendo à descrição das funções exercidas na Rede, feita na seção anterior, quando da apresentação da realidade empírica, podemos caracterizar a distribuição espacial dos indivíduos na rede como forma de organização do poder. Estas instâncias são instrumentos de estabilização das tensões através do reconhecimento da sua legitimidade. Com efeito, embora a indagação sobre as tensões entre as instâncias não esteve diretamente no roteiro da coleta das informações, não constatamos conflitos de legitimidade das instâncias, o que não caracteriza a ausência de relações de poder. Foucault (1991) argumenta que a simples disposição dos indivíduos em funções que conformam e põem em movimento determinada instituição pode caracterizar uma relação de poder. No nosso caso, a organização em rede também subjugava os indivíduos em certas posições e ao mesmo tempo coloca alguns dos seus integrantes em condições de exercício “visível” do poder. Esta situação está expressa na prática de punição às famílias ou grupos que não cumprem as normas da Rede. Em outras palavras, a disposição espacial é uma condição de operação do poder de uns sobre os outros.

3.2.2.2 O controle sobre o tempo

A disciplina põe em funcionamento a técnica de controle das atividades dos indivíduos – uma “gestão dos corpos” – pelo horário, controle dos gestos, pela elaboração temporal do ato, articulação corpo-objeto e sua utilização exaustiva na chamada “economia positiva” (FOUCAULT, 1987, p. 127-131). Com efeito, estas técnicas de controle do tempo são sensivelmente evidentes na inauguração do sistema fabril de produção capitalista que instituiu o controle sobre o tempo como forma de disciplinarização da subjetividade operária (FOUCAULT, 1979, 1987)¹¹⁴. No entanto, nossa realidade empírica, embora difira estruturalmente da organização fabril, também expressa um controle sobre o

¹¹⁴ Uma revisão bibliográfica sobre as teorias que tratam desta questão pode ser encontrada em PAULI (2005).

tempo quando estabelece, por meio de normas, o tempo de transição para a agroecologia e de adaptação ao conjunto de normas da Rede. Nas palavras de um agricultor:

Você estava me dizendo que o agricultor, ao mesmo tempo em que ele troca informação contigo ele também te fiscaliza. Exatamente. *E como é que os grupos vêem isto?* Tem uma estrutura assim. Bom. Que que é a agroecologista? E aí nós tinha um processo que tem um passo-a-passo, né. Por exemplo, tu tem uma programação. Tu tem uma propriedade que em três anos eu quero que ela seja completamente agroecológica. Então aí tem um processo passo-a-passo, ano-a-ano e se tu tá fazendo um acompanhamento daquilo que tu planejou para tua propriedade. *E se o agricultor não conseguir realizar este planejamento...* Não consegue realizar este planejamento você tem que se explicar, e aí tu tem mais uma chance. Bom, eu não consegui fazer isto, não foi cem por cento, foi 80%. Esses 20% vou ter que fazer ano que vem... Isto então acumula e pode passar um pouquinho mais adiante, né. Mas eu tenho que sempre tentar melhorar. Não posso parar e ficar sem fazer nada ou voltar atrás, né (E II 1 a).

No nosso núcleo as propriedades não podem usar, digamos assim, considerada, um primeiro passo. Não pode utilizar agrotóxico em toda a propriedade. 100%. Nem transgênicos. É duas coisas, bem assim, que não pode utilizar: que é agrotóxico e transgênicos. Não utiliza. Como primeiro, início de conversa. Não tem dúvida. A questão das sementes híbridas ainda se tem um processo de diminuição, pra se vai num quinto ano, se não me engano, por exemplo. Se tu entra no núcleo. *Ah, tem normas pra cada ano?* Pra cada ano. E a questão da adubação química, que é adubo químico e também a questão da uréia. Então, tem um prazo (E I 7).

Estas afirmações evidenciam que a articulação em rede permitiu um plano de transição e um prazo para a agroecologização. Este é um efeito importante do poder na medida em que torna visível sua produtividade na medida em que transforma a transição agroecológica em indicativo da sua ação. Em outras palavras, o controle sobre o tempo dos que estão subordinados ao poder evidencia a capacidade de disciplinarização do poder.

3.2.2.3 A vigilância

Na obra *Microfísica do Poder* (1979) Foucault afirma que a disciplina é uma técnica de poder que implica vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Segundo o autor, não basta averiguar, esporadicamente, se subordinados ao poder estão agindo conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares, permitindo que cada indivíduo seja observado permanentemente, mesmo que a pessoa do “vigilante” não esteja presente. A vigilância é um dos principais dispositivos de funcionamento da disciplina na medida em que permite o acompanhamento dos efeitos do poder e a internalização da disciplina pelos indivíduos que lhe são submetidos. Neste sentido, nos interessa saber de que maneira a Rede Ecovida exerce vigilância sobre os seus integrantes.

Já teve conflito na Rede, tipo punição, alguma coisa assim? Teve. Como é que foi isso? Ah é, a gente ficou conhecendo. Daí uma parte da Rede visita, fomos visitar o grupo e aí se questiona tal problema. Até nós já tivemos, casos em que houve reincidência e a decisão foi tira as famílias do grupo. Tomaram a decisão de usar químico e a decisão foi tirá do grupo e repassar para a Rede. Aí foi chamado o pessoal da Rede e foi desligada a família. Uma seqüência (E I 11).

Este depoimento de um agricultor indica que a Rede Ecovida possui uma considerável capacidade de vigilância. Pelas normas da Rede os grupos devem se auto-fiscalizarem e o núcleo tem o papel de fiscalizar a ação dos grupos e aplicar a penalidade prevista, quando for o caso. Esta situação também indica um alto grau de internalização da disciplina. Isto demonstra que o fato da Rede não possuir um centro de comando e vigilância não implica em ausência de poder ou do dispositivo da vigilância. Pelo contrário, a dinâmica organizativa permite que o poder disciplinar atue em diferentes pontos, deslocados no espaço de abrangência da Rede, diminuindo os custos do seu exercício e potencializando a sua capacidade vigilante. Além disto, a auto-vigilância dos próprios grupos indica a internalização das normas e os efeitos visíveis ou externos do poder, expressos na punição, demonstram sua efetividade.

3.2.2.4 O registro contínuo do conhecimento

O poder implica em saber, uma vez que “todo ponto de exercício de poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber” (MACHADO, 1979, p. XXI). Neste sentido, o olhar que observa para controlar é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia do poder. Com efeito, Foucault procura enfatizar que a observação e a sistematização de procedimentos propõem uma normalização das ações.

Embora o surgimento da Rede Ecovida esteja diretamente associado à tentativa de desburocratização do processo de certificação, sua dinâmica interna a obriga a realizar um conjunto de registros. Neste sentido, o processo de certificação exige, obrigatoriamente: 1) o preenchimento do formulário para requerimento de certificação e Plano de Conversão (Anexo 10) devidamente preenchidos; 2) o relatório de cada um dos membros do Conselho de Ética que fizeram a visita de vistoria; 3) o parecer conjunto do Conselho de Ética; e 4) o certificado do núcleo aprovando a certificação. O quadro a seguir ilustra a importância dos registros, a partir de um exemplo de processo de certificação participativa, desenvolvido pelo núcleo Sudoeste – Paraná.

Quadro 2. Passos para obtenção do selo “Ecovida”

Passos	Quem Faz	Documentos Gerados
1. Grupo e/ou famílias interessadas na certificação oficializam pedido de certificação	- Grupo interessado na certificação ou famílias que já cumpriram período de conversão e estão dentro das normas da rede.	- Registro no livro de atas do núcleo.
2. Preenchimento do formulário de certificação	- A família que solicita a certificação.	- Cadastro da família e parecer do núcleo a partir do cadastro- estes dois passos podem ser feitos num momento só.
3. Visitas às propriedades que solicitaram Certificação	- Comissão de ética do município, comissão de ética do grupo, conselheiro do município e assessoria.	- Relatório simples destes participantes.
4. Reunião de auto-avaliação e planejamento de Ações	- Todos, no final do dia.	- Relatório da reunião, constando limites e potencialidades do processo e sugestões de melhorias que devem ser implementadas, bem como prazos a serem cumpridos.
5. Autorização do uso do selo	- O conselho de ética, junto com a assessoria e o conselheiro do município, pode autorizar o uso do selo na própria reunião, desde que	- Pode ser uma declaração assinada pelo núcleo ou somente um registro no livro de atas (até o momento é somente um registro no livro de atas,

<p>avaliado que não há maiores empecilhos ao processo. Caso contrário, se dará prazos de execução de melhorias e a autorização somente sairá com uma próxima reunião do conselho de ética e com aprovação do núcleo [...].</p>	<p>pois não houve necessidade de declaração).</p>
--	---

Fonte: REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 26.

Este quadro indica que a dinâmica da Rede Ecovida adota a elaboração de documentos e o registro do desenvolvimento individual de cada um dos agricultores e grupos que pretendem acessar o selo de certificação dos produtos. A geração de documentos em cada uma das etapas acima mencionadas permite o acompanhamento e o monitoramento das propriedades, constituindo-se em uma importante ferramenta de exercício do poder.

Outra modalidade de registros foi encontrada nas reuniões de núcleos. Conforme observamos (O II), a reunião dos núcleos é uma espécie de reunião de trabalho que inicia com a leitura da ata da reunião anterior, citando os encaminhamentos que deveriam ter sido tomados no intervalo de tempo entre as reuniões ordinárias. Em seguida, os grupos fazem os relatos das suas ações, sempre tendo como parâmetro o registro feito em ata. O enfoque das anotações lavradas em ata está bastante direcionado às questões da produção e registra os compromissos assumidos pelos grupos, principalmente quanto à conversão agroecológica e o cumprimento das metas estabelecidas no processo de qualificação para acesso à certificação.

3.2.3 Os dispositivos disciplinares

Foucault descreve a implantação da disciplina na modernidade a partir dos aspectos físicos das instituições, isto é, da arquitetura dos hospitais, escolas, quartéis e centros de detenção. Em *Vigiar e Punir* (1987) o autor faz uma ilustração de como esses lugares contribuíram para o estabelecimento do poder disciplinar que enquadrou os indivíduos e permitiu a vigilância pelo olhar hierárquico. Mas Foucault lembra que, aos poucos, a disciplina foi sendo incorporada pelos indivíduos a ponto de ampliar a sua ação a todos os

lugares da malha social, isto é, para além da estrutura física das instituições. Neste sentido, nosso estudo discute a disciplinarização de indivíduos, não a partir da sua “internação” em determinadas estruturas físicas, mas pelos dispositivos de funcionamento de uma organização social que, mesmo partindo de um certo grau de consenso e de **ação concertada** exige disciplina dos seus integrantes, fazendo emergir relações de poder.

A observação da disciplina na Rede Ecovida foi orientada pela busca de três dispositivos que qualificam a idéia de poder disciplinar. São eles: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame.

3.2.3.1 O olhar hierárquico

Na reconstrução histórica da “implantação” da disciplina, Foucault descobre que a organização (física), em círculo e em formato de pirâmide, atendia às exigências de escala do poder disciplinar por criar uma rede sem lacunas. Esta rede permitiu a ampliação do controle sobre os indivíduos e ao mesmo tempo preservou a sua discricção para fazer o sistema funcionar “produtivamente”. Graças à vigilância hierárquica, o sistema disciplinar torna-se um sistema integrado e não deixa “nenhuma parte às escuras”, fazendo funcionar um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados (FOUCAULT, 1987, p. 145-148).

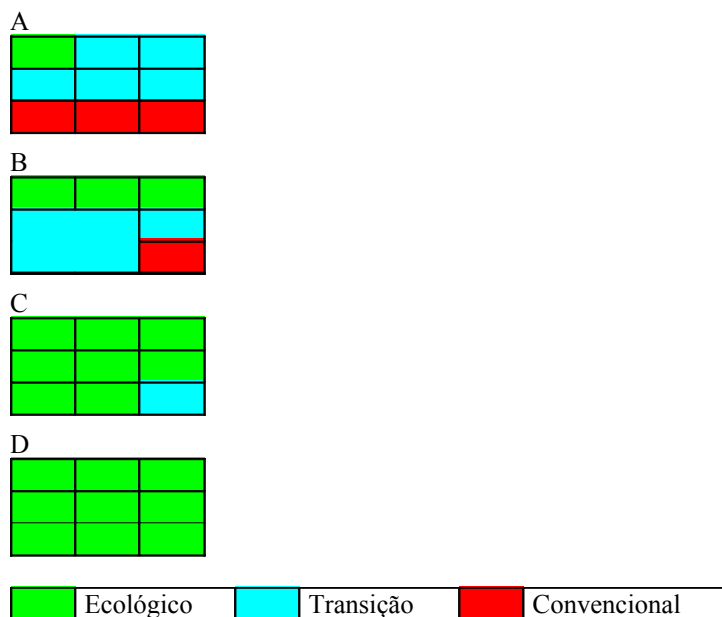
O processo de certificação da Rede Ecovida, embora esteja pautado nos princípios da confiança mútua¹¹⁵, está estruturado sob um sistema de vigilância quanto à observação das normas da Rede. As normas gerais da Rede são as seguintes:

A Rede se pauta pelo incentivo à Agroecologia e por seus méritos próprios (sustentabilidade, protagonismo do agricultor, etc) e não pela existência de um mercado diferenciado; A soberania alimentar consiste num elemento básico para a sustentabilidade. A produção, industrialização e comercialização dos produtos deverão ser feitas sem exploração de trabalhadores, consumidores e fornecedores, bem como da natureza; Deve-se buscar a participação igualitária entre homens e mulheres, jovens e adultos na construção dos processos e

¹¹⁵ A esta se somam as seguintes características: descentralização, organização de base, transparência, adequação à pequena produção familiar, processo pedagógico, olhar externo e formação em rede (Cf. REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 10).

nas tomadas de decisões; A cooperação e a participação são elementos centrais em todos os processos gerados no âmbito da Rede; A inclusão de novos associados, visando integrar um número crescente de parceiros neste projeto de sociedade, deve ser uma preocupação constante dos integrantes da Rede (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 13).

Estas regras gerais se materializam na definição dos critérios para obtenção do selo de certificação: “para que um produto receba a denominação de ecológico este deverá ser proveniente de um sistema de cultivo no qual tenham sido aplicadas as Normas de Produção Ecológica, por um período de 18 meses” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 18). Este selo está condicionado a um processo de “Ecologização constante e progressiva”. No exemplo abaixo é possível verificarmos o processo de ecologização constante e progressiva da propriedade, pois a cada ano o agricultor incorpora novas áreas ao cultivo ecológico. Áreas já convertidas não podem retornar ao cultivo convencional¹¹⁶.



Fonte: REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 17.

No entanto, estas regras encontram resistências por parte dos agricultores quando olhamos a realidade dos grupos. Muitos agricultores criticam a rigidez das normas,

¹¹⁶ Regras para o manejo da propriedade: buscar uma redução constante da dependência de recursos externos à propriedade; ter no mínimo 20% da área com mata nativa, reflorestada ou com plano e metas de execução de reflorestamento dessa percentagem; ter nascentes, fontes, rios e córregos, protegidos por mata ciliar com metragem compatível ao tamanho dos cursos d'água, ou com planos de metas para realizar a proteção; manejo adequado do lixo não-degradável, como plásticos, sacolas, mangueiras, etc; resgate e proteção da biodiversidade; manejo ecológico de pastagens (Cf. REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 18).

principalmente para a conversão da propriedade, com um argumento técnico de que um solo desgastado precisa de mais tempo para conseguir produzir sem o uso de fertilizantes, e pela dificuldade de controlar insetos e doenças sem a aplicação de agrotóxicos. Segundo os agricultores, esta transição representa um alto risco de diminuição da sua renda.

E você acha, então, que de um modo geral essas normas da rede são justas e que os agricultores têm conseguido se adaptar? O agricultor assim ele geralmente na nossa região eu não sei se é só nossa ou é todos, ele tem um medo do risco é difícil tu tirar por exemplo um agricultor do convencional tu não vai conseguir ele em 15 dias trazer ele pro agroecológico. Então, se a gente trabalha às vezes durante um ano aí, até pode fazer ele começar a compreender as diferenças e não é fácil não fazer com que aconteça a gente enfrenta muita dificuldade (E II 1 b).

Estas resistências e questionamentos, percebidos nos grupos, mas ausentes nas “instâncias-meio” e nas assembléias¹¹⁷, ilustram que embora não haja conflitos abertos nos espaços “superiores”, a Rede consegue manter um processo de disciplinarização, à revelia dos agricultores, graças a um “olhar vigilante e hierárquico”, traduzido nos depoimentos a seguir:

De quanto em quanto tempo é a vistoria? Por que vocês podem ter vistoria de novo, cada ano, não? Não temos nada definido ainda. Se eles vêm, eles vêm de surpresa. Isso não definiram quando. Quando eles resolvem ir fazer a vistoria eles vêm e fazem. Nem avisam. Ou até quando alguém desconfia, ou técnico do projeto, ou eles comunicam a Rede aí eles podem até vim. É importante ver quais são as normas. É, aconteceu lá no Ponto Alegre, lá, e tiveram, suspeitaram que plantaram veneno, e confirmaram. Foram lá e caçaram (E I 8)¹¹⁸.

Quem é que vai fazer a vistoria? São três agricultores, um por grupo e daí toda a família participa daquele grupo que vai ser verificado e depois a gente faz o relatório e o parecer manda para o núcleo, e aí o núcleo analisa e depois tem o coordenador do projeto que está junto que faz o relatório dele também e aí encaminha para o núcleo e o núcleo analisa na reunião para ver se pode ou não pode (E I 3).

¹¹⁷ A observação mostrou que nas assembléias gerais os conflitos abertos não aparecem (O III; O VI).

¹¹⁸ O texto com destaque sublinhado refere-se a inferência de um terceiro, além do entrevistador ou entrevistado, e que estava presente na ocasião da entrevista. Geralmente esta terceira pessoa era um integrante da família do entrevistado.

Estes depoimentos demonstram que o olhar hierárquico pode ser percebido na Rede e é constantemente reforçado pela “vistoria” das propriedades. Por outro lado, a legitimidade da vistoria indica que a hierarquia encontrada no organograma funcional da Rede atua como “olhar vigilante”. Sua visibilidade não está necessariamente na realização da vistoria para a verificação da observância das normas, mas no controle que a Rede exerce, mesmo não atuando de maneira permanente e “visível”.

3.2.3.2 A sanção normalizadora

A punição disciplinar não visa à repressão ou à expiação dos submetidos ao poder, mas a sua organização e enquadramento na funcionalidade do sistema. Desta forma, põe em funcionamento cinco operações: a integração dos desempenhos individuais no conjunto da ação grupal para comparação; a diferenciação dos indivíduos pelas funções que exercem; a hierarquização e a medição dos indivíduos em níveis diferenciados; a coação da ação dos indivíduos em conformação com o conjunto e o estabelecimento dos limites do que é considerado normal. Desta forma, cria-se o “poder da norma” como estratégia de homogeneização e, ao mesmo tempo, de individualização, para correção de eventuais desvios. A disciplina tem, portanto, como estratégia, a normalização e a homogeneização da ação (FOUCAULT, 1987, p. 152-3).

Em sua recente história, a prática da punição já foi utilizada na Rede Ecovida. No entanto, percebe-se que esta prática não visa à exclusão – ao menos imediata –, mas a advertência e ao afastamento temporário para correção e posterior reingresso na dinâmica da Rede.

Nós tivemos alguns exemplos no ano passado de núcleo, de intervenção de núcleo em grupo. Com intervenção no sentido de advertência, com sentido de proibição do uso do selo por um período. E claro que isso gerou conflito, gerou tensionamento, gerou, mas foi superado pelo núcleo por entender que todos estavam ferindo as próprias normas pré-estabelecidas (E II 3 a).

A sanção normalizadora que se efetiva na Rede Ecovida em práticas de punição, como a suspensão temporária (“gancho”), perda do selo e exclusão da Rede, tem registros

na recente história da Rede Ecovida. A partir das entrevistas, tanto os agricultores quanto os técnicos relatam a prática da punição de desvios pelo não cumprimento das metas estabelecidas.

O processo de punição é pro grupo daí? Pro grupo. ***Ah, todos do grupo.*** A menos que o grupo, né, ele por si só pega a responsabilidade pra ele e comunica o núcleo que a família tal, tal estava utilizando adubação química, que não pode. Por exemplo, transgênicos ou veneno né. ***Esse processo já causou muitos conflitos assim às vezes ou não?*** Causa porque, por exemplo, esse grupo que foi punido o grupo sabia e ele não comunicou. E daí quando é negligente. Eles tinham um agroindústria em comum, de família, né e automaticamente punindo a agroindústria pune o conjunto da associação, digamos assim, né (E I 7).

Esta inferência demonstra que a sanção é uma espécie de recurso da “instância superior” – neste caso, o núcleo – quando o grupo não se autofiscaliza. Esta idéia também reforça que o dispositivo da vigilância hierárquica permite à instância superior atuar em caso de omissão do grupo.

Já tiveram que advertir alguém? Foi advertido até uma agroindústria aqui da Barra [do Rio Azul], ela, teve gente que passou veneno e plantaram transgênico, foi advertida e suspensa por seis meses, e depois tiveram que começaram todo o trabalho de novo. ***Eles não saíram da rede?*** Não tinham saído da rede, mas não podiam vender o produto com o selo, no caso. ***Ah tá. Mas depois eles voltaram para a rede?*** Eles continuaram nas reuniões da rede, eles só não podiam comercializar, porque perderam o selo, aí foram suspensos por seis meses e depois eles... ***Eles aceitaram numa boa assim?*** É, no começo foi meio trabalhado, teve que conversar bastante, mas depois eles aceitaram e viram que tava errado. ***E hoje eles já voltaram?*** Já voltaram até a gente fez a vistoria de novo. Foi junto fazer a vistoria, a verificação no caso e depois foi liberado (E I 3).

Mas ninguém foi punido ainda no grupo... Foi. Tem algumas coisas que não se abre mão de jeito nenhum. Aconteceu dois casos há dois anos atrás onde um agricultor arrendou uma terra de um outro agricultor, longe da propriedade dele e naquela área ele utilizou agrotóxico. E aí foi descoberto, e quando foi feito um encontro a nível de certificação naquele grupo então o conselho de ética de verificação do núcleo foi para aquela propriedade e acabou que o agricultor falou com a maior tranquilidade que pá, pá. E isso não era aceito dentro do grupo. E como ele fazia comercialização na

feira ecológica ele foi punido por um mês onde ele não pôde comercializar nada. Então isto dá um baque bastante forte na família porque ela dependia da comercialização. Era uma das principais fontes de renda da família (E II 1 c).

Em geral, a punição é um mecanismo extremamente exemplar aos outros integrantes do grupo na medida em que evidencia de que a pena realmente pode ser aplicada, mas que seria melhor se permanecesse como possibilidade:

Isso dá uma seriedade a mais no processo para as outras pessoas que achavam que: – Podemos fazer porque nada vai acontecer! Então isso dá uma firmeza. E há um ano, tivemos o problema de um grupo que arrendou terra de uma família que arrendou terra para terceiros plantarem onde utilizou toda carga química possível, inclusive soja transgênica. Esse grupo já era um grupo certificado pela Rede Ecovida, já tinha selo há quatro anos, possuía uma agroindústria, e naquela área não tinha nada de matéria-prima que vinha para feira ecológica. Mas, da mesma forma, por estar dentro da propriedade, todo grupo perdeu o selo por seis meses e não puderam comercializar como produto ecológico certificado pela rede (E II 1 c).

Mas é importante frisar que a sanção possui uma duplicidade interna, isto é, ao mesmo tempo em que pune, subjuga, castiga e rebaixa, também carrega a possibilidade de gratificação, quando os desvios são evitados.

Tanto é que em três grupos da nossa região aqui pediu pro núcleo avaliar as propriedades, só 1 grupo que teve liberação pra usar o selo (E I 7).

Como é que você vê a rede fazendo certificação? Eu acho que é importante porque a gente avança nos trabalhos, e até tem grupos que não conseguiram, porque não conseguiram avançar o suficiente para conseguir o selo vamos supor de qualidade, e pelo que a gente sabe nosso grupo está conseguindo esse selo (E I 2).

Em outras palavras, mesmo a punição, com a sua roupagem repressiva, indica a produtividade do poder disciplinar, na medida em que garante aos disciplinados os benefícios pela observação das normas, garantindo que todos os indivíduos estejam sujeitos à dinâmica da Rede.

3.2.3.3 O exame

O exame combina o olhar hierárquico com a normalização. É ele que permite classificar, individualizar e punir. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente e classificatória que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através dele, a individualidade torna-se um elemento pertinente ao exercício do poder (FOUCAULT, 1979).

Foucault argumenta que o exame é geralmente ritualizado e está associado a um determinado tipo de saber. Esta tese é comprovada pelas três características básicas do exame: 1) ele inverte a economia da visibilidade no exercício do poder: a visão tradicional explica o poder pela sua visibilidade, enquanto o poder disciplinar é, também, invisível. O exame é a técnica pela qual o poder submete seus súditos à mecanismos de objetivação, convertendo-se na parte visível do poder, tornando-se a cerimônia dessa objetivação; 2) o registro documental da individualidade: o exame coloca os indivíduos num campo de vigilância, situa-os igualmente numa rede de anotações escritas. Os procedimentos de exame são acompanhados de um sistema de registro: “o poder da escrita”. Isto permite o estabelecimento do indivíduo como objeto descritível e permite criar um sistema comparativo para medida dos fenômenos globais e a classificação dos indivíduos numa população; 3) cada indivíduo se torna um caso e, portanto, efeito e objeto do poder (e ao mesmo tempo efeito e objeto do saber): combinando o olhar hierárquico e a sanção normalizadora, o exame fabrica individualidades perpassadas de poder (FOUCAULT, 1987, p. 156).

Na coleta dos dados desta pesquisa percebemos que a Rede Ecovida utiliza constantemente a prática do exame na vistoria das propriedades e dos grupos. Estas vistorias são feitas pelo Conselho de Ética e com algum grau de ritualização. Neste sentido, a Rede orienta perguntas a serem feitas nas visitas do conselho de ética às propriedades dos integrantes dos grupos. A cartilha orienta nove blocos de questões: 1) produção vegetal; 2) produção animal; 3) áreas destinadas ao depósito de insumos e ferramentas; 4) áreas destinadas ao beneficiamento da produção (agroindústrias); 5) manejo da vegetação nativa e proteção das águas; 6) visão de agroecologia da família; 7) manejo do lixo; e 8) relações de trabalho na propriedade (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004, p. 22-4).

Como exemplo das questões que compõem cada um destes oito blocos, citamos as perguntas a serem feitas às famílias em relação ao tema da produção vegetal:

Todas as culturas são produzidas de forma ecológica? No caso de haver produção convencional, como é realizado a separação ou o isolamento das áreas, e quais as perspectivas de produção 100% ecológica? Qual a origem das sementes e mudas utilizadas na propriedade? (Se as sementes são de origem ecológica e quanto das sementes são produzidas na propriedade). Biodiversidade (diversidade de cultivos e de variedades na propriedade). No caso de uso de cama de aviário, que tratamento é dado a esta antes de ser aplicada? (Segundo as Normas da Rede Ecovida a cama de aviário é um produto que deve ser utilizado somente em casos em que for comprovada a sua necessidade e desde que esta seja utilizada compostada ou fermentada e aplicada 6 meses antes do plantio de culturas anuais ou 3 meses antes da brotação de pomares). Como a família pretende adequar o seu uso e posteriormente deixar de usá-la? Como conservação o solo: cobertura verde, rotação de culturas, revolvimento do solo, plantio em nível, tipo de implementos e maquinários utilizados, etc. Tratamentos e correções: adubos e fertilizantes utilizados, caldas e outros produtos, pó de rochas, etc. Dependência de insumos externos (produz seus próprios adubos e caldas, possui sementes próprias, etc.).

O grupo se sujeita à vistoria do núcleo para verificação do cumprimento das exigências da rede e concessão do selo ou mesmo para verificar a possibilidade do seu ingresso na Rede. Para isto, cada núcleo tem uma Comissão de Ética que visita as propriedades e, ao final da visita, faz uma avaliação, apresentando os pontos positivos e os negativos. Nesta avaliação a Comissão de Ética decide se pode ou não conceder o selo “Ecovida” àquela propriedade.

Quando nós pedimos o selo, a gente se reuniu, propriedade por propriedade, para ver se tava tudo em dia. ***Durou 1 dia está vistoria?*** Durou 1 dia. ***Depois faz a avaliação?*** Fizeram avaliação. Entre 1 mês foi, passaram os 4 grupo. E agora que foi aprovado. No começo disseram que não ia aprovar. Demorou, acho uns 4 meses pra gente ter a resposta. Chegou a resposta (E I 8).

Os depoimentos e impressões coletadas a partir das entrevistas e da observação nos encontros da Rede possibilitaram um confronto destas práticas com a perspectiva de compreensão do poder como essencialmente “disciplinador”. Sem dúvida, as diversas características do conceito de poder, principalmente sua produtividade e capacidade

disciplinar, foram constatadas nas práticas da Rede Ecovida. No entanto, nesta parte final nos debruçamos – sem abrir mão da conotação positiva do poder – na análise dos dispositivos que o poder disciplinar põe em circulação na medida em que engendra relações de poder na Rede Ecovida. Com efeito, tanto os aspectos constituintes das relações de poder – e que efetivamente caracterizam o que é uma relação de poder – que apresentamos na primeira parte desta seção, podem ser encontrados nas práticas da Rede Ecovida. Além disto, observamos com frequência a “materialização” dos dispositivos disciplinares que operacionalizam o poder neste espaço. Com efeito, o olhar e a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame, que constituem a estrutura interna da disciplina, são encontrados constantemente nos documentos da Rede, na observação do funcionamento das instâncias e principalmente nas entrevistas e depoimentos coletados com seus integrantes. Sem a pretensão de hierarquizar um destes dispositivos, acreditamos que o exame realmente consegue tornar visível a prática do poder na medida em que concretiza a vigilância hierárquica e aplica a sanção. O ritual do exame torna-se a objetivação do exercício do poder quando os indivíduos são postos em relação, objetivados e sujeitos ao poder disciplinar.

3.3 O poder que engendra redes de economia solidária

Esta seção tem a espinhosa tarefa de retomar brevemente a base teórica das redes de economia solidária a partir dos achados empíricos da nossa pesquisa. Nossa intuição geral procurou confrontar duas perspectivas de compreensão do poder: de um lado, a fundamentação teórica do poder como elemento funcional e marginal da análise social a partir da argumentação de que a prática social está estruturada sobre o consenso, o que implica na distribuição simétrica do poder. De outro lado, a perspectiva que parte da noção de que o poder permeia as relações sociais a ponto de se tornar um elemento estrutural na relação social, e que implica, necessariamente, em assimetria e capacidade de atuação de uns sobre a ação de outros. Esta intuição exigiu, em termos práticos, uma confrontação entre as teorias sistêmicas do poder e as concepções voluntaristas.

Os dados mostram que o poder permeia as relações sociais em redes de economia solidária. As evidências desta constatação foram encontradas em cinco situações: a

primeira está na diferenciação interna dos integrantes da Rede. Esta condição qualifica uma relação de poder, na medida em que materializa a possibilidade de ação de uns sobre outros. Esta constatação é importante porque, à primeira vista, a realidade social observada parece um todo homogêneo, condição, aliás, indispensável da sua **ação concertada**. A diferenciação interna na Rede Ecovida foi encontrada a partir das características dos segmentos que a compõem, isto é, agricultores, técnicos e consumidores. Constatamos que cada um destes segmentos tem uma função definida, cabendo aos técnicos a tarefa de animação e proposição de debates, aos agricultores a produção e a comercialização, e aos consumidores cabe a tarefa de ampliar a geração de credibilidade dos produtos que a Rede Ecovida comercializa.

A segunda condição para a qualificação da tese da existência de relações de poder em redes de economia solidária é a distinção entre os objetivos perseguidos pelos integrantes das redes. A partir da diferenciação entre técnicos e agricultores, percebemos que os objetivos são bastante distintos: enquanto para os agricultores pesquisados a rede deve ser uma ferramenta de certificação da produção agroecológica, para os técnicos o objetivo central é a articulação e potencialização da agroecologia. Esta diferenciação, embora aparentemente tênue, implica em conflitos, principalmente quando da definição das ações estratégicas da Rede.

A terceira comprovação da existência de relações de poder na Rede Ecovida faz referência ao acesso, por parte dos técnicos, a ferramentas que permitem a ação de uns sobre os outros. Partindo da premissa de que o poder exige, por um lado, uma base “material” para o seu exercício, procuramos qualificar estes instrumentos a partir da especificidade de funcionamento da rede, isto é, a funcionalidade da Rede Ecovida é desencadeada a partir de encontros, debates e repasse de informações. As ferramentas para garantir a funcionalidade são: a capacidade argumentativa e o acesso a recursos econômicos que permitem a utilização de meios de comunicação, como a Internet, fax, viagens de intercâmbio, elaboração de projetos e obtenção de recursos financeiros para suporte das ações da rede. Esta situação permite um terceiro meio de exercício do poder que faz referência à possibilidade e à capacidade de representação da Rede, tanto em espaços estratégicos internos, quanto em atividades externas. Esta condição permite que muitas vezes indivíduos ou instituições se apresentem, ou se tornem, os interlocutores referenciais da Rede para outros atores sociais. Além disto, constatamos que o segmento dos técnicos domina uma importante ferramenta de exercício do poder: os controles

burocráticos. Embora a Rede Ecovida procure minimizar os procedimentos burocráticos internos, a sua existência é uma prova contundente de que a Rede utiliza documentos e relatórios como forma de controle do desenvolvimento das ações dos agricultores. Por fim, detectamos que o acesso à informação, base sólida para o exercício do poder em redes, também é privilégio dos técnicos. O acesso a leis, documentos e outras informações que incidem direta ou indiretamente no funcionamento da rede é conseguido, prioritariamente, pelos técnicos através das ferramentas disponibilizadas pelas organizações de apoio às quais estão vinculados.

Uma quarta situação para qualificar uma relação de poder é a análise da especificidade da instituição, isto é, sua história, seu discurso e sua estrutura. Neste ponto, embora a constituição da Rede Ecovida seja bastante recente, encontramos um discurso bastante disseminado em todos os seus níveis de organização: a conversão da propriedade para “100% ecológica”. Em outros termos, a idéia de que não é o produto que é certificado, mas a propriedade do agricultor, demonstra que o desejo dos técnicos de expansão da agroecologia encontra na certificação participativa em rede uma importante ferramenta para a consecução deste propósito. Quanto à estrutura da Rede Ecovida, este estudo se prendeu mais na análise do seu organograma funcional do que da sua estrutura física. Assim, constatamos que a funcionalidade da Rede, embora permita o exercício coletivo no processo decisório, está garantida por um organograma em formato de pirâmide, em oposição ao modelo multicêntrico proposto na morfologia de rede. O formato piramidal permite visualizar com precisão os diferentes níveis hierárquicos e de subordinação, institucionalizados na Rede Ecovida e as informações coletadas ratificam esta situação.

O quinto aspecto relevante para análise do poder na Rede Ecovida faz referência ao grau de efetividade da ação do poder na medida em que identifica a racionalização do poder e os custos do seu exercício. Mais uma vez, os dados demonstraram que na sua recente história a Rede Ecovida já possui uma considerável legitimidade, uma vez que não é raro perceber a incorporação do seu discurso pelo segmento dos agricultores que, aliás, ingressaram na rede a convite das organizações de apoio. Esta situação indica um baixo custo do exercício do poder e, embora a Rede efetue punições e sanções, sua dinâmica ilustra que o exercício do poder está “visível” principalmente na sua dimensão produtiva.

A qualidade disciplinar do poder foi observada sob quatro características: a sua capacidade de organização dos indivíduos num determinado espaço social, o controle sobre o tempo, a vigilância e o registro contínuo do conhecimento. Detalhando estas

características a partir dos dados encontrados, percebemos que a Rede Ecovida dispõe os seus integrantes em espaços definidos. Do ponto de vista institucional, esta disponibilização é feita de acordo com o organograma das funções e responsabilidades, e do ponto de vista político e ideológico é encontrada na permanência na rede para quem pratica a agroecologia, sendo a exclusão um resultado imediato da não observância desta norma. A segunda característica do poder disciplinar encontrada foi o controle sobre o tempo. Esta qualidade foi encontrada com ênfase nos prazos estabelecidos pela Rede para “transição agroecológica”, ou conversão da propriedade para “100% ecológica”. Embora este planejamento seja realizado de forma participativa, a fixação do prazo para a conversão exige a tomada de decisão e o disciplinamento imediato para a consecução das metas assumidas pelos agricultores e seus grupos de famílias. Um terceiro aspecto que qualifica o poder disciplinar é a vigilância permanente que a instituição Rede Ecovida exerce sobre os seus integrantes para garantir a disciplina que o poder impõe. Com efeito, o exercício do poder disciplinar na Rede pôde ser observado a partir da regulamentação de instâncias com legitimidade de exercer a vigilância, constituindo-se na face “visível” ou “externa” do poder disciplinar. Além disto, os dados comprovam que estas instâncias não exercem a vigilância de forma constante, mas a Rede Ecovida, enquanto instituição, exerce este “olhar permanente” sobre as ações diárias dos indivíduos que a integram. Por fim, um importante dispositivo do poder disciplinar é o registro contínuo dos procedimentos executados na Rede. Sobre este aspecto, percebemos que a Rede Ecovida gera um conjunto de documentos que permitem o acompanhamento dos efeitos da disciplina, isto é, registram a evolução de cada um dos pretendentes ao selo de certificação, observando a realização das metas necessárias para a obtenção do selo. Com efeito, o selo somente é liberado após o registro e comprovação documental da observância das normas da Rede.

Uma terceira idéia que instruiu a coleta de dados foi a decomposição do conceito de poder disciplinar em três dispositivos internos que qualificam a idéia de disciplina: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. O olhar hierárquico, expresso também na idéia de vigilância, encontra expressão na detecção da estrutura hierárquica que a Rede institucionaliza e pela própria diferenciação interna que permite concluir que uns atuam sobre a ação de outros. Esta atuação é percebida no ato da vistoria das propriedades dos agricultores para verificar se estão sendo observadas as normas, constituindo mais uma característica visível do poder disciplinar. Em segundo lugar, aparece com ênfase a sanção normalizadora como um dos efeitos do poder. Sobre este aspecto encontramos várias

situações de aplicação de punições e sanções que realmente indicam a face repressiva do poder e um alto custo do seu exercício. Por outro lado, percebemos que a sanção, efetivada em práticas de punição aos transgressores das normas da Rede, tem uma função prioritariamente disciplinadora e sua utilização está voltada mais para mostrar ao conjunto da Rede que o seu não-emprego é preferível, mas que eventualmente é utilizada para corrigir desvios e recuperar a normalidade, beneficiando toda a rede. Por fim, uma importante característica do poder disciplinar encontrada na Rede Ecovida foi a prática do exame. Esta qualidade da disciplina permite a apuração minuciosa e individualizada dos efeitos do poder, isto é, possibilita a exposição de cada um dos indivíduos à dinâmica do poder. Esta qualidade da disciplina foi constatada na vistoria às propriedades pela comissão de ética dos núcleos onde se observa o cumprimento de todas as normas da Rede, a partir de um questionário prévio que pontua todas os temas que devem ser examinados.

Estas características do poder disciplinar, embora estejam umbilicalmente relacionadas e muitas vezes se impliquem ou se complementem, ilustram a existência, não somente de relações de poder em redes de economia solidária, mas permitem uma observação de como estas experiências organizam o poder. Em outros termos, os dados encontrados nesta realidade empírica corroboram a tese da característica produtiva e ao mesmo tempo repressiva, mesmo se tratando de uma realidade social que está estruturada sob a perspectiva simétrica de distribuição do poder a partir do ideal normativo da solidariedade. Por outro lado, estes dados permitem retomar a teoria que fundamenta as redes, deslocando o poder da sua condição marginal para a centralidade na análise das relações sociais em redes de economia solidária. Em outros termos, esta conclusão implica em reconsiderar o emprego da noção de poder das perspectivas sistêmicas utilizadas para fundamentar estas experiências, incorporando aspectos da teoria voluntarista para compreensão do poder neste fenômeno social. Com efeito, as teorias voluntaristas não compõem um corpo teórico homogêneo. São várias as diferenciações internas das teorias que compõem esta perspectiva. Com o propósito de qualificar esta diferenciação, o presente estudo desenvolveu as suas hipóteses a partir das formulações de Michel Foucault que apresenta algumas particularidades que contribuíram no estabelecimento das hipóteses deste estudo: a microfísica, a dimensão produtiva e a qualificação do poder pela categoria da disciplina.

As principais conclusões deste debate estão expressas a seguir, na parte final deste estudo.

CONCLUSÃO

Durante este estudo incorporamos a afirmação de Steven Lukes de que a noção de poder é inevitavelmente avaliadora e essencialmente contestada por um lado, mas que deve ser empiricamente aplicável, por outro. Esta foi, sem dúvida, uma das preocupações que permeou a reconstrução da realidade social observada neste estudo. Seu propósito foi realizar um teste das teorias do poder utilizadas na fundamentação teórica das redes de economia solidária. Tal objetivo exigiu a confrontação de duas perspectivas do poder: as teorias sistêmicas e as teorias voluntaristas. As teorias sistêmicas entendem o poder como categoria analítica marginal na análise das relações sociais. De outro lado, as perspectivas voluntaristas entendem o poder como produtor de realidades. Partindo da noção de que as ações sociais são perpassadas pelo poder, nossas hipóteses apontaram para uma realidade empírica onde as relações sociais são estabelecidas em torno de disputas, conflitos – abertos e velados –, resistências, interesses e estratégias que ajudam a compreender com mais alcance as práticas sociais em redes que articulam economia e solidariedade. Em outras palavras, nossas hipóteses procuraram comprovar que no interior do consenso existem conflitos e resistências, o que nos leva a propor que a teoria do poder das Teorias Sistêmicas não é suficiente para explicar outros desdobramentos da questão do poder nas redes de economia solidária.

A partir do intuito de analisar como as redes de economia solidária organizam o poder, já que o conceito de rede evoca simetria na distribuição do poder, as hipóteses deste estudo indicavam que o exercício do poder implicaria, necessariamente, em assimetria. Assim, restava-nos saber se a arquitetura de rede consegue diluir o poder, a ponto de evitar os seus efeitos. No entanto, no decorrer do caminho, percebemos que: 1) o poder não é problematizado pelas teorias que fundamentam as redes de economia solidária porque suas perspectivas adotam a idéia de possível simetria. Tal situação nos instigou a estabelecer uma ponte entre os princípios organizativos das redes e as formulações sobre o poder,

disponíveis nas ciências sociais, em especial as interpretações sistêmicas do poder; 2) percebemos que o conceito de poder é sociologicamente amorfo e somente serve de categoria analítica, se for operacionalizado. Neste ponto, empreendemos um esforço para estabelecer como principal categoria do poder seu caráter disciplinar, tendo como pano de fundo, não somente a sua dimensão destrutiva, mas, principalmente, sua condição de produtor da realidade social.

Mas, este percurso ainda guardava uma importante questão que deveria ser respondida: o que conforma uma relação social de poder? Se o poder compõe a base das relações sociais, como evitar que todas as relações sociais se tornem ações do poder? Como garantir metodologicamente a sua apreensão como ação sobre a ação de outrem, mesmo que não se resuma à capacidade de um indivíduo ou que esteja “localizado” em um lugar específico. Para responder a estas questões utilizamos os dados coletados na realidade empírica que nos ofereceu um detalhamento bastante preciso dos aspectos que configuram as relações de poder. Com este intuito, observamos a organização espacial dos indivíduos, a diferenciação interna dos componentes da realidade social recortada, as estratégias e objetivos que movem seus atores, os meios e instrumentos disponibilizados pela rede para exercício do poder, a especificidade da Rede Ecovida, seu discurso e trajetória e, por fim, o grau de racionalização da instituição, isto é, a incorporação dos objetivos da rede nas práticas dos indivíduos que a compõem. Todos estes aspectos nos permitiram olhar “por dentro” o conceito de disciplina, pelas suas características internas básicas, até chegar aos seus pilares estruturais: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

Neste sentido, o material coletado que corrobora as hipóteses do presente estudo foi bastante farto. Embora tenhamos utilizado poucas dezenas de entrevistas, os aspectos que compõem uma relação social e comprovam que o poder permeia as relações sociais em redes de economia solidária foram encontrados na realidade social pesquisada. Além disto, a categoria da disciplina, ou o poder disciplinar, apareceu com frequência nos depoimentos coletados, reforçando não só as características “internas” do conceito, mas demonstrando que as práticas sociais em redes de economia solidária não estão isentas de relações de poder. Por fim, constatamos que o poder implica necessariamente em assimetria na sua distribuição entre os diferentes segmentos que integram a realidade empírica observada. Neste sentido, acreditamos que o resultado final deste estudo nos permite algumas conclusões: a primeira é de que a concepção de poder das perspectivas sistêmicas é

insuficiente para explicar relações de poder em redes de economia solidária. Se, por um lado, é fato que a ação da Rede Ecovida é uma **ação concertada**, baseada no consentimento coletivo, sua concepção de que as relações estão isentas de poder não se sustenta. Os dados da pesquisa mostraram que a prática social da Rede é permeada pelo poder e que o seu exercício implica, necessariamente, em assimetria.

No entanto, esta conclusão não invalida os estatutos constituintes das redes de economia solidária, tampouco seus princípios fundantes e características organizativas. O que procuramos evidenciar é que sua arquitetura como rede não consegue estruturar uma perspectiva radicalmente simétrica de distribuição do poder, sendo obrigada a conviver com a assimetria, com os conflitos, resistências, coações e interesses desencadeados pelos seus processos internos. Esta constatação permite a segunda conclusão deste estudo de que as redes de economia solidária estruturam relações de poder em uma perspectiva assimétrica, ao contrário do que acreditam e postulam do ponto de vista formal. Em outros termos, um sistema autopoietico não consegue equilibrar conflitos, evitar resistências e estabelecer uma igualdade na divisão e distribuição do poder.

Uma terceira conclusão possível é de que a **ação concertada** é também uma ação produtiva do poder. Esta conclusão desfaz a tese de que este tipo de ação é isenta de poder ou de que este pode ser compreendido pelo empoderamento mútuo que a articulação em torno de objetivos comuns garante. Os dados encontrados confirmam a hipótese de que o poder impõe uma disciplina, obrigando os indivíduos que compõem as redes de economia solidária à ação homogênea pela vigilância hierárquica, pela aplicação de sanções e por meio de exames individualizados que normalizam a ação coletiva, direcionando-a aos fins propostos pela instituição. Soma-se a esta conclusão o caráter disciplinar de poder, uma vez que esta definição permite a sua percepção como produtor da realidade social e permite sua visibilidade externa, isto é, as coações, punições e conflitos como efeitos da ação do poder.

Por fim, as redes de economia solidária distribuem fluxos de poder em instâncias onde os atores disputam suas estratégias e mesmo que as ações sejam orientadas pela igualdade e ausência de hierarquias, pela participação e autogestão, não estão isentas de relações de poder. Na prática, as relações sociais nas redes de economia solidária são estabelecidas em torno de disputas, conflitos – abertos e velados –, resistências, interesses e estratégias, o que não impede que possa haver reciprocidade e solidariedade entre os seus membros.

O que este estudo tentou demonstrar é que o ideal normativo da solidariedade convive com práticas de poder. Por certo, há um desejo por parte de alguns teóricos de que as redes possam despojar o poder de todas as suas tramas e que ao ingressar nestes sistemas operacionalmente fechados e autopoieticos aconteça uma “conversão” por parte de cada indivíduo, deixando do “lado de fora” o poder disciplinar e assimétrico. Esta condição é, em nossa avaliação, insustentável. Mesmo a perspectiva de que este sistema se comunique com o entorno percebendo-o como “irritação externa” e ameaça à sua estabilidade interna, e que a sua estrutura auto-referente lhe permita a estabilização, apresenta dificuldades quando se depara com as práticas de poder. Se analisarmos os atores que compõem a rede – e que são necessariamente veículos do poder – perceberemos que, mesmo aceitando a premissa de que a rede constitui-se num sistema operacionalmente fechado, seus atores se relacionam com outros espaços de sociabilidade como a prática religiosa, o sistema político e o sistema econômico de mercado. Supor que o sistema tenha capacidade de reordenamento a ponto de coagir os indivíduos, mesmo que partam de um consenso, já indica uma ação do poder. Portanto, não é possível supor que o poder seja um elemento meramente funcional ou marginal na dinâmica do sistema, tampouco a tese de que é possível relacioná-lo à idéia de empoderamento mútuo não se sustenta empiricamente.

As redes de economia solidária são um fenômeno recente, principalmente na realidade brasileira. Por outro lado, o termo vem sendo reivindicado ou utilizado amplamente pelas ciências sociais como espaço de intercâmbio, a partir de dinâmicas horizontais que radicalizam a democracia. No entanto, há ainda muita investigação a ser feita sobre as práticas sociais desencadeadas nestas experiências. Pouco se sabe sobre como as redes convivem com o dilema da representatividade e como constroem e ressignificam a democracia. E esta é apenas umas das questões que uma realidade social tão específica e tão rica evoca.

BIBLIOGRAFIA

- ANDION, Carolina e SERVA, Maurício. *O controle coletivo dos riscos ambientais na produção de alimentos: uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia*. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT05/mauricio_serva.pdf>. Acesso em jan. 2005.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. São Paulo, Forense/Edusp, 1981.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- ARL, Valdemar. A normatização e a certificação da produção orgânica no Brasil: Situação atual e desafios. *Revista Agroecologia e Agricultura Familiar*. Ano VI, nº 5, p. 16-18, set. 2003.
- ARON, Raymond. *Match, Power, Puissance: prosa democrática ou poesia demoníaca?* In. Estudos sociológicos, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1991.
- ARRUDA, Marcos. *Humanizar o Infra-Humano*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- AZAMBUJA, Lucas R.. *Os valores da economia solidária: um estudo sobre a heterogeneidade ideológica de trabalhadores de cooperativas autogeridas*. Monografia. IFCH-UFRGS, 2004
- BACHRACH, Peter y BARATZ, Morton S. *Decisions and nondecisions: an analytical framework*. American Political Science Review, Washington [DC], vol. 57, nº 3, p. 632-642, 1963.
- BACHRACH, Peter y BARATZ, Morton S. *Power and poverty. Theory and practice*. Nueva York y Londres: Oxford University Press, 1970.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOLETIM DO DESER. *Normatização de Produtos Orgânicos no Brasil: Instrução Normativa nº 007/99 de 17 de maio de 1999*. Curitiba: Deser, nº 104, ago. 1999.

BRANCHER, Paulo César. *Importância da Certificação na definição dos preços de produtos orgânicos praticados na Região Metropolitana de Curitiba*. Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay/desenterritorial/artigos/Artigo%20Paulo%20Brancer%20Sober%20-%202004.pdf>. Acesso em out. 2004.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Agricultura e Abastecimento. *Instrução Normativa nº 007, de 17 de maio de 1999*. Disponível em: <<http://www.amaranthus.esalq.usp.br/in007.htm>>. Acesso em set. 2004.

BUBER, Martin. *O Socialismo Utópico*. São Paulo. Editora Perspectiva, 1971.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix/Amaná-Key, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade e Rede*. 7ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

CATTANI, Antônio D. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CATTANI, Antônio D. *Crítica da Economia Solidária*. Cultura Vozes Nº 6 – Ano 96, Nov-Dez, 2002, Petrópolis: Vozes, 2002.

CATTANI, Antônio D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAZELLA, Ademir A.; ABREU, Marcos J. de; SANTOS, Luiz C. Rebelatto dos. *Rede Ecológica de Agroecologia: certificação participativa de produtos ecológicos e organização de núcleos regionais*. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br>>. Acesso em jul. 2004.

CENTRE DE RECHERCHE ET D' INFORMATION POUR LE DEVELOPPEMENT (CRID). *L'Économie Solidaire: um laboratoire de citoyenneté et d'innovation sociale au Sud et au Nord*. *Le cahiers de la solidarité*, Paris, juillet. 2004.

CORAGGIO, José Luis. *De la economía de los sectores populares a la Economía Del Trabajo*, 1999. Disponível em: <<http://www.educ.ar>>. Acesso em nov. 2005.

CORRAGIO, José Luis. *Economía urbana: la perspectiva popular*. 1994. Disponível em: <<http://www.educ.ar>>. Acesso em nov. 2005.

CORRAGIO, José Luis. *El trabajo desde la perspectiva de la economía popular*. 1996. Disponível em: <<http://www.educ.ar>>. Acesso em nov. 2005.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa dos dados. *Cadernos de Sociologia. Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas*. v.9. Porto Alegre, UFRGS. 1998.

CUNCA BOCAIYUVA, Pedro Cláudio. *A economia solidária entre a resistência e a utopia*. Disponível em: <http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=titulo>. Acesso em out. 2005.

DACHEUX, Eric; GOUJON D. (2002). *De nouveaux outils pour comprendre l'économie solidaire*. Paris, RECMA, n° 284.

DAHL, Robert A. The concept of Power. In BELL, R., EDWARDS, David V. e WAGNER, Harrison R. *Political Power: A Reader in Theory and Research*. New York, The Free Press, 1969.

DÍAS, Ester. Prólogo. FOUCAULT, Michel. *Las Redes del Poder*. Buenos Aires: Ed. Almagesto, 1993.

DREYFUS, Paul e RABINOW, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995.

ENGELS, Friederich.. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. 10ª Ed. São Paulo: Global Editora, 1989.

ESTEVES, João Pissarra. *Niklas Luhmann: uma apresentação*. 1993. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/esteves-pissarra-luhmann.html>>. Acesso maio 2005.

ESTEVES, João Pissarra. *Poder, Código e Comunicação*. 1993b. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/esteves-pissarra-luhmann.html>>. Acesso maio 2005.

FEDOZZI, Luciano. *A nova teoria de sistema de Niklas Luhman: uma leitura introdutória*. In NEVES, Clarissa Baeta; SAMIOS, Eva Barbosa. (1997) *Niklas Luhman: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA.

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Las Redes del Poder*. Revista Barbárie, n° 4 e 5, Salvador, 1981-2.

FOUCAULT, Michel. *El discurso del poder*. Buenos Aires: Folios Ediciones. 1983.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento das prisões*. 30ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1897.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *El sujeto y el poder*. Bogotá: Carpe Diem Ediciones, 1991. Disponível em: <<http://www.nossa.unal.edu.co/lect.php>>. Acesso em jun. 2004.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In. DREYFUS, Paul e RABINOW, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995a.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Paul Dreyfus e Hubert Rabinow. In. DREYFUS, Paul e RABINOW, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995b.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos. Vol IV. Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRANÇA, Cássio (Org.). *Comércio Ético e Solidário no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

GRUPO DE AGRICULTURA ORGÂNICA (GAO). *Constuindo a Certificação Participativa em Rede no Brasil. Cartilha para subsidiar oficinas locais*. Florianópolis: 2004.

GIDDENS, Anthony. "Poder" nos escritos de Talcott Parsons. In A. Giddens, *Política, Sociologia e Teoria Social*. São Paulo, Editora da Unesp, 1997. p. 241-262..

GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

GUATTARI, Félix. A subjetivação subversiva. *Revista Teoria e Debate*, nº 12, out/nov/dez de 1990.

IZUZQUIZA, Inácio. Introducción: lá urgencia de uma nova lógica. In. LUHMANN, Niklas. *Sociedad y Sistema: la ambición de la teoria*. Paidós: ICE-UAB, Barcelona, Buenos Aires e México, 1997.

JÚNIOR, Léo Rodrigues. Autopoiésis e o Sistema Social de Niklas Luhmann: a propósito de alguns conceitos. *Revista Sociologias*, Porto Alegre: UFRGS, nº 3, p. 254-285, jan/jun. 2000.

KÜSTER, Ângela; MARTI, Jaime (Org.). *Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis. *L'Économie Socaile et Solidaire en Europe*. Paris: Impatiences démocratiques éditeur. 2000.

LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária, Economia Social, Tercer Sector: las apuestas europeas*. 2005. Disponível em: <<http://www.top.org.ar/publicac.htm>>. Acesso em dez. 2005.

LECHAT, Noelle M. P. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. 2002. ITCP/Unicamp. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads.htm>>. Acesso em fev. 2005.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 19 nº. 56, out. 2004.

LUHMANN, Niklas. *Poder*. 2ª Ed. Brasília: EdUNB, 1992.

LUHMANN, Niklas. *Sociedad y Sistema: la ambición de la teoría*. Paidós: ICE-UAB, Barcelona, Buenos Aires e México, 1997.

LUKES, Steven. *Poder: uma visão radical*. Brasília: UNB, 1980.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MANCE, Euclides. Redes de Colaboração Solidária. In CATTANI, Antônio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

MANCE, Euclides André. Movimento Popular e Revolução Molecular. *Coleção Cadernos de Textos*. Curitiba: CEFURIA, nº 10, p. 3-19. 1991.

MANCE, Euclides André. A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual. *CEPAT – Informa*. Curitiba, nº 46, p.10-19, dez. 1998.

MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999a.

MANCE, Euclides André. A Colaboração Solidária como uma Alternativa à Globalização Atual. *Revista Missioneira*, Santo Ângelo, nº 16, p. 55-91, jun. 1999b.

MANCE, Euclides André. (1999c). *Aspectos Filosóficos das Redes de Colaboração Solidária*. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/aspectos.htm>. Acesso em dez. 2004.

MANCE, Euclides André. (2000a). *Economia Solidária: um novo paradigma?* Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/economia2.htm>. Acesso em dez. 2004.

MANCE, Euclides André. (2000b). *Redes de Colaboração Solidária - Construindo uma nova sociedade*. IFIL, Curitiba, março de 2000. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/redes1.htm>. Acesso em dez. 2004.

MANCE, Euclides André. *Redes de Colaboração Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002a.

MANCE, Euclides André. (2002b). *Redes de economia solidária e sustentabilidade*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/fsm3.htm>>. Acesso em dez. 2004.

MANCE, Euclides André. (2002c). *Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global*. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/mance/fsm2.htm>>. Acesso em dez. 2004.

MANCE, Euclides André (Org.). *Como Organizar Redes Solidárias*. Org. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, Ifil, 2003a.

MANCE, Euclides André. *Redes de Colaboração Solidária*. In CATTANI, Antônio D. (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

MANCE, Euclides André. (2004). *A Revolução das Redes como Estratégia de Libertação Popular*. Disponível em: Acesso em dezembro de 2004.

MARTINHO, Cássio. Algumas Palavras sobre Rede. In SILVEIRA, Caio Márcio e DA COSTA REIS, Liliane (orgs.). *Desenvolvimento Local, Dinâmicas e Estratégias*. Rede DLIS/RITS, 2001.

MARTINHO, Cássio. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF, 2003.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Edições 70. Lisboa, 1989.

MATURANA, Humberto. *De máquinas e seres vivos: autopoiese - a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento*. São Paulo: Ed. Palas Athena, 2001.

MORE, Thomas. *A Utopia*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MOUVEMENTE POUR L'ÉCONOMIE SOLIDAIRE. *Economie solidaire/ Economie populaire: convergences et spécificités des approches*. Paris, CRID, 2003.

MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

NEVES, Clarissa Baeta; SAMIOS, Eva Barbosa. (Orgs.). *Niklas Luhman: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

NEVES, Clarissa Baeta. Niklas Luhman e sua obra. In NEVES, Clarissa Baeta; SAMIOS, Eva Barbosa. *Niklas Luhman: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

OLIVEIRA, Valter Lúcio. *A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PGDR-UFRGS, 2004.

PAEZ, Luis Francisco Verano. *Economia Solidária, uma alternativa ao Neoliberalismo*. Santa Maria: Sesma, 2001.

PARSONS, Talcott. On the concept of political power. In: PARSONS, T. Politics and social structure. Nueva York y Londres: The Free Press y Collier-Macmillan, 1969.

PARSONS, Talcott. *Structure and process in industrial societies*. Glencoe [IL]: The Free Press, 1960.

PAULI, Jandir. Economia e Mudança de Paradigma. In PAULI, Jandir; ROSA, Enéas. *Consumo Crítico, Solidário e Coletivo*. Passo Fundo: Clio Editora, 2004.

- PAULI, Jandir. Controle e precarização do trabalho: da coação ao consentimento operário. *Revista Filosofazer*, Passo Fundo: IFIBE, nº 26, 2005.
- PEREIRA, Antônio. *A analítica do Poder em Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica; Fumec, 2003.
- PEREIRA, Luiza H. Análise de conteúdo: um approach do social. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 87-114, 1998.
- PINTO, João Roberto Lopes. *Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do *Biopoder*. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 63, 2004.
- POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrobel, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- PREMEBIDA, Adriano e ALMEIDA, Jalcione. (2003) A teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann e sua possibilidade de interpretação dos fenômenos sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, set. 2003, Campinas, *Anais*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm>>. Acesso em fev. 2005.
- RAZETO, Luis. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1997.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Normas de Organização e Funcionamento*. 2000. Disponível em: <www.ecovida.org.br>. Acesso em set. 2004.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Caderno de Normas para Certificação Participativa de Produtos Ecológicos*. 2002. Disponível em: <www.ecovida.org.br>. Acesso em set. 2004.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *Caderno de Formação: certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.
- RODERICK, Martin. *Sociologia do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- ROCHER, Guy. *Droit, pouvoir et domination*. Rev. Sociologie et Sociétés. Vol. VXIII, nº 1, avrill, p. 33-46, Montreal: PUM, 1986. Disponível em: <http://www.uqac.ca/Classiques_des_sciences_sociales/contemporains/rocher_guy/droit_pouvoir_domination/Droit_pouvoir_domination.pdf>. Acesso em set. 2004.
- ROSENFELD, Cinara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. *Civitas: revista de ciências sociais*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 395-415, jul./dez 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto Dos. *A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia – limites e desafios*. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <<http://www.ecovida.com.br>>. Acesso em 24 set. 2004.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e sua experiência de certificação participativa. In FRANÇA, Cássio (Org.) *Comércio Ético e Solidário no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2003.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. Rede Ecovida de Agroecologia e Certificação Participativa em Rede: uma experiência de organização e certificação alternativa junto à agricultura ecológica familiar no sul do Brasil. In KÜSTER, Ângela; MARTI, Jaime (Org.). *Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

SANTOS, Luiz Carlos Rebelatto dos. *Regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil: caminhos, “descaminhos” e sua contribuição na construção do sistema de comércio ético e solidário*. 2005. Disponível em: <www.ecovida.org.br>. Acesso em: set. 2005.

SCHERER-WAREN, Ilse. (1996). *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª Ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Loyola - Centro João XXIII.

SCHERER-WAREN, Ilse. *Cidadania Sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SERVA, Maurício; ANDION, Carolina (2004). O Controle Coletivo dos Riscos Ambientais na Produção de Alimentos - uma análise do sistema de certificação participativa na Rede Ecovida de Agroecologia . In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2, 2004, Indaiatuba. *Trabalho apresentado*. ANPPAS, 2004.

SINGER, Paul (2000c). Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como Resposta ao Desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000c.

SINGER, Paul. *Economia Solidária*. In: CATTANI, Antônio. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1998.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000a.

SINGER, Paul. Desafio à Solidariedade. In GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 2000b.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Um olhar diferente sobre a economia solidária. In FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

SOUZA, Marcelo Santos de. *A agroecologia no Brasil e o caso da Rede Ecovida*. Disponível em: <www.coordinationsud.datapps.com/data/marcelo/agroecologia_no_brasil_e_a_rede_ecovida.rtf>. Acesso em out. 2004.

STRATHERN, Paul. *Foucault em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

TEDESCO, João Carlos; RODRIGUES DE CAMPOS, Ginez L. *Economia Solidária e Reestruturação Produtiva*. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar*. Passo Fundo: UPF; Porto Alegre EST, 2006.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 2000.

VIEIRA, Gilmar Zolet. A tentativa em torno de uma certificação participativa. In TEDESCO, João Carlos (Org.) *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar*. Passo Fundo: UPF; Porto Alegre EST, 2006.

WEBER, Max. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, México y Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ANEXOS

Anexo 1 - Qualificação dos entrevistados e da observação realizada

Entrevistados:

Nº Entrev.	Código	Qualificação
1	E II 1a	Município: Santa Maria - Idade: 39 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Solteiro - Escolaridade: 1º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Central.
2	E II 1b	Município: Erechim - Idade: 43 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 1º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Alto Uruguai.
3	E II 1c	Município: Três Arroios - Idade: 24 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Solteiro - Escolaridade: 1º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Alto Uruguai
4	E II 3d	Município: (não informado) - Idade: (não informado) - Profissão: Técnico Agrícola - Estado civil (não informado) - Escolaridade: 3º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Maurício Burmester do Amaral.
5	E II 3b	Município: Irati - Idade: (não informado) - Profissão: Técnico Agrícola - Estado Civil: (não informado) - Escolaridade: 3º Grau - Sexo: Masculino - Núcleo Sudoeste.
6	E II 3a	Município: Erechim - Idade: 36 anos - Profissão: Técnico Agrícola - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 2º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Alto Uruguai.
7	E I 1	Município: Campinas do Sul - Idade: 32 anos - Profissão: Médico veterinário - Estado civil: Casado - Escolaridade: 3º grau - Sexo: Masculino - Núcleo: Alto Uruguai.
8	E I 2	Município: Três Arroios - Idade: 28 anos - Profissão: Agricultora - Estado Civil: Solteira - Escolaridade: 3º grau incompleto - Sexo: Feminino - Núcleo Alto Uruguai.
9	E I 3	Município: Três Arroios - Idade: 41 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil - Casado - Escolaridade: 1º grau - Núcleo Alto Uruguai.
10	E I 4	Município: Santa Maria - Idade: 44 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 3º grau incompleto - Sexo: Masculino - Núcleo: Central.
11	E I 5	Município: Santa Maria - Idade: 35 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 2º grau - Sexo: Masculino

		– Núcleo: Central.
12	E I 6	Município: Santa Maria - Idade: 26 anos - Profissão: Técnico – Estado Civil: Solteiro - Escolaridade: 3º grau - Sexo: Masculino – Núcleo: Central.
13	E I 7	Município: Itatiba do Sul - Idade: 39 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 1º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Alto Uruguai.
14	E I 8	Município: Itatiba do Sul - Idade: 39 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 1º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Alto Uruguai.
15	E I 9	Município: Itatiba do Sul - Idade: 45 anos – Profissão: Agricultor - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 1º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Alto Uruguai.
16	E I 10	Município: Três Arroios - Idade: 38/36 anos - Profissão: Agricultor/Agricultora - Estado civil: Casados - Escolaridade: 2º/1º grau - Sexo: Masculino/Feminino - Núcleo Alto Uruguai.
17	E I 11	Município: Três Arroios - Idade: 42 anos - Profissão: Agricultor - Estado Civil: Casado - Escolaridade: 1º grau - Sexo: Masculino - Núcleo Alto Uruguai.
18	E II 3c	Município: Santa Cruz do Sul - Idade: 35 anos - Profissão: Técnico ONG apoio - Estado civil: Casado - Escolaridade: 3º grau - Sexo: Masculino – Núcleo Vale do Rio Pardo.
19	E II 2a	Município: Passo Fundo – Idade: 31 anos – Profissão (consumidor) – Estado Civil: Casado – Escolaridade: 3º grau – Sexo: Masculino – Núcleo Planalto.
20	E II 2b	Município: Passo Fundo – Idade: 40 anos – Profissão (consumidor) – Estado Civil: Casado – Escolaridade: 3º grau – Sexo: Masculino – Núcleo Planalto.
21	E II 2c	Município: Passo Fundo – Idade: 28 anos – Profissão (consumidor) – Estado Civil: Casado – Escolaridade: 3º grau – Sexo: Masculino – Núcleo Planalto.

Observação:

Nº Obs.	Código	Qualificação
1	O E I	Encontro do Núcleo Planalto, ocorrido em Passo Fundo, RS, entre os dias 09 e 10 de abril de 2005. Participação para fins de exploração do objeto empírico.
2	O IV	Plenária de Núcleos. Ocorrida entre os dias 01 e 02 de junho de 2005, na cidade de Passo Fundo, RS.
3	O II	Encontro Ordinário do Núcleo Alto Uruguai, ocorrido no dia 21 de junho de 2005, na cidade de Erechim, RS.
4	O I	Observação do Núcleo Central, localizado no entorno da cidade de Santa Maria, RS, entre os dias 09 e 10 julho de 2005.
5	O III	Assembléia Geral. Ocorrida entre os dias 26 e 28 de julho de 2005, na cidade de Praia Grande, RS.

Anexo 2 – Roteiro semi-estruturado das entrevistas

Questões/Roteiro da Entrevista: _____

Identificação:

Id - Código: _____
 Idade: _____ Profissão: _____ Sexo: _____ Estado civil: _____
 Escolaridade: _____ Núcleo: _____

Agroecologia:

O que levou você a optar pela agricultura ecológica?
 A relação na comunidade com os vizinhos mudou depois desta opção?
 Do ponto de vista econômico valeu a pena?

Rede Ecovida

O que você entende por Rede?
 Desde quando participa da rede e o que o levou a participar da rede Ecovida?
 Qual função desempenha na rede?
 Participa das atividades da Rede?

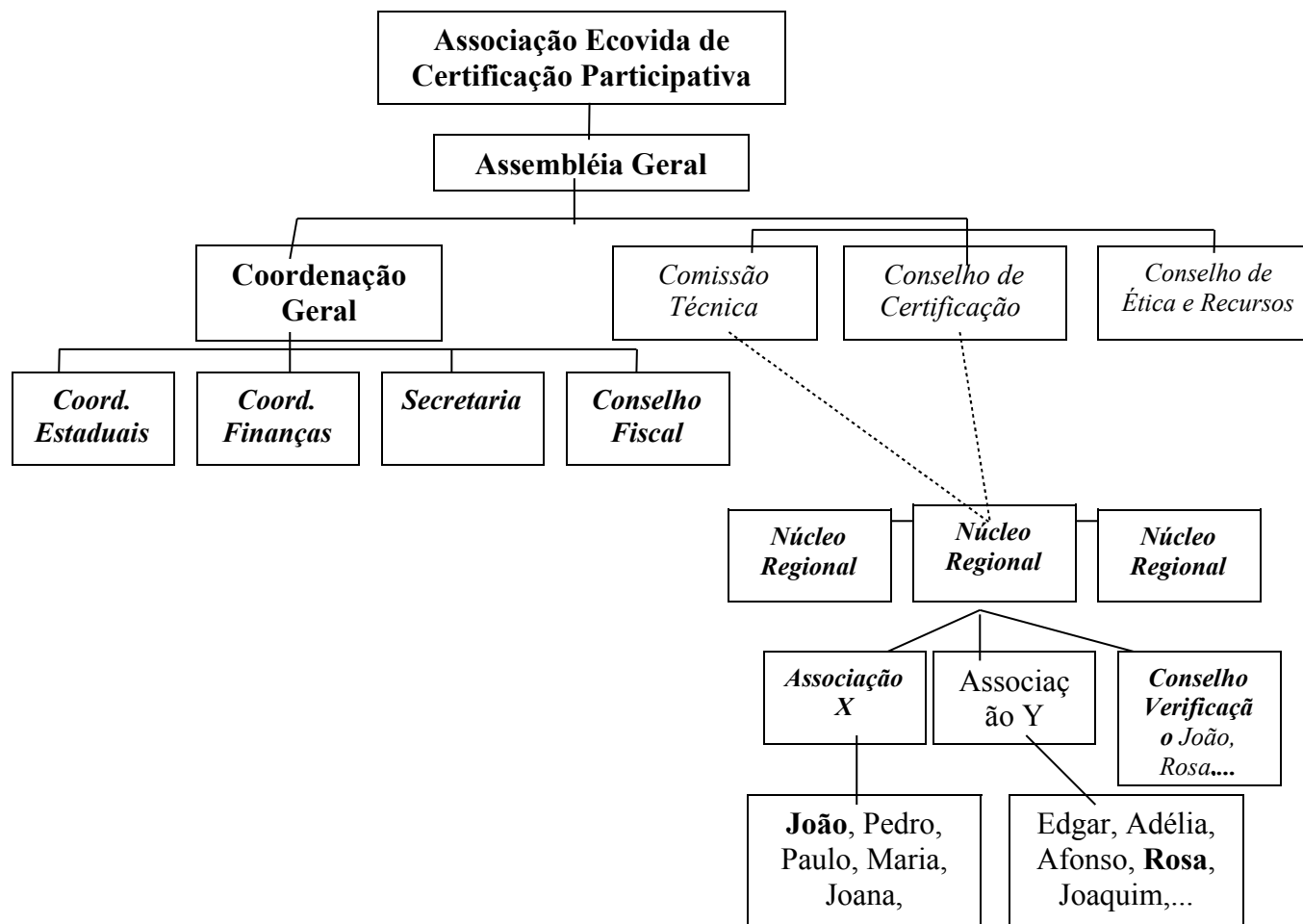
Certificação Participativa

A certificação participativa é importante para o desenvolvimento da agroecologia?
 O que você acha das normas da certificação participativa em Rede? Você ajudou a construir?
 O que você acha da certificação participativa em Rede?
 Como os núcleos estão reagindo às alterações previstas na Lei 10.831? Você conhece a lei?
 A Rede já certifica de maneira informal. O que você acha da legalização da Certificação?
 Você tem dificuldades de lidar com a burocracia?

Exercício do Poder

1. Você participa regularmente dos encontros nos núcleos? O que vocês debatem?
2. Como você vê a participação dos outros núcleos?
3. O núcleo ao qual você pertence participa das atividades desenvolvidas pela Rede?
4. Qual a relação com as instâncias, já que a Rede se auto-denomina *Horizontal* e sem hierarquia?
5. Os Encontros ampliados da rede são suficientes para um bom intercâmbio?
6. Qual a interação dos agricultores nos processos formativos disponibilizados pela Rede?
7. Como os núcleos se relacionam entre si e qual a concepção de concorrência entre estes núcleos, já que um dos princípios de uma rede aberta?
8. Como enxerga a democracia e acesso à participação nas decisões?
9. Como percebe o envolvimento dos agricultores nas ações da Rede?
10. Como percebe a atuação das ONGs na Rede?
11. As propostas do seu núcleo são geralmente aceitas nas Assembléias? Alguma proposta foi rejeitada?
12. O que, na tua opinião dificulta a comunicação na Rede?
13. Quais os grandes desafios para o avanço da Rede Ecovida?
14. A coordenação ampliada socializa as informações para os núcleos?

Anexo 3 - Organograma da Associação Ecovida de Certificação Participativa



Fonte: REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002b, p. 12.

Anexo 4 – Ficha de Cadastro Consumidores

Anexo 5 – Ficha de Cadastro de Entidades de Assessoria

Anexo 6 – Ficha de Cadastro Agricultores

Anexo 7 – Selo de Certificação “Ecovida”



Anexo 8 – Formulário de Requerimento de Certificação

Anexo 9 – Numeração do membro

Cada membro terá um número que acompanhará sua ficha cadastral. O mesmo terá 14 dígitos os quais fornecerão informações importantes como: Estado(xx) e núcleo(xxx) ao qual pertence, qual categoria de membro(xx) (agricultor, assessor, consumidor, etc), qual o principal alimento produzido, consumido ou comercializado (xx), e seu número de associado (xxxxx).

	Estado	Núcleo	Tipo	Principal produto	Número do Cadastro
Número do Membro	SC – 01	Fpolis – 001	Agricultor – 01	Hortaliças – 01	00001
	RS – 02	...	Assessoria – 02	Frutas – 02	00002
	PR – 03	Ipê – 011	Consumidor – 03	Grãos – 03	00003
	Processador - 04	Agroindustrializ. – 04	00004
	...	Guarapuava - 023	Comerciante - 05	Derivados Mel – 05	00005
	Outro – 06

Exemplos:

Um agricultor que reside em Ipê/RS e produz ecologicamente frutas.

Número do membro: (RS) 02.011.01.02.00225

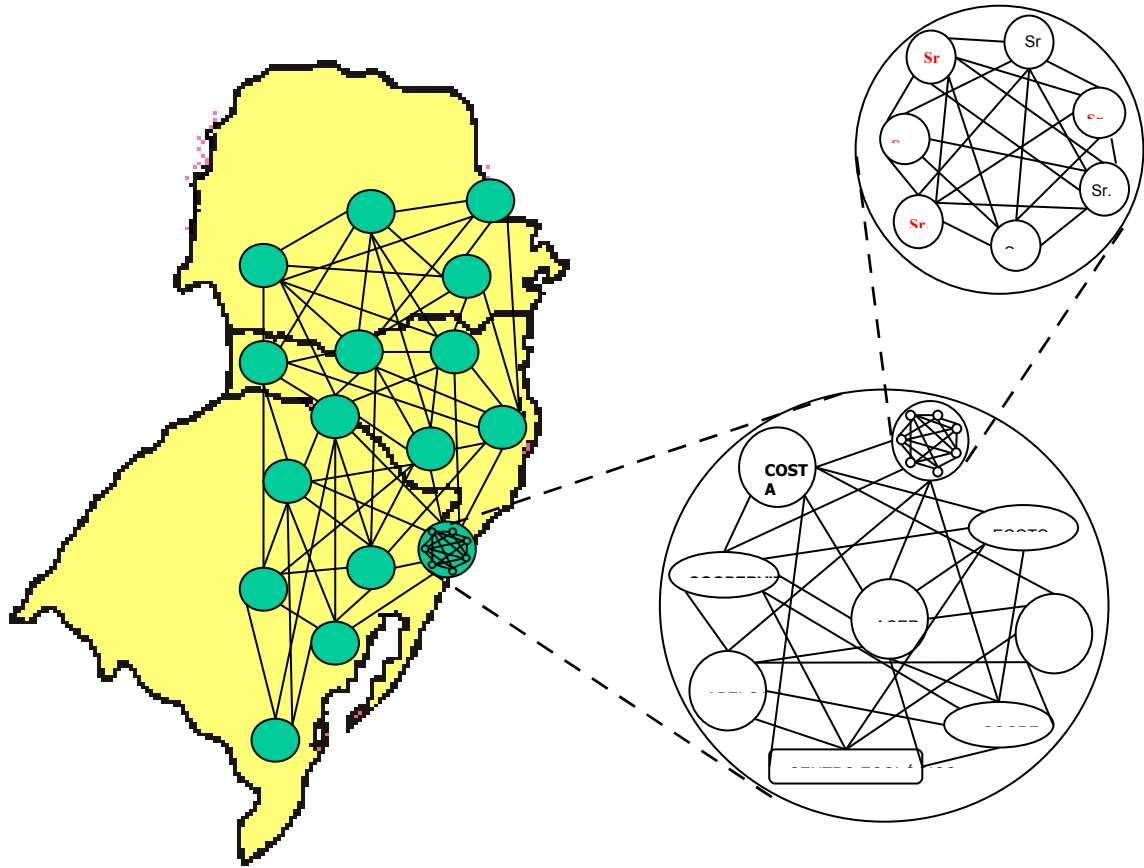
Um consumidor membro que reside em Fpolis/SC e consome preferencialmente hortaliças:

Número do membro: (SC) 01.001.03.01.02653

Este número permitirá o fornecimento de informações e relatórios detalhados e atualizados. Permitirá sabermos quais os membros da rede em Santa Catarina (01.xxx.xx.xx.xxxxx), ou a quantidade de hortaliças produzidas pelo núcleo Guarapuava (03.023.01.01.xxxxx), ou quanto foi processado de derivados de mel no RS (02.xxx.04.05.xxxxx) e muito mais.

Anexo 10 – Plano de Conversão das Áreas

Anexo 11 – Ilustração da organização da rede



Anexo 12 – Fotos Núcleo Alto Uruguai



Autor: Jandir Pauli
Descrição: Família que integra a Rede Ecovida



Autor: Jandir Pauli
Descrição: Propriedade Familiar do município de Três Arroios, RS.

Anexo 13 – Fotos do V Encontro Ampliado da Rede



Autor: ASSESOAR
Descrição: Mistica de Abertura do Encontro
Fonte: www.ecovida.org.br



Autor: ASSESOAR
Descrição: Eleição da coordenação.
Fonte: www.ecovida.org.br